



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Câmpus de Marília

Marina Olinda Calori de Lion

A dualidade liberal da UDN: modernização e conservadorismo (1943-1958)

Marília
2025

Marina Olinda Calori de Lion

A dualidade liberal da UDN: modernização e conservadorismo (1943-1958)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Marília.

Orientador: Prof. Dr. Anderson Deo

Marília
2025

C165d

Calori de Lion, Marina Olinda

A dualidade liberal da UDN: modernização e conservadorismo
(1943-1958) / Marina Olinda Calori de Lion. -- , 2025

161 p

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP),
Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília,

Orientador: Anderson Deo

1. Ciências Sociais. 2. Teoria Política. 3. Partido Político. 4.
Liberalismo. 5. Conservadorismo. I. Título.

Marina Olinda Calori de Lion

A dualidade liberal da UDN: modernização e conservadorismo (1943-1958)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Linha de pesquisa: Determinações do Mundo do Trabalho

Banca Examinadora

Prof. Dr. Anderson Deo
UNESP – Faculdade de Filosofia e Ciências, campus de Marília
Orientador

Prof. Dr. Marcos Del Roio
UNESP – Faculdade de Filosofia e Ciências, campus de Marília
Examinador

Prof. Dr. Lincoln Secco
USP – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Examinador

Marília, setembro de 2025

Dedico este trabalho a todas as trabalhadoras que sonharam em transformar suas histórias através da educação, mas foram impedidas pela falta de acesso. Que estas páginas sirvam como uma pequena homenagem a essas vozes silenciadas pela desigualdade.

AGRADECIMENTOS

Chegar ao final da escrita desta dissertação é mais do que finalizar uma etapa acadêmica; é reconhecer que este caminho, apesar de solitário por muitas vezes, não foi percorrido somente por mim e só foi possível graças ao apoio e presença de algumas pessoas indispensáveis para ter chegado a essa fase final. Ao longo do caminho encontrei desafios que só puderam ser enfrentados porque não estive sozinha. Por isso, e por muitas outras coisas, dedico esse pequeno espaço ao agradecimento sincero a todos, que, de maneiras diferentes, caminharam ao meu lado e contribuíram para que este trabalho ganhasse forma.

Aos meus pais, Aldo e Zelinda, por sempre estarem ao meu lado, e mesmo diante de algumas dificuldades, souberam me apoiar quando precisei e não permitiram que eu caísse. Sou grata também por terem proporcionado um ambiente seguro e confortável para que eu pudesse me dedicar à ciência.

Ao meu irmão e melhor amigo, Antônio, por me incentivar a seguir o caminho da pesquisa científica e por todo o suporte que me ofereceu ao longo dessa jornada.

Agradeço a minha querida e amada avó, Davina, que partiu em dezembro, deixando o céu da minha vida menos estrelado. Seu amor permanece em mim. Obrigada vó.

Agradeço ao meu amor, Adriel, parte fundamental da minha formação acadêmica e da minha vida. Esteve ao meu lado, tanto durante a graduação quanto no mestrado, oferecendo sempre amor verdadeiro e presença constante. Sua paciência e incentivo foram essenciais para que eu seguisse em frente com serenidade. Obrigada por caminhar comigo com tanto carinho.

Aos meus queridos e amados amigos, Izabela Vaz e Caio Tito, sempre presentes na minha jornada, agradeço imensamente por caminharem ao meu lado. Sei que estas palavras são poucas diante do amor que sinto por vocês, mas espero que expressem, ao menos, parte do meu sentimento.

Agradeço a minha querida amiga Gabriela Fortunato, por todas as palavras de conforto e por sua amizade durante este período na pós-graduação. Obrigada por me mostrar que amizades sinceras também podem florescer no mestrado.

Agradeço ao meu querido orientador, professor Anderson Deo, por seu apoio constante e por acreditar no meu percurso acadêmico, mesmo nos momentos em que tudo parecia mais difícil. Obrigada por me orientar com generosidade e paciência, contribuindo não apenas para esta dissertação, mas também para a minha formação como pesquisadora.

Agradeço ao professor Marcos Del Roio, por aceitar compor a banca avaliadora desta dissertação e, mais do que isso, por ter acompanhado outras etapas importantes da minha formação na Unesp de Marília, desde a graduação.

Agradeço também ao professor Lincoln Secco, por ter aceitado avaliar este trabalho e por dedicar seu tempo e atenção à leitura e aos comentários, cuja presença na banca é de grande importância para minha formação acadêmica.

Estendo meus agradecimentos ao professor Leandro Galastri, que participou da banca de qualificação.

Por fim, agradeço ao quadro de trabalhadores técnicos e administrativos da Unesp, pelo suporte prestado ao longo desta etapa da minha formação.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

“A U.D.N., consciente da realidade nacional, vem oferecer ao povo brasileiro a perspectiva de dias mais felizes em futuro próximo”.

União Democrática Nacional, 1958.

RESUMO

A presente pesquisa tem como objeto de análise, o papel político da União Democrática Nacional (UDN), no período de 1943 a 1958, partido extinto com o advento do Ato Institucional número 2 de 1965. O trabalho parte do pressuposto de que a UDN foi um legítimo partido representante da burguesia brasileira, que teve importante atuação na história política do país no período de 1945-1964. A articulação que levou à sua fundação iniciou-se ainda no período do Estado Novo, sendo institucionalizada enquanto sigla partidária em 7 de abril de 1945. A hipótese que impulsiona esta pesquisa pode ser assim expressa: A UDN representa frações da burguesia brasileira e em sua proposta política é perceptível uma ambiguidade liberal, pois, ao mesmo tempo que reivindica um projeto modernizador para o Brasil, possui traços políticos conservadores. Nesse sentido, a investigação se fundamenta em pesquisa de revisão de literatura, de fontes primárias e secundárias de caráter qualitativo, pois propõe o entendimento do objeto dialeticamente. Objetiva-se entender com quais projetos de nação em disputa a UDN se vinculava no período pós-Estado Novo.

Palavras-chave: UDN; Estado Novo; conservadorismo; autocracia burguesa; dualidade liberal.

ABSTRACT

This research aims to analyze the political role of the National Democratic Union (UDN), from 1943 to 1958, a party that was dissolved with the advent of the Institutional Act No. 2 of 1965, during the Brazilian military dictatorship. This research is based on the assumption that the UDN was a legitimate party representing the Brazilian bourgeoisie, which played an important role in the political history of the country during the period 1945-1964. The articulation that led to its foundation began during the New State, by Getúlio Vargas, and it was institutionalized as a party acronym on April 7, 1945. The hypothesis that drives this research can be expressed, as follows: The UDN represents fractions of the Brazilian bourgeoisie, and in its political proposal a liberal ambiguity is noticeable, considering that, at the same time it claims a modernizing project for Brazil, it has conservative political traits. In this sense, the investigation is based on a literature review of primary and secondary sources of qualitative nature, since it proposes the understanding of the object dialectically. The aim is to understand which projects of a nation in dispute, the UDN was linked to, in the post Brazilian New State period.

Keywords: UDN; New State; conservatism; bourgeois autocracy; liberal duality.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIB: Ação Integralista Brasileira
ANL: Aliança Nacional Libertadora
ARENA: Aliança Renovadora Nacional
BNDE: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
CFCE: Conselho Federal de Comércio Exterior
CLT: Consolidação das Leis Trabalhistas
CNOP: Comissão Nacional de Organização Provisória
CTB: Confederação do Trabalhadores do Brasil
DIP: Departamento de Imprensa e Propaganda
ED: Esquerda Democrática
ESG: Escola Superior de Guerra
EUA: Estados Unidos da América
FFAA: Forças Armadas
IHGB: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
MCI: Movimento Comunista Internacional
PCB: Partido Comunista Brasileiro
PCs: Partidos Comunistas
PL: Partido Libertador
PR: Partido Republicano
PRM: Partido Republicano Mineiro
PRP: Partido de Representação Popular
PSN: Partido Social Nacional
PSD: Partido Social Democrático
PTB: Partido Trabalhista Brasileiro
UDN: União Democrática Nacional
UJC: União da Juventude Comunista
UNE: União Nacional dos Estudantes
URSS: União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1 AS BASES DO PASSADO.....	9
1.1 1943: O Manifesto dos Mineiros	9
1.2 A construção do trabalhismo: criação da CLT	13
1.3 O ocaso do Estado Novo.....	20
1.4 1945: Surge a União Democrática Nacional.....	29
1.4.1 O programa udenista de 1949.....	36
1.4.2 A UDN e o debate sobre o Petróleo: contradições entre os programas de 1949 e 1958.	40
1.5 O governo de Eurico Gaspar Dutra e a Guerra Fria.....	42
1.5.1 O sistema partidário do pós-Estado Novo.....	47
2 O APELO CONSERVADOR HISTÓRICO.....	51
2.1 A mobilização das classes médias	51
2.1.1 As frações da burguesia que compunham a UDN.....	55
2.2 Populismo e antipopulismo, o papel da UDN.....	59
2.3 – Patriotismo, golpismo e subserviência: um contrassenso	65
2.3.1 O liberalismo no Brasil: rupturas e continuidades	68
2.4 Ascensão udenista e queda integralista: a disputa conservadora entre UDN e AIB	76
3 AS LIDERANÇAS UDENISTAS.....	83
3.1 Carlos Lacerda: uma personalidade incoerente	83
3.1.1 Radicalismo e projeto de poder: a tendência lacerdista	87
3.2 Alguns dos principais nomes da UDN.....	90
3.3 A oposição da “Banda de Música”	97
3.3.1 1954: o “Golpe Branco” e a morte de Getúlio Vargas	99
3.4 A dualidade liberal.....	103
04 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	109
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	117
ANEXO A - Ata de fundação.....	121
ANEXO B - Programa do partido (1949).....	127
ANEXO C - Programa do partido (1958).....	135
ANEXO D - Manifesto dos Mineiros	141

INTRODUÇÃO

Durante a graduação em Ciências Sociais na Universidade Estadual Paulista (Unesp), campus de Marília, uma conversa com um professor levou à descoberta da obra de Maria Victória Benevides sobre a União Democrática Nacional (UDN). A autora havia transformado sua tese de doutorado em um livro, cuja leitura se revelou especialmente relevante para os estudos pretendidos na época, voltados ao liberalismo e aos movimentos de direita no Brasil.

Os primeiros estudos sobre a UDN foram iniciados ainda na graduação, em meio às dificuldades impostas pela pandemia de Covid-19. No terceiro ano do curso, com incentivo do orientador, foi elaborado um projeto de pesquisa submetido à FAPESP, cujo financiamento foi recusado em duas ocasiões, o que não se configurou como um motivo para desistir da pesquisa. Parte desse material foi posteriormente desenvolvido como Trabalho de Conclusão de Curso, servindo de base para a pesquisa submetida ao programa de mestrado em Ciências Sociais.

O contato inicial com a UDN foi praticamente inexistente. O partido era desconhecido, e eventuais menções a figuras como Carlos Lacerda ou Afonso Arinos – autor de uma das primeiras leis antirracistas do país – remontavam apenas ao ensino escolar. A escolha pelo tema representou, portanto, um duplo desafio: por um lado, a escassez de conhecimento prévio por parte da pesquisadora sobre um partido de grande relevância na história política do século XX; por outro, a dificuldade em localizar fontes primárias e referências bibliográficas consistentes sobre a legenda, o que se revelou como uma das etapas mais complexas da pesquisa.

Partir da concretude para escrever um trabalho teórico não é tarefa fácil, nem simples. Ler documentos, analisar criticamente dentro de seu contexto social e histórico demanda dedicação e principalmente tempo, que na pós-graduação, sobretudo no mestrado, é restrito. O primeiro passo foi descobrir onde os documentos do partido estão arquivados, considerando que a UDN deixou de existir em 1965, e após sua dissolução, os arquivos se tornaram propriedade particular de um dos membros. Mas, felizmente, o acervo foi doado para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, situado na cidade do Rio de Janeiro.

A seleção de quais documentos seriam usados na pesquisa, partiu do grau de importância. Inicialmente, foram levantados cerca de 17 documentos, mas devido à falta de tempo e desafios para o deslocamento até o Rio de Janeiro, ficou estabelecido trabalhar

com 4 principais materiais da UDN, a saber: o Termo da Ata de fundação de 1945¹; dois programas do partido, um de 1949 e outro de 1958 e o “Manifesto dos Mineiros”, que mesmo não sendo um documento oficial da UDN – até mesmo porque foi confeccionado em 1943, dois anos antes da fundação oficial do partido em 1945 – representa uma gênese da legenda. A leitura dos documentos, como já antecipado, aconteceu de forma crítica, e o intuito foi colocar essas fontes dentro do contexto histórico em que foram elaboradas e extrair o debate sobre o liberalismo do partido, para assim entender a concepção que os udenistas tinham sobre política.

A pesquisa foi dividida em duas etapas. A primeira, concentrou-se nas técnicas de pesquisa, consistindo no levantamento de fontes primárias e secundárias, incluindo documentos do partido. Na segunda etapa, a abordagem focou nos aspectos teóricos e metodológicos, cujo fundamento abordou uma análise de caráter qualitativo, cuja construção foi realizada por meio de revisão bibliográfica de natureza histórico-política, bem como sociológica, estabelecendo diálogo com a teoria das classes sociais e suas formas de representação.

A fim de contextualização, segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 131), a revisão bibliográfica se caracteriza pelo levantamento, análise e descrição de um conhecimento que já existe sobre o objeto de estudo. Essa análise tem a função de construir uma ambientação da pesquisa e seu referencial teórico, com a finalidade de identificar o “estado da arte” ou o nível de abrangência dessas fontes. Assim, como mencionado anteriormente, as obras levantadas até a finalização desta pesquisa, foram escolhidas por conterem amplas informações sobre o objeto de estudo.

Em relação à segunda etapa, este trabalho dedicou-se a desenvolver um estudo com base em uma análise crítica, fundamentado pelo método dialético. Explicar sobre o método é algo que demanda bastante didatismo, considerando que o método em Marx é algo profundamente complexo. Afinal, o objeto de análise do próprio autor foi a sociedade burguesa como um todo, e seu método encontra-se ao longo de toda sua obra. Karl Marx não deixou uma cartilha explicando as regras de seu método, sendo assim, aqui, tentamos explicar de forma breve e minimamente didática, do que se trata a forma de ler o mundo e a história através do método dialético-materialista.

¹ A Ata de fundação com as assinaturas dos membros fundadores não se encontra no acervo, e aqui destaco esse fato, pois demais produções sobre a UDN tiveram acesso a esse documento, que possivelmente hoje está perdido ou ainda não entrou para o acervo digital do IHGB, que esta última possibilidade seja a correta.

O método em Marx parte da totalidade do objeto estudado; a dialética pressupõe o movimento do objeto a partir do todo social, político e histórico. Isto significa que é necessário olhar para o objeto a partir de diferentes prismas. O marxismo pressupõe as contradições do objeto partindo do ponto de vista do movimento; portanto, o objeto não é estático, ele se move e esse movimento gera contradições que procuramos compreender. Todavia, o método é a relação que permite o entendimento do movimento de um objeto. Não se trata de um conjunto de regras formais, mas sim de uma relação que permite ao pesquisador assimilar as determinações constitutivas da dinâmica do tema de investigação.

O objetivo deste trabalho é analisar a UDN e parte da seguinte hipótese: Enquanto o partido representa frações da burguesia brasileira, explicita-se em sua proposta política uma espécie de dualidade liberal, ao mesmo tempo que reivindica um projeto modernizador para o Brasil, também possui traços políticos conservadores. Também é identificável uma diferença entre discurso e prática do partido, a modernização reivindicada pela UDN aparece recorrentemente nos discursos dos udenistas bem como em seus programas, mas na prática, o partido mantém atitudes conservadoras que auxiliam na manutenção do *status quo*.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar o papel político da UDN enquanto um partido representante da burguesia no Brasil. A partir da leitura teórica sobre as possíveis frações constitutivas desta classe, objetiva-se compreender os vínculos que esse partido estabeleceu com os projetos de nação em disputa no período de 1945 a 1958, além de verificar em que medida tais projetos expressaram a ambiguidade do liberalismo presente na formação social brasileira. Mas, para isso, foi necessário voltar alguns anos antes de sua fundação e analisar o impacto que eventos como a criação da CLT e a elaboração do “Manifesto dos Mineiros” tiveram sobre a institucionalização do partido.

Dessa forma, o recorte temporal parte de 1943, ano em que esses dois acontecimentos são registrados e se estende até 1958, quando a UDN apresentou seu terceiro programa, elaborado na Convenção Nacional de 1957.

No primeiro capítulo, a pesquisa se dedicou ao estudo do “Manifesto dos Mineiros” e seus desdobramentos até a criação da UDN, abordando a institucionalização da CLT e os acontecimentos que levaram ao fim do Estado Novo, até chegar, enfim, na criação do partido, que, a princípio, reuniu toda a oposição² a Getúlio Vargas. Entretanto,

² A ideia inicial da UDN atraiu todos aqueles que de alguma maneira, se opunham ao Estado Novo, desde liberais, progressistas, conservadores até comunistas, estes últimos com uma participação pequena.

com o passar do tempo essa oposição se cindiu, concentrando apenas a oposição conservadora às políticas do Estado Novo. É a partir desse momento, que se inicia a longa jornada liberal e ambígua da UDN. Também houve a necessidade de abordar os temas do petróleo, guerra fria e o governo de Dutra, como desdobramentos do fim do Estado Novo.

No primeiro item, a abordagem se concentra no documento que precedeu a fundação do partido. Trata-se do “Manifesto dos Mineiros”, em cujo documento é possível encontrar alguns direcionamentos que fariam parte da UDN, mais tarde. Lançado em 1943, dois anos antes do fim do Estado Novo, o Manifesto trouxe noventa e duas assinaturas de intelectuais, juristas, professores, entre outras personalidades políticas que tiveram atuação durante o período da República Velha. O teor do Manifesto era de oposição a Getúlio e às políticas do seu governo. É perceptível o tom conservador que o documento expressou, e a principal reivindicação era pelo “retorno à democracia”. Entretanto, sem grandes mudanças estruturais, pois que não é mencionada nenhuma ruptura com o aparato do Estado Novo. O “Manifesto dos Mineiros” serviu como um marco temporal para o início do trabalho, o documento foi um dos fatores determinantes para a criação da UDN.

No segundo item, abordamos sobre o trabalhismo e a CLT, esta última promulgada no mesmo ano em que o “Manifesto dos Mineiros” foi publicado, 1943, porém em dia diferente. Enquanto o Manifesto foi lançado no dia 24 de outubro, remetendo à data de comemoração do aniversário da Revolução de 1930, a CLT foi promulgada no dia 1 de maio, dia do trabalhador. Questões trabalhistas começaram a ganhar maior atenção ainda na década de 1930, logo após a grande crise do capitalismo em 1929. A atenção a regulamentação das relações entre capital e trabalho fizeram parte da estratégia de fomento à economia, que precisava se recuperar. Foi a partir desse momento que a base trabalhista ganhou força, e Getúlio passou a dar mais atenção, e depois de anos de lutas dos movimentos dos trabalhadores urbanos, a Consolidação das Leis Trabalhistas finalmente é posta em prática. Neste item, é importante pontuar: fizemos uma crítica à CLT e ao trabalhismo, mas reconhecemos sua importância para a classe trabalhadora brasileira, a qual, seu longo histórico de lutas por dignidade deve ser frisado.

O enfoque no fim do Estado Novo foi trazido para este trabalho com o intuito de contextualizar, que, mesmo com a imagem fortalecida de Vargas entre a classe trabalhadora, pois a CLT havia sido sancionada pouco tempo antes, somada às políticas industrialistas, o presidente não se sustenta no cargo e é deposto por meio de um golpe de

Estado, liderado por setores militares, com influência e apoio das camadas conservadoras das classes dominantes. Nesta parte, procuramos orientar o leitor, não somente aos acontecimentos políticos imediatos que culminaram no golpe contra Getúlio, mas também as estratégias e estruturas históricas que tanto sustentaram o regime quanto o derrubaram.

O diálogo da legislação trabalhista e as políticas industrialistas de Vargas com dinâmicas de dominação de classe, têm como objetivo trazer a compreensão de que medidas favoráveis aos trabalhadores também podem reforçar relações de poder, considerando que o capitalismo se apropria de suas contradições, (inclusive, sendo essa uma das principais formas do sistema se perpetuar e sua derrota ser complexa e difícil), mas apesar de tudo isso, o Estado novo se esgota, pois a disputa entre frações da classe dominante se sobressai.

Seguindo com o capítulo, nós traremos a fundação da UDN de maneira minimamente detalhada, já que o partido é nosso objeto de pesquisa. A UDN começou a ser articulada pouco antes da queda do regime de Getúlio Vargas. Nesse momento também, com o ato adicional baixado pelo então presidente que permitia novas eleições, diferentes partidos surgiram, como o PSD e o PTB.

Ademais, o PCB volta à legalidade em 1945, depois de ter passado por um longo período na clandestinidade. Fundado em março de 1922, se torna ilegal em junho do mesmo ano e passa a atuar na clandestinidade. Em 1927 conseguiu seu registro eleitoral, mas acabou cassado logo em seguida. Depois de um breve período, na legalidade, no pós-1945, é novamente cassado em 1947, durante o governo de Eurico Dutra.

A União Democrática Nacional começou a ser articulada pouco depois do ato adicional, reunindo grupos heterogêneos, cujo único intuito era fazer oposição ao governo Vargas, tendência que se manteve ao longo de toda a existência do partido, mesmo após a morte de Getúlio. Desta vez, os udenistas se mantiveram contrários a qualquer tipo de política favorável à classe trabalhadora, projetos de nação populares e tudo o que remetia à esquerda.

Neste mesmo item, seguimos falando sobre o segundo programa da UDN, lançado em 1949; pois o primeiro programa de 1945 não foi encontrado até o final desta pesquisa. Neste programa, a UDN se mostrou como um partido preocupado com questões sociais, aliás, este programa seria o mais “a esquerda” do partido ao longo de seus vinte anos de existência.

Com o tempo, a distância entre a prática do partido e seu programa ganharam destaque, tanto que em 1958, foi lançado seu segundo programa. Neste, a UDN abandonou o tom preocupado com políticas sociais, como direito à greve e à livre associação sindical, e passou a assumir um caráter mais conservador e até reacionário. Defendia agora a mediação do Ministério do Trabalho nas relações entre trabalhadores e empregadores, portanto, essa mudança teve como principal objetivo “superar a luta de classes”, nas palavras dos próprios udenistas.

Essa comparação feita em dois itens deste capítulo, demonstra que, na verdade, a UDN estava muito mais preocupada em derrotar Vargas e garantir os interesses dos setores entreguistas da burguesia brasileira, do que realmente questionar a estrutura herdada do Estado Novo. Essa dualidade se tornou uma marca constante do partido e é isso que analisamos neste trabalho.

Falar sobre o governo de Eurico Dutra não é somente tratar sobre as particularidades do novo presidente, mas também do novo cenário político do país no pós-Estado Novo. É nesse momento que novos partidos surgem e as eleições passam a ser diretas; evento que havia sido extinto durante a ditadura de Vargas. Eurico Dutra se mostrou um presidente conciliatório e alinhado aos interesses dos Estados Unidos. É importante lembrar que em 1945, o mundo se dividiu em dois blocos: um lado liderado pela União Soviética e outro sob a influência dos EUA. O Brasil, sob a presidência de Dutra, se alinha ao Ocidente e dá início a uma série de políticas liberais e privatistas que beneficiavam diretamente os americanos.

Por fim, o último item deste primeiro capítulo propõe uma análise sobre como o cenário partidário do pós-1945 foi organizado, em tom mais descritivo. A fim de situar nosso objeto de estudo naquele período, o item objetiva mostrar como a estrutura partidária mudou, mas continuou com forte influência da estrutura que havia sido organizada durante o período estadonovista.

No segundo capítulo, o objetivo foi debater como a UDN mobilizava essencialmente a classe média por meio de pautas de costumes, moralismo político e o famigerado discurso do combate à corrupção. O capítulo se propõe a investigar de que maneira esses traços estavam presentes na atuação do partido. Para isso, a conceitualização do que é a classe média e a definição de classe social foram abordadas nessa parte da pesquisa, para que, assim, o leitor possa ter um maior entendimento de como ocorreu essa forte identificação de determinadas camadas sociais com o partido.

Seguindo na mesma temática, mas com a necessidade de um enfoque mais específico, tratamos sobre as frações da burguesia que compunham a UDN; visto que entender quais frações da classe dominante eram hegemônicas dentro do partido, também é entender as dinâmicas políticas e institucionais do período recortado. A disputa por protagonismo acontece porque a burguesia não é homogênea, mas segmentada, e cada fração da classe possui interesses específicos, fazendo com que haja disputas por protagonismo entre a própria burguesia. O capítulo segue com a abordagem sobre populismo e antipopulismo. Aqui trazemos uma reflexão sobre o conceito, e também uma crítica, levando em conta que avaliamos o conceito de populismo como sendo algo relativamente vago, a abordagem do tema se deu tendo em vista que o conceito é frequentemente usado para tratar a atuação da UDN.

A abordagem sobre o patriotismo discursado pelo partido foi para evidenciar como discurso e prática se separavam na lógica da UDN, ao mesmo tempo que em suas falas, udenistas usavam o patriotismo para exaltar suas atuações políticas. Na prática, geralmente, as ações do partido eram para beneficiar o capital estrangeiro, sobretudo dos EUA. Para dar contexto a essa dicotomia entre prática e discurso, examinamos como o liberalismo foi reproduzido na realidade histórica brasileira – e como aqui, o ideal que, na Europa, onde surgiu e teve um efeito emancipador - assumiu, em nossa particularidade histórica, um caráter conservador.

Também movimentamos nesse capítulo, as relações entre diferentes partidos conservadores. No caso, as diferenças e aproximações da UDN com a AIB, restauradas através do PRP no pós-Estado Novo, e mesmo sendo o maior movimento de massas, a direita da política brasileira, durante a década de 1930, não obtém o mesmo êxito do udenismo em termos eleitorais, a questão levantada foi: por que a UDN tem êxito diante do radicalismo integralista se ambos os partidos/movimentos expressavam um teor conservador? Para isso, foi contextualizado sobre o movimento integralista e seus efeitos naquele período, comparando com as ideias udenistas.

No terceiro e último capítulo deste trabalho, nos debruçamos sobre a importância da figura de Carlos Lacerda, que inicia sua vida política no campo da esquerda, mas rapidamente migra para o campo da direita e se torna a figura mais emblemática da UDN, radicalmente golpista, que nutria uma especial aversão a Getúlio Vargas. Sua atuação, marcada por contradições, gerou posicionamentos distintos entre críticos e apoiadores. Neste último capítulo, analisaremos sua trajetória dentro e fora da UDN, assim como a tendência que levou seu nome: o “lacerdismo”, que surgiu no momento em que Lacerda

começou a demonstrar inclinações golpistas e ideias reacionárias. Essa corrente se tornou uma das principais tendências udenistas e disputava espaço com a “Banda de Música” - outra tendência importante e que também é analisada neste capítulo.

Nomes como de Virgílio de Melo Franco e seu irmão Afonso Arinos de Melo Franco, Eduardo Gomes, entre outros, foram trazidos para o trabalho, a fim de discutirmos sobre os nomes que contribuíram com a consolidação da UDN como um dos principais partidos da época, assim como suas trajetórias individuais e como isso se entrelaça com os ideais expressados pelo partido. A tarefa de trazer os principais nomes da UDN focou somente em alguns nomes, sendo impossível listar e falar de todos os seus membros. A seleção de nomes foi feita com base na relevância e grau de influência dentro e fora do partido, fugindo de uma análise personalista e abrangendo um estudo mais histórico e político sobre esses personagens, sempre com o intuito de capturar o debate sobre liberalismo dos udenistas.

A volta de Getúlio Vargas para a presidência em 1954, via eleições diretas, reacendeu a oposição exaltada da UDN. Seu retorno representou uma certa derrota para os udenistas, que eram, principalmente, anti-Getúlio Vargas. Para afastar Getúlio do poder, os udenistas movimentaram uma campanha radical contra o presidente, resultando no “Golpe Branco”. Foi assim denominado, devido ao fato de não ter sido um golpe de Estado clássico. Foi movimentado “por dentro” das instituições políticas e houve um esforço conjunto para desgastar Vargas e empurrá-lo para a renúncia. A realidade superou as expectativas de seus opositores e resultou na morte do “inimigo”. Especialistas no assunto concordam que o suicídio de Getúlio, em 1954, adiou o golpe militar que aconteceu em 1964, pois os eventos do “Golpe Branco” evidenciaram uma divisão interna das Forças Armadas entre legalistas e golpistas, em que os legalistas saíram vitoriosos.

Por fim, discutimos sobre a dualidade liberal udenista, a velha fórmula presente na particularidade brasileira, a diferenciação entre discurso e prática que, na verdade, sustenta a existência do atraso e do progresso, simultaneamente, e contribui para o avanço e aprofundamento das diferenças entre as classes sociais, levando em conta que a burguesia brasileira institucionalizou o Estado a seu favor e o utiliza como ferramenta de boicote a qualquer projeto de teor popular, ao mesmo tempo em que não apresenta nenhum projeto de nação desenvolvimentista e nacional.

1 AS BASES DO PASSADO

1.1 1943: O Manifesto dos Mineiros

O Manifesto dos Mineiros foi um documento importante que precedeu a formação da União Democrática Nacional (UDN). Nele, é possível encontrar algumas diretrizes que fizeram parte, mais tarde, da campanha política do candidato udenista à presidência em 1945, o brigadeiro Eduardo Gomes. O documento pode ser considerado como uma espécie de embrião, “início da UDN” e seus signatários eram, em sua maioria, bacharéis e intelectuais do estado de Minas Gerais. Mas também havia personalidades políticas que atuaram no período da República Velha e que perderam sua posição com os eventos da assim chamada Revolução de 1930. Ao todo, o documento contou com 92 assinaturas e seu conteúdo defendia o retorno à democracia. Entretanto, este mesmo texto:

“[...] deixa evidente a perspectiva de uma democratização sem grandes alterações na estrutura social e que mantivesse os mecanismos autoritários de controle sobre os trabalhadores [...]” (Calil, 2005, p. 25).

Partindo disso, essa primeira parte do trabalho procurará demonstrar como esse documento foi determinante na criação da UDN, enquanto partido institucionalizado. A magnitude do Manifesto dos Mineiros e seu impacto na história política brasileira é de grande importância; e tratar sobre ele, logo no início desta pesquisa, servirá não só como um marco temporal, mas também como uma explanação sobre a orientação ideológica da própria organização política.

Nomeado inicialmente como “Manifesto ao Povo Mineiro”, o documento foi proposto em 24 de outubro de 1943, período no qual a instabilidade política se intensificava e indicava o descontentamento de determinados setores sociais e políticos com o Estado Novo. O Manifesto dos Mineiros é considerado como a primeira demonstração pública de setores, ditos como liberais, contra a ditadura do Estado Novo. De acordo com Boris Fausto (2006, p. 383) “[...] A primeira manifestação ostensiva [...] foi o manifesto dos mineiros, [...] Não por acaso a data comemora a vitória da Revolução de 1930 [...]”, mas essa demasiada importância dada ao documento, na verdade, encobre que:

[...] muitos analistas restringem a oposição à ditadura varguista às manifestações dos grupos “liberais” e oligárquicos aliados do poder

político após o golpe de Estado de 1937. Os rumos tomados pelo processo de democratização a partir do golpe militar de 29 de outubro de 1945, fortaleceram o predomínio desta interpretação, a qual hipervaloriza a intervenção daqueles grupos que, em 1945, constituiriam a União Democrática Nacional. Menosprezando ou ocultando as mobilizações populares ocorridas a partir de 1942, vários autores apontam o “Manifesto dos Mineiros” como primeiro ato de descontentamento e desencadeador de todas as mobilizações contra a ditadura (Calil, 2005, p. 24 e 25).

A oposição e/ou o descontentamento com a política de Getúlio Vargas e do Estado Novo acontecia também em diferentes setores da sociedade brasileira. As esquerdas, comunistas e socialistas, que eram fortemente perseguidos, presos e por vezes exilados, já vinham se levantando contra as restrições democráticas do Estado Novo há algum tempo, antes do documento ser publicado. No que diz respeito ao teor do Manifesto dos Mineiros, era mais voltado para o bacharelismo (que seria mais tarde uma das principais características da UDN), do que efetivamente oposicionista ao Estado Novo. A importância atribuída ao documento está principalmente relacionada ao fato de ter sido o primeiro manifesto coletivo assinado pelas elites liberais brasileiras, e não por representar uma oposição efetiva às políticas de Getúlio Vargas (Benevides, 2010, parágrafo 1º).

É possível perceber que a historiografia hegemônica não só ignora as manifestações contra o Estado Novo que aconteceram antes do Manifesto, como propõe que diversos setores passaram a se manifestar após a publicação do documento, colocando o Manifesto dos Mineiros como uma espécie de “marco inicial” da insatisfação social e política contra Getúlio Vargas. É possível encontrar essa exaltação em diferentes obras, utilizando como exemplo, uma delas, o brasilianista Thomas Skidmore³ (1969, p. 72 e 73), diz que:

[...] Antes de 1945, houve apenas uma declaração importante de oposição. Em outubro de 1943, um grupo de intelectuais e políticos de Minas Gerais emitiu um cauteloso manifesto, pedindo a redemocratização do Brasil e citando a história política de Minas Gerais como prova de que a liberdade de opinião e o governo constitucional eram aspirações naturais dos brasileiros.

Notadamente, Skidmore desconsidera as demais manifestações contra o Estado Novo que antecederam ao Manifesto dos Mineiros, e resume a oposição a Getúlio Vargas

³ Ainda sobre o tema, Marina Gusmão de Mendonça diz: “A primeira manifestação pública de descontentamento com o regime autoritário viria em outubro de 1943, com a divulgação do ‘Manifesto dos Mineiros’ assinado por homens de grande projeção em Minas Gerais [...]” (Mendonça, 2002, p. 69).

em um documento emitido pela classe dominante de Minas Gerais, cujo conteúdo remete às frações da burguesia ressentidas com a Revolução de 1930. Logo no início do Manifesto, fica claro a quem ele foi destinado, Citações sobre como o Brasil faz parte da cultura ocidental e referências à família, moralidade, espiritualidade e liberdade democrática, não deixam dúvidas de que a intenção deste grupo, que escreveu o Manifesto, não era alcançar a classe trabalhadora, nem demais camadas que lutavam pelo fim da ditadura estadonovista; muito menos romper com a lógica democrática burguesa, denotando, dessa forma, os limites da leitura e do alcance da democracia que o liberalismo udenista propugnava.

O regionalismo presente no documento também marcou sua importância. Ao se declararem, os liberais que assinaram o manifesto, demonstraram, na verdade, preocupação com a possível perda de espaço na política brasileira do estado de Minas Gerais, remetendo às antigas tradições regionais. Também fica perceptível que o Manifesto dos Mineiros seguia uma linha conservadora, pois aludia à velha política federalista brasileira. Apesar do documento não ser considerado radical, do ponto de vista da mudança social e política, houve uma certa perseguição do governo Vargas, com membros do Manifesto, que mesmo sendo punições brandas, em comparação ao que militantes das esquerdas sofreram, vale ser ressaltado. As medidas do governo contra os signatários do Manifesto foram basicamente demissões ou aposentadorias compulsórias. Deste modo, foi arquitetado um discurso em que o Manifesto dos Mineiros passou a ser, historicamente, a peça mais relevante no golpe que tirou Getúlio Vargas do poder, em 1945, e pôs fim ao Estado Novo; fato a ser questionado, pois se sabe das demais manifestações oposicionistas que ocorreram (Benevides, 2010, parágrafo 1).

O Manifesto também sofreu com a censura do Estado Novo, mesmo seu conteúdo sendo considerado moderado. Sua impressão e distribuição foram relativamente difíceis, cabendo a seus componentes a realização desse trabalho. O manifesto foi impresso e entregue de mão em mão e não houve uma divulgação ampla e coordenada. Um elemento importante que vale lembrar nesta passagem, é que o texto final foi redigido por um udenista histórico e um dos principais articuladores da UDN - Afonso Arinos de Melo Franco (Dulci, p. 69-70, 1986).

A intensa repressão e perseguição aos grupos de esquerda e movimentos sociais, pelo regime de Vargas, acabou fazendo com que os liberais predominassem na luta pela democracia, e foi a partir deste cenário que o Manifesto dos Mineiros começou a ser articulado. A frente que assinou o Manifesto e que se uniu contra o Estado Novo, na

verdade, representava frações da burguesia rural descontente com as políticas de Getúlio Vargas, e parte da pequena burguesia que havia ascendido economicamente durante o Estado Novo já não tinha mais interesse na continuidade do regime. Isso fez com que o apoio a Vargas diminuísse substancialmente, e o que interferiu nessa mudança de apoio, foi que:

O Estado Novo proporcionou a institucionalização de um modelo de desenvolvimento industrial no país. Durante a década de 30, observou-se um acentuado declínio da taxa de crescimento da agricultura de exportação, ao passo que a expansão industrial foi extraordinariamente veloz, estimulada pela crise internacional do capitalismo [...] Era o processo de substituição de importações, resultante da crescente carência de suprimentos do exterior [...] (Dulci, 1986, p. 66).

A disputa entre as frações da burguesia, e o que isso significou naquele momento para o Brasil, será tratado mais à frente nesta pesquisa; por enquanto, o foco será no impacto do Manifesto dos Mineiros. Porém, essa breve contextualização se faz necessária para um melhor entendimento sobre a totalidade dos eventos aqui analisados.

Os signatários do Manifesto diziam que as manobras democratizantes de Vargas, já no final do Estado Novo, nada mais eram, do que uma nova tentativa do presidente de repetir o golpe de 1937. Consideraram o documento uma espécie de alerta à sociedade sobre essa possibilidade, e queriam assim demonstrar como o Manifesto dos Mineiros era a verdadeira “defesa da democracia”, “das liberdades individuais”, tanto que as referências dos signatários eram figuras liberais clássicas da cena política brasileira, como Teófilo Otoni⁴. Não foi à toa, que a UDN logo na sua fundação, adotou o lenço branco como um de seus principais símbolos⁵, o mesmo que Otoni usava para acenar nas ruas, simbolizando que na sua trajetória política não era preciso “limpar nada” - já que ele não tinha uma história suja e não se corrompia.

Assim como os udenistas reivindicavam a UDN como sendo uma herdeira do liberalismo brasileiro, o Manifesto dos Mineiros também já carregava essa particularidade; para seus signatários, as figuras liberais clássicas, como Teófilo Otoni e

⁴ Teófilo Otoni foi um jornalista que atuou na política durante o império e se tornou um militante republicano, hoje é tido como uma personalidade liberal clássica ao lado de figuras como Ruy Barbosa.

⁵ O lenço branco, inclusive, foi tema da campanha de Eduardo Gomes, que ficou conhecida como “campanha do lenço branco” (Benevides, 1981, p. 42). Outro símbolo importante da UDN usado como logo pelo partido, que vale a menção, era uma tocha acesa e o lema “o preço da liberdade é a eterna vigilância”. A frase é comumente atribuída a Thomas Jefferson, mas não existe um consenso sobre essa origem, sendo as vezes atribuída também a outras duas personalidades, John Philpot Curran e Wendell Phillips.

Rui Barbosa - das quais faziam referência - eram considerados heróis do liberalismo brasileiro, pelos mineiros.

A classe trabalhadora não é mencionada no Manifesto dos Mineiros; também não existe nenhuma menção sobre as questões pertinentes aos estudantes. Fica claro que o conteúdo do documento é pautado em interesses da burguesia mineira e, apesar de existir um certo reconhecimento dos avanços materiais que a industrialização trouxe para diferentes camadas da sociedade brasileira - pois negar isso seria ilógico - no final, o caráter ideológico do Manifesto dos Mineiros resume-se à velha máxima liberal de “liberdade individual” (ou “liberdade democrática”).

O Manifesto dos Mineiros não somente ganhou o título de principal demonstração de oposição a Getúlio Vargas e ao regime do Estado Novo, como também se tornou, ao longo do tempo, uma importante peça do liberalismo brasileiro e seu entendimento de democracia. A repercussão do documento e a construção histórica de seu significado, deixa alguns questionamentos propositais. O primeiro - se realmente não houve manifestações contrárias à política da época que antecedeu sua feitura. A classe trabalhadora permaneceu inerte durante todo esse tempo? E a oposição de esquerda? Não se levantou contra Vargas? Essas questões levam a crer que os demais setores, ignorados pela história hegemônica, pareciam concordar com a proposta do Manifesto, pelo menos é isso que a produção historiográfica dominante quer que seja difundido.

Esses tópicos aqui levantados fazem com que a atenção seja voltada para as demais questões, concentrando o foco nas demais classes sociais que compuseram as disputas que levaram ao fim do regime estadonovista e início do que se entendeu (e se entende) por democracia, trazendo diferentes perspectivas sobre um mesmo assunto, mostrando que havia disputas de projetos de nação e entendimentos distintos sobre democracia.

1.2 A construção do trabalhismo: criação da CLT

A legislação trabalhista brasileira começou a ganhar mais atenção no início da década de 1930 “[...] visando regular as relações entre o capital e o trabalho - fundamental, entre outros aspectos - para potencializar a acumulação do setor urbano-industrial [...]” (Corsi, 2000, p. 40). Foi uma das medidas do governo brasileiro para fomentar a economia que estava se recuperando da crise de 1929. A partir daí, a base

trabalhista foi ganhando mais destaque e atenção por parte do governo de Vargas, até chegar na Consolidação das Leis Trabalhista (CLT) no ano de 1943.

Todo o processo de unificação do Estado brasileiro, como a criação de instituições e demais traços que fizeram parte do projeto de construção do Estado Novo, se contrapunha às políticas da República Velha e envolviam diretamente a emergente classe operária brasileira. A questão aqui, é entender porque o apoio dos trabalhadores era necessário naquele momento, já que a criação da CLT, entendida como sendo um marco importante na história do reconhecimento dos trabalhadores, coincide com o momento em que o liberalismo brasileiro se movimenta de forma incisiva contra o regime do Estado Novo.

A data de criação da CLT se alinha com o ano de feitura do Manifesto dos Mineiros, que representou, como vimos, um apelo dos liberais brasileiros para o fim da política varguista. A CLT simbolizou uma estratégia de Getúlio Vargas para manter sua imagem presidencial junto às classes trabalhadoras. Isso o fortaleceu internamente, tendo em vista que, em 1943, o regime do Estado Novo e o próprio Vargas davam sinais de esgotamento, principalmente por conta do apoio do Brasil à Segunda Guerra Mundial, como se refere Otávio Dulci (p. 28, 1986)

A partir de 1943 [...] o apelo às massas torna-se um fato. Os ventos democráticos, através da reversão da Guerra a favor dos Aliados, começavam a atingir o Brasil, redundando nas primeiras contestações à ditadura. Vargas ensaiou uma nova estratégia de fortalecimento do regime, uma estratégia *trabalhista*. No mesmo ano em que a oposição interna deu mostras de rearticulação - 1943 - foi promulgada a [...] (CLT). Reforçou-se a imagem presidencial junto aos operários, tornaram-se mais frequentes as mensagens dirigidas aos “humildes” [...].

Apesar da estratégia de Vargas, que fortaleceu não somente sua imagem presidencial, mas também a classe trabalhadora, principalmente operários fabris⁶, não houve grandes manifestações contra a CLT por parte dos liberais que demonstravam insatisfação com o regime estadonovista.

⁶ Quanto aos trabalhadores rurais, apesar de as primeiras movimentações a seu favor acontecerem por volta de 1939 com a expansão do salário mínimo para o campo e uma proposta de sindicalização rural (Gomes, 2005, p. 241), só existiria uma legislação específica nos anos de 1960. “[...] Em 1963, transforma-se em lei o Estatuto do Trabalhador Rural, como elemento novo no desenvolvimento da política de massas [...]” (Ianni, 1968, p. 56).

Aqui, para contextualizar o processo resultante na CLT, é preciso abordar – mesmo que de forma tangencial – a política econômica do Estado Novo. Ainda que não seja o foco específico desta parte do trabalho, tratar sobre o impacto da crise de 1929, no Brasil, auxilia no processo de discussão sobre a inclusão/participação da base trabalhista no governo de Getúlio Vargas.

Durante a década de 1930, o Brasil passava por grandes desafios econômicos e a crise financeira que assolava o Ocidente refletia no país, sobretudo no setor cafeeiro, principal fonte da economia brasileira naquele período. Foi preciso muita cautela e planejamento por parte dos agentes do governo. Segundo Francisco Corsi:

[...] A crise internacional se sobrepunha uma crise de superprodução, que já vinha se manifestando há alguns anos, contornada pela política de defesa do produto [...] O governo Vargas tinha claro que o enfrentamento da questão cafeeira era a chave para combater os efeitos da crise internacional e assegurar um certo nível de atividade econômica para o conjunto da economia [...] (Corsi, 2000, p. 38).

Diante desse quadro, foram desenvolvidas políticas que pretendiam proteger a indústria cafeeira, políticas que tiveram um papel fundamental na recuperação econômica no pós-crise de 1929. Uma das soluções encontradas, foi retirar de circulação o excedente de café produzido, e desta forma “[...] O governo federal [...] retirou do mercado, entre 1930 e 1934, mais de 50 milhões de sacas, das quais 30 milhões foram destruídas, impedindo assim o colapso do setor [...] (Corsi, 2000, p. 39).

As políticas econômicas adotadas nesse período não priorizavam a industrialização, e o governo apostava que a crise seria superada com o processo de importação e exportação de bens de consumo e produtos primários. Além disso, foi firmado um tratado comercial com os Estados Unidos, em 1935, sob forte pressão daquele país; acordo que fortalecia o setor agrário brasileiro e deixava as indústrias mais enfraquecidas do que já eram. Nesse contexto, foi criado o Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE) cujo objetivo era estudar soluções para a economia brasileira e, a partir de então, outros órgãos foram institucionalizados para se pensar na diversificação da economia, como o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (Corsi, 2000, p. 46-47).

Ainda na década de 1930, o governo começou a pensar na industrialização do Brasil e diversificação da economia, porque a crise não dava sinais de cessar e as estratégias utilizadas em relação à indústria cafeeira não se mantiveram a longo prazo. Foi preciso pensar em novas estratégias e romper de vez com a política de não intervenção

estatal na economia, a qual havia vigorado no Brasil durante a República Velha, e Getúlio Vargas, guiado pelo positivismo que herdara do período que foi governador do Rio Grande do Sul – onde ele já havia adotado esse tipo de política – almejando impulsionar a economia e incluir o trabalhador à sociedade, passou a defender uma política intervencionista (Corsi, 2000, p. 42).

O governo provisório passou por diferentes dificuldades e desafios. Era preciso uma nova forma de pensar a política do Brasil, considerando que a Primeira República havia ficado no passado e mesmo que a burguesia agrária resistisse e trabalhasse para manter sua hegemonia, já não era como antes. Getúlio Vargas precisava se manter no poder e preservar sua imagem de presidenciável. Pensar em novas políticas econômicas já não era uma alternativa na realidade de uma crise que não cessava, mas uma necessidade, de acordo com Corsi (2000, p. 58).

Nas circunstâncias da época, seria plausível esperar que Vargas, em meados da década de 1930, começasse a apostar cada vez mais no setor industrial, mesmo porque a superação da crise e a manutenção do crescimento econômico eram fatores importantes para a sustentação política. Ou seja, Vargas provavelmente começou a perceber que a defesa de um programa industrial poderia contribuir para a sua permanência no poder.

Apesar do autor citado, comentar que a tendência industrialista de Getúlio tenha sido sua *salvação no poder*, mesmo que momentânea, é difícil sustentar essa hipótese, considerando que estar à frente do poder da nação e cumprir seu mandato, seria, para além da função - o objetivo de um líder eleito - ser ou não industrialista, não determinaria sua permanência na presidência. Essa era uma característica intrínseca de Getúlio Vargas. A questão da manutenção do poder para ele, ao nosso ver, não seria algo mecânico como posta na citação. Mesmo assim, vale manter a passagem para contextualizar o momento debatido neste item.

O entendimento de que era necessário desenvolver a indústria brasileira naquele momento, foi primordial e muito importante para o desenvolvimento do projeto de nação de Vargas para o país. E a questão aqui, a qual permitiu que a indústria brasileira ascendesse, cuja concepção não era restrita somente aos agentes do Estado, mas também de setores das Forças Armadas e da burguesia brasileira, Vargas tinha apoio desses segmentos da sociedade. A ideia de um desenvolvimento pautado na indústria vai ganhando força ao longo dos anos pós-1929. Mas somente depois do golpe de Estado de

1937 essa se tornou a principal questão para Getúlio Vargas, como se pode perceber na constituição daquele ano, em que o tom nacionalista se aprofunda (Corsi, 2000, p.72-73).

Os movimentos operários do início do século XX, muitos deles liderados por anarquistas imigrantes vindos de países da Europa, tiveram impacto direto no processo de criação de uma legislação trabalhista. A luta destes trabalhadores, ao longo do tempo, foi marcada por repressões e perseguições – essa questão não muda muito no Estado Novo, que perseguia lideranças anarquistas e comunistas. Depois de muitas lutas e mobilizações dos movimentos de trabalhadores, a Constituição Federal de 1934 estabeleceu uma nova lei de sindicalização que permitia a pluralidade e autonomia aos sindicatos. Mas foi rapidamente editada fazendo com que essas garantias se tornassem questões relativas e difíceis de serem colocadas em prática. O próprio ministro do trabalho considerou um erro a nova lei de sindicalização e organização sindical, e sua concepção tinha apoio do próprio presidente Vargas (Gomes, 2005, p. 175).

A inclusão de trabalhadores na sociedade havia de ser tutelada pelo Estado, e isso era algo indiscutível na política da época. Os movimentos sociais fortemente influenciados por ideias socialistas representavam uma ameaça ao projeto do Estado Novo e o Levante Comunista de 1935, ilustra bem essa questão. Influenciados pela relativamente recente Revolução Russa, o movimento comunista brasileiro liderado por Luís Carlos Prestes, organizou e tentou derrubar Getúlio Vargas - mas acabou sendo derrotado - pois era preciso manter a classe trabalhadora subordinada.

A partir de 1935, formou-se no Brasil, uma nova configuração política que envolveu diretamente os trabalhadores e a organização sindical, indicando, na verdade, novas relações da classe trabalhadora com o Estado. A acusação de uma “ameaça comunista” preparou o caminho para o golpe de 1937 e serviu como suporte para o processo de tutela sindical, liquidando qualquer resquício de sindicatos reivindicatórios e independentes “[...] O exemplo mais bem acabado é o *Plano Cohen*, apresentado pelas Forças Armadas como um plano de sublevação comunista iminente que ameaçava a ordem política nacional [...]” (Gomes, 2005, p. 177).

Ainda neste mesmo ano, a repressão aos trabalhadores aumentou, sendo perpetuada pelo golpe do Estado Novo - isso só diminuiu próximo ao fim do Governo Vargas - por volta de 1942. Entre os anos de 1935 e 1937, surgiram algumas outras propostas de organização trabalhista; uma delas liderada pela Igreja, organizada pelos Círculos Operários Católicos, mas não foi bem recebida por ser considerada muito assistencialista e ter surgido em um momento de intenso debate político-ideológico. Após

esse período de fortes discussões e de disputas em torno da classe trabalhadora, o projeto trabalhista passou a ser parte fundamental do processo de planejamento do Estado Novo (Gomes, 2005, p. 178).

Após alguns anos de impasses nas questões geopolíticas e substituições no ministério do Trabalho, finalmente o governo de Getúlio Vargas passou a dar total atenção aos trabalhadores, com os sindicatos subordinados pelo Estado e a ameaça das organizações autônomas controladas (leia-se reprimidas), o trabalhador passou a ter direitos sociais condicionados à ligação com os sindicatos. A partir daqui, é preciso entender as formas de consenso e cooptação dos trabalhadores e como o trabalhismo foi uma parte fundamental do projeto de Getúlio Vargas, para a nação.

O sindicalismo passou a ser uma política de governo durante o Estado Novo e passou a fazer parte do projeto político daquele período. Com isso, Getúlio Vargas institucionalizou através do Estado, a mediação entre capital e trabalho (após a abolição da escravidão, essa mediação não existia; ficava a cargo dos patrões definir as condições de trabalho). Os sindicatos deveriam ser reconhecidos e seguir as exigências do Ministério do Trabalho para atuar. Essas condições envolviam fiscalização constante por parte do Ministério e proibição de qualquer manifestação ou propaganda político-ideológica (Silva; Sena Júnior, 2009, p. 156),

[...] O pacto social assim montado traduzia-se em um acordo que trocava os benefícios da legislação social por obediência política, uma vez que só os trabalhadores legalmente sindicalizados podiam ter acesso aos direitos do trabalho, sinônimo da condição de cidadania em um regime político autoritário como o brasileiro (Gomes, 2005, p. 178).

A base trabalhista fazia parte do processo de legitimação do sistema, como citado anteriormente, constituindo-se como um dos pilares do corporativismo alavancado pelo Estado Novo. Essa estratégia foi necessária para a construção da hegemonia da fração burguesa industrial que ascende a partir do golpe de estado de 1930, e consolida o capitalismo tardio brasileiro pela via prussiano-colonial⁷

“[...] A criação do sindicalismo de Estado era coerente com esse processo. Liquidava com o perigo do sindicalismo livre, que vinha crescendo em meio a formidáveis obstáculos durante a Primeira República, fixando institucionalmente o princípio de que as relações de

⁷ O conceito de “via prussiano-colonial” será melhor debatido no capítulo 2, no item 2.3.1 Liberalismo no Brasil: rupturas e continuidades.

classe deveriam subordinar-se à arbitragem do Estado (Dulci, 1986, p. 28).

A classe operária emergente, passou então, a ser tutelada diretamente pelo Estado. Os trabalhadores teriam acesso a direitos como aposentadoria, por exemplo, somente se estivessem vinculados aos sindicatos. Além disso, a “nova” classe operária brasileira era formada majoritariamente por pessoas vindas do campo, acostumadas com relações de trabalho conturbadas e ausência de direitos, se adequaram facilmente às regras impostas pelo Estado Novo, o que facilitou o projeto corporativista. Contudo, aquela considerada a “velha” classe operária, composta por imigrantes europeus que possuíam certo grau de consciência de classe, e se aproximavam de ideais anarquistas e socialistas, acabou sendo marginalizada (Dulci, 1986, p. 28).

Em fins do regime, Getúlio Vargas promulgou a CLT, que proporcionou um controle estatal mais eficaz por meio da centralização das leis que regiam o trabalho; justamente em 1943, ano em que a oposição a Vargas começou a ficar mais incisiva. Essa estratégia de Vargas reforçou sua imagem de presidente junto aos trabalhadores, mas esse fato, por si só não bastou; os demais acontecimentos como o apoio⁸ aos aliados na Segunda Guerra Mundial e a oposição efervescida desgastaram ainda mais sua posição e o regime findou em 1945.

A CLT representou, simultaneamente, um avanço nos direitos trabalhistas e uma forma de atender aos interesses das elites industrialistas, ao institucionalizar um modelo corporativista que limitava a autonomia dos trabalhadores perante o Estado, uma vez que os sindicatos eram mantidos subordinados ao Ministério do Trabalho enquanto o próprio Ministério fazia a gestão dos recursos financeiros destinados aos sindicatos, como, por exemplo, “[...] o imposto sindical [...] criado pelo Governo, depositado e controlado pelo Ministério do Trabalho [...]” (Ianni, 1968, p. 56).

Além da subordinação financeira a qual os sindicatos eram expostos, o processo de eleição dos seus dirigentes e líderes era fiscalizado pelo Ministério do Trabalho, e só eram eleitos aqueles que obtivessem seu consentimento. Era principalmente por meio do controle financeiro, que o Governo, através do Ministério, mantinha os trabalhadores tutelados e, em menor grau, controlados.

⁸ O desgaste do governo em relação a seu apoio aos Aliados se dá devido à demora da postura de Getúlio Vargas diante do conflito mundial, que se posiciona somente após muita pressão, principalmente dos estudantes. Os movimentos tinham em mente que apoiar os Aliados representava um aceno a democracia, e se manter neutro dava a entender que o governo era favorável ao Eixo e a ditadura nazifascista.

Todavia, é importante ressaltar, que a intenção de controlar a classe trabalhadora por meio das leis trabalhistas esbarra na extensa e profunda luta dos trabalhadores para conquistar tais leis e garantias de proteção. Na historiografia é possível encontrar críticas mais radicais à CLT, como sendo uma ferramenta de *cooptação e dominação*. Mas, na conjuntura analisada, a Consolidação das Leis Trabalhistas representou um grande avanço dos trabalhadores rumo à organização, reconhecimento, proteção e centralização do trabalho, realocando o reconhecimento do trabalho e o colocando como algo fundamental para a construção da identidade e dignidade, além de pertencimento social.

As contradições que se seguiram a partir daquele momento, geraram (e ainda geram), muitos debates por parte de estudiosos do assunto. O regime do Estado Novo e a figura política de Getúlio Vargas possuem uma extensa produção bibliográfica e o propósito, nessa parte do trabalho, foi contextualizar o que se seguirá.

1.3 O ocaso do Estado Novo

Mesmo com as políticas trabalhistas e industrialistas e a imagem de Getúlio Vargas fortalecida entre a classe operária, o regime não se sustentou e o presidente foi deposto em outubro de 1945, por meio de um golpe de Estado, liderado por setores militares e com forte influência de figuras udenistas clássicas e com o apoio dos EUA. De modo a propor uma possível análise ao processo, indicamos o seguinte questionamento: quais interesses estavam em jogo no processo de deposição de Getúlio Vargas e do fim do regime do Estado Novo, quando pressupomos que a CLT e o trabalhismo serviam de ferramenta para a manutenção da hegemonia burguesa?

Logo após o golpe de 1937, começaram as perseguições aos opositores representantes da burguesia agrária, que haviam perdido espaço em 1930. Os perseguidos, muitas vezes, foram presos e soltos logo em seguida, mas obrigados a ir para o exílio. Formaram-se grupos de oposição nos Estados Unidos, França e Argentina, principalmente, e “Apesar de limitada pelas dificuldades geográficas, os diversos focos de oposição oligárquica procuram influenciar de maneira possível e de acordo com os objetivos de cada um deles [...]” (Carone, 1976, p. 288).

No Brasil, também se formaram núcleos de oposição menores, que desapareceram no ano de 1942, mas até se findarem, foram esses núcleos que sustentaram a oposição oligárquica/agrarista a Getúlio Vargas. Esses grupos se formaram nos estados de São

Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul com maior ênfase; e na Bahia surgiram com moderação. Em São Paulo, o núcleo de oposição foi formado por remanescentes do Partido Constitucionalista (que deixou de existir com o golpe de 1937, assim como os demais partidos). Em Minas, a principal liderança oposicionista era Artur Bernardes (Carone, 1976, p. 291) e vale lembrar que Artur Bernardes presidiu o Brasil no período da República Velha, e seu mandato foi marcado por conflitos com movimentos sociais que reivindicavam algum tipo de mudança social e política, como o tenentismo, por exemplo. Com o fim do Estado Novo, Bernardes passou a integrar a UDN.

A oposição ao Estado Novo e Getúlio Vargas, não veio somente da burguesia agrária, deposta com o golpe de 1930. Existiram diversas outras forças políticas de oposição, como foi o caso da União Nacional dos Estudantes (UNE), e dos comunistas reunidos no Partido Comunista do Brasil⁹ (PCB); estes últimos, perseguidos, presos e exilados, mas possuíam uma característica que os demais grupos oposicionistas não tinham - eram organizados e respondiam por ideais coletivos - enquanto os demais grupos se movimentavam por ideais individualistas e eram desordenados, talvez com exceção da UNE. Essas organizações políticas agiram de maneira dispersa até 1944 “[...] quando, por diversas razões, eles se unem em torno da candidatura de Eduardo Gomes (fins de 1944 e 1945)” (Carone, 1976, p. 292).

A UNE teve uma atuação importante e influente no período final do Estado Novo, foi fundada em 13 de agosto 1937 e de algum modo, representava as expectativas populares¹⁰, já que antes de sua formação os movimentos estudantis eram circunscritos às faculdades. A UNE foi a primeira organização estudantil brasileira de abrangência nacional. Antes dela, as organizações eram regionalizadas e foi tolerada pelo Estado Novo, talvez por suas teses iniciais terem caráter neutro e as manifestações que aconteceram até 1942 saudarem Getúlio Vargas. Foi somente em 4 de julho de 1942, que o tom dos estudantes endureceu com o Estado Novo e uma manifestação de grandes proporções tomou as ruas, com a exigência de o governo apoiar os aliados na Segunda Guerra Mundial (Carone, 1976, p. 294-295).

⁹ O nome Partido Comunista Brasileiro seria usado somente a partir de 1961, quando o PCB aprova em Conferência Nacional a mudança de nome, tentativa de conseguir o registro eleitoral, o que acabou não se confirmando.

¹⁰ Apesar de o Movimento Estudantil se caracterizar historicamente com um conteúdo político pequeno burguês, naquele momento, segundo Edgar Carone (1976, p. 293) “Os anseios populares, no entanto, vão ser captados e traduzidos pelo movimento estudantil. Não que a consciência de revolta estudantil nasça diretamente deste fluxo do povo, mas é a ressonância entre ambos que vai permitir maior aprofundamento se sentido do movimento de oposição [...]”.

Uma série de ataques perpetrados pelos alemães ocorreram no ano de 1942 e alguns navios brasileiros foram afundados, gerando indignação na população brasileira. A marcha da UNE, em 4 de julho, serviu de combustível para outras manifestações populares que o governo não pôde mais conter. Pressionado por diversas frentes, Getúlio Vargas [...] declara, em 22 de agosto de 1942, o Estado de Beligerância e, em 31 deste mês, o Estado de Guerra [...]” (Carone, 1976, p. 297). Nesse período, o Estado Novo apresentava os primeiros sinais de esgotamento. As manifestações lideradas pela UNE e as marchas do povo em decorrência dos ataques aos navios brasileiros só aumentaram as tensões internas e pressionaram a figura de Vargas, já desgastada.

A essa altura, o que vigorava na sociedade brasileira era o discurso de união da nação. Toda a problemática da entrada do Brasil na Segunda Guerra foi enfraquecendo o regime. A resistência do governo em tomar um lado e, ao mesmo tempo, a pressão que sofria por parte dos Estados Unidos, contribuíram para a corrosão do Estado Novo. Em fins de 1942 os exilados políticos começaram a retornar para o Brasil. Enquanto os estudantes pediam uma posição contra o eixo, somando-se a isso os traços autoritários do governo, o alto custo de vida e a corrupção, fizeram com que aumentasse vertiginosamente a insatisfação social (Carone, 1976, p. 298-299).

A oposição se estendeu aos setores militares e, em 1943, surgiu a Sociedade dos Amigos da América, uma organização da sociedade civil, cujo intuito era difundir o apoio do Brasil aos Estados Unidos, para a sociedade. Com o posicionamento de Vargas a favor dos países aliados, a organização passou a servir como uma ferramenta de propaganda ideológica pró-Estados Unidos. Além disso, a antiga Liga de Defesa Nacional, fundada na República Velha e idealizada por Olavo Bilac, é renovada.

Havia ainda a atuação dos comunistas contra o regime autocrático do Estado Novo. Fundado em março de 1922, e posto na ilegalidade em julho do mesmo ano, o PCB atuou de maneira clandestina, porém organizada, por longos anos. Em 1927, conseguiu seu registro, mas foi cassado no mesmo ano. Em 1930, se reestruturou e junto a ANL organizou o Levante Comunista, em 1935. O Levante foi derrotado e o PCB violentamente reprimido, seus membros foram perseguidos, torturados e exilados.

O partido retornou à legalidade somente no fim do Estado Novo, em 1945, mas por um breve período. Em 1947, o PCB foi novamente posto na ilegalidade, tendo seu registro cassado, assim como os membros do partido que haviam sido democraticamente eleitos nesse período, entre eles Luís Carlos Prestes, a principal liderança do partido na época. A atuação dos comunistas, nesse período, escreveu linhas importantes da história

política do Brasil, o que merece uma abordagem com maior atenção nesta sessão do trabalho.

O PCB foi resultado direto da organização dos trabalhadores que ganharam protagonismo nas lutas sociais a partir do início do século XX, na mesma época em que a indústria brasileira começou a se expandir, e como consequência inevitável gerou o operariado fabril, de acordo com Mazzeo (1999, p. 17):

Com a classe operária chegam as ideologias a elas vinculadas, chegam o socialismo e o anarquismo, em suas variadas versões. Chegam também - e como consequência - formas organizativas sindicais e políticas. *Esse é o contexto em que a nascente classe operária brasileira se constitui como a maior novidade da história do país.*

Foi também em 1917, que eclodiu na Rússia a revolução socialista, pondo fim ao regime absolutista do Czar e inaugurou outra forma de organização social pautada nas ideias revolucionárias de Vladimir Lênin. A partir de então, houve uma crescente organização de Partidos Comunistas (PCs), pelo mundo. O regime soviético e o Movimento Comunista Internacional (MCI), influenciaram diretamente a fundação do partido no país e “[...] a organização do PCB se constituiu na maior e mais positiva novidade política do Brasil, cujo pioneirismo [...] foi o de procurar fazer protagonista da história brasileira o seu próprio povo” (Mazzeo, 1999, p. 23, grifo do autor).

Desde sua fundação, em 1922, o PCB esteve na ilegalidade, mesmo após conseguir seu registro eleitoral em 1927, o partido se manteve ilegal (foi cassado no mesmo ano). Em 1935, no entanto, a história do Brasil ficou marcada pelo levante comunista organizado pela Aliança Nacional Libertadora (ANL), e liderada por componentes do partido. O evento foi fortemente reprimido, terminando com prisões dos comunistas - e com o fato histórico marcante da deportação de Olga Benário para a Alemanha Nazista - e o levante comunista acabou sendo utilizado como discurso para a consolidação do poder de Vargas.

Mesmo na ilegalidade, o PCB continuou atuando politicamente, e quando o Estado Novo começou a demonstrar os primeiros sinais de esgotamento – e entrar na crise, de qual lado apoiar na guerra - os comunistas divergiram no posicionamento. Foi somente após a Conferência da Mantiqueira, que ficou definido o posicionamento do PCB diante dos acontecimentos daquele momento, conforme Edgar Carone, 1982, p. 3:

Em síntese [...] a posição que vai ser ratificada pela Conferência da Mantiqueira: em agosto de 1943 [...] Denominada de II Conferência Nacional do P.C.B [...] a Conferência da Mantiqueira resulta na

afirmação da União Nacional externa e interna: a guerra mundial é vista como “guerra de libertação dos povos nacionalmente oprimidos pelo fascismo”, e “guerra de preservação da liberdade dos povos contra a ameaça de dominação fascista”; o governo de Getúlio Vargas não é fascista, pois dele participam ao mesmo tempo reacionários e homens que lutam pela democracia, daí a razão da “União Nacional em torno do Governo”, do “apoio irrestrito à política de guerra e ao Governo que a realiza” [...].

Entretanto, o tom de crítica ao regime interno se manteve e, a partir da crise de 1945, ficou definido que “[...] a tônica é a democratização e a convocação da Assembleia Nacional Constituinte [...] os comunistas preferem que haja ‘Constituição com Getúlio’ [...]” (Carone, 1982, p. 4-5). Ou seja; foi a partir da Conferência da Mantiqueira que a posição liderada pela CNOP passa a ser a oficial do partido, mantendo-se a postura contra o Estado Novo e o modelo de governo autocrático de Getúlio Vargas e, ao mesmo tempo, optou-se por um pragmatismo em relação à figura do presidente.

As divergências internas do partido se separaram em três concepções: a primeira, e de menor adesão, foi dissolver o partido, já que o então líder da União Soviética, Josef Stalin, tinha encerrado as atividades da Internacional Comunista e não faria mais sentido manter o partido mesmo que na ilegalidade. A segunda posição era ser contrário ao inimigo externo e favorável à União Nacional, mas sem apoiar Getúlio Vargas “[...] é preciso adotar política concomitante no combate à direita, na Europa como no Brasil; uma coisa não exclui a outra; ambas fazem parte de um mesmo processo [...]” (Carone, 1982, p. 2). A terceira, e de maior adesão, é liderada pela Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP) e dizia que o melhor caminho era a de União Nacional, contra o inimigo externo, mas a favor do governo, pois o movimento interno era um movimento de pacificação (Carone, 1982, p. 3).

De maneira geral, o PCB manteve um tom de crítica ao Estado Novo e de luta pela democratização do Brasil. Um dos reflexos dessa luta se refletia diretamente no enfrentamento à direita reacionária liderada por Plínio Salgado, fundador da Ação Integralista Brasileira (AIB), uma vez que esse confronto “[...] significa combater a corrente mais direitista que apoia o governo, o que indiretamente é uma forma de criticar e enfraquecer o Estado Novo [...]” (Carone, 1976, p. 220). Entre divergências e convergências externas e internas no partido, o PCB manteve uma posição de pressão para que Getúlio Vargas retrocedesse em suas políticas autoritárias e ditatórias. Para isso, o partido se manteve ativo nos estados brasileiros a partir de células e com um programa de propaganda ideológica bem definido.

Em relação à AIB, foi na conjuntura de efervescência político partidária dos anos 30 e 40 e de lutas sociais que surgiu e se projetou como o “primeiro partido de massas de direita do Brasil”. Em 1938, houve uma tentativa de Golpe de Estado por parte dos integralistas, liderada pela AIB. Esse evento ficou conhecido como o Levante Integralista (ou Putsch Integralista), e tratou-se de uma revolta armada fortemente reprimida pelo exército fiel a Getúlio Vargas. E como resultado, algumas de suas lideranças foram presas, mortas e outras exiladas, incluindo Plínio Salgado. O caráter autocrático e centralizador do governo, durante o Estado Novo, se aproxima das formulações Integralistas. Quanto a isso, não há dúvida, mas a posição da AIB em relação a Getúlio e o Estado Novo foi, no mínimo, contraditória.

Com os acontecimentos de 1945, a AIB entrou na mira das oposições como uma ameaça à democracia, principalmente pelo fato de o integralismo se aproximar do nazismo e fascismo, ideologias dos países do Eixo. Esse fato foi usado pelas oposições a Vargas para enfraquecer ainda mais sua posição, já que os integralistas não se manifestavam contra o Estado Novo. Sobre a AIB, será aprofundado o assunto mais adiante neste trabalho, portanto, é importante frisar seu uso para o enfraquecimento de Getúlio Vargas.

Mas nem só de oposição viveu Vargas. Com a intensa agitação política do início da década de 1940, e no Estado Novo, em ruínas, surge o movimento “Queremista”. Uma parte da população defendia uma nova assembleia constituinte e eleições com a participação do então presidente, pois, se opunha ao regime estadonovista. Isso consolida a figura de Getúlio Vargas como o “pai dos pobres” e seu apelo trabalhista junto às massas. No início do ano de 1945, a atenção voltou-se toda para o possível decreto presidencial que estipularia a data das eleições daquele ano. Em maio foi divulgado, e a data das eleições ficou marcada para 2 de dezembro. A partir daí, as campanhas presidenciais ganharam estímulo e o novo Partido Social Democrático (PSD), apoiou a candidatura de Eurico Gaspar Dutra. E a recém-formada UDN lançou seu próprio candidato, o brigadeiro Eduardo Gomes (Skidmore, 1969, p. 74).

O movimento Queremista começou a ser articulado no início de 1945, ganhando força entre fevereiro e março daquele ano e, a princípio, a intenção era de adiar as eleições presidenciais e convocar eleições para a Assembleia Constituinte “[...] seu objetivo era ‘redemocratizar’ o Brasil sob os auspícios do ditador [...]” (Skidmore, 1969, p. 75). A posição dos Queremistas, indicava para eleições presidenciais, somente depois da promulgação de uma nova Constituição. Já a oposição a Vargas e ao Estado Novo, queria

exatamente o contrário disso. O movimento foi chamado de “Queremismo”, devido ao seu slogan: “Queremos Getúlio”, e sua máxima era: “Constituinte com Getúlio”, e a posição de Getúlio Vargas em relação ao movimento era ambígua e o tom de mistério “[...] estimulava especulações maiores com respeito à sua verdadeira atitude diante das eleições iminentes [...]” (Skidmore, 1969, p. 76).

Em junho de 1945, o governo baixou a lei antitruste (apelidada de lei malaia), que previa um aprofundamento da intervenção do Estado na economia. Foi fortemente criticada pela UDN, capitaneando o discurso oposicionista, cujo argumento apontava que a lei tentava barrar o processo de democratização em curso. Contudo, essa guinada de Getúlio Vargas a uma postura nacionalista e estatizante, agradou as esquerdas e afastou os liberais “[...] a partir daí, Vargas passou a incorporar ao seu cálculo político o apoio dos comunistas (Dulci, 1986, p. 82)”. O Partido Comunista via essa guinada de Vargas como positiva, diante das orientações liberais e reacionárias dos seus adversários, e a Constituição com Getúlio passou a fazer parte da defesa do PCB, o que foi ao encontro do Queremismo, e causou certo espanto nos setores liberais, visto que:

[...] O grande poder de arregimentação do ‘queremismo’ somado à estrutura do PC representava um evidente fortalecimento de Vargas. Assusta na mesma medida a oposição liberal, dotada de muito menor folego de mobilização popular. Em face da quebra das regras do jogo, a oposição contra-ataca a seu modo: apela para a intervenção militar [...] (Dulci, 1986, p. 83).

Em decorrência do movimento Queremista, surgiu o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), e nele se reuniram sindicalistas e apoiadores de Vargas. Foi um partido que disputou protagonismo e eleitorado com o PCB, expressão direta do trabalhismo do Estado novo. Voltaremos a essa discussão mais adiante.

As frações da burguesia nutriam diversos interesses em relação à deposição de Vargas e Segundo Edgard Carone (1976, p. 346)¹¹:

O golpe e a queda de Getúlio Vargas representam luta entre as duas facções das classes dirigentes, cada uma delas tentando alianças e conchavos para permanecer ou conquistar o poder. Só que as alas vencedoras, a de Eduardo Gomes e as da UDN, que neste momento se aconchavam com Dutra e os do PSD, representam uns aos outros, civis e militares, os grupos mais reacionários e anticomunistas, os grupos mais entreguistas e desnacionalizadores, que vão tomar conta do poder

¹¹As duas frações mencionadas por Edgard Carone não estão explicitamente identificadas em sua obra como burguesia agrária e burguesia industrial; essa interpretação é uma construção nossa.

e destruir, um a um, grande parte das conquistas econômicas e sociais estruturadas nos 15 anos anteriores.

Na disputa pelo protagonismo, quem “venceu” foi a burguesia agrária, que representava o setor retrógrado das classes dominantes. Era preciso acabar com o Estado Novo, mas não completamente. Não houve um questionamento sobre a estrutura estadonovista, incluindo a CLT. Ao contrário, o corporativismo do Estado Novo foi de certa maneira assimilado pelos novos projetos políticos após sua queda, pois atendiam as demandas da burguesia brasileira. Por fim, Vargas foi destituído de seu posto, como presidente, por meio de um golpe de Estado. Impedido de lançar sua candidatura à presidência, acabou apoiando o candidato Eurico Dutra, que havia sido seu ministro, causando a maior transferência de votos da história política brasileira.

A deposição de Getúlio Vargas foi resultado de uma série de acontecimentos interligados que enfraqueceram seu governo. Resumidamente, a queda do presidente se deu por conta do cenário político internacional e a pressão em relação à Segunda Guerra Mundial; crescimento da oposição; mobilização popular; perda de apoio do setor militar e, finalmente, perda de apoio político, incluindo aliados importantes.

As tensões e conflitos que se reproduziram durante o período de 1930 até 1945, foram motivados por disputas entre diferentes frações da burguesia brasileira. De um lado, o setor agrário-exportador tentava a todo custo retornar ao poder e voltar a ter a influência que tinha durante a República Velha. Do outro lado, a crescente burguesia industrial precisava manter as condições necessárias para dar seguimento ao seu projeto de hegemonia. Além disso, a recente classe trabalhadora urbana e a emergente classe média também disputavam seus espaços. Entretanto, é óbvio, que diante das forças burguesas, essas duas últimas camadas da sociedade não tinham muita chance.

Há que se destacar também, que, ao final do Estado Novo, existiram diversas alternativas de democratização; normalmente a Ciência Política hegemônica destaca somente a proposta pela via liberal-burguesa, conforme Ribeiro (2022, p. 132)

[...] Com a publicação do artigo “As Origens do Sindicalismo Populista” em 1973, Francisco Weffort estabeleceu a interpretação de que apenas duas forças políticas disputaram o controle da transição para a democracia: a oposição liberal e as correntes políticas articuladas por Vargas.

Esse entendimento se exime de trazer para o debate a proposta de democratização protagonizada pela classe trabalhadora, principalmente através do PCB. Existe um entendimento de que, nesse período, as classes subalternas se mantiveram alheias aos fatos e quase submissas aos acontecimentos que guiaram o Brasil ao período de “reabertura democrática”, mas isso não é bem um fato, considerando que:

[...] Utilizando argumentos muito parecidos com as críticas feitas inicialmente pelos liberais, o autor sustenta que os comunistas não manifestaram grandes interesses pela democratização, ou por promover uma representação autônoma dos trabalhadores urbanos, e que se limitaram a apoiar o ditador para garantir o retorno do seu partido à legalidade (Ribeiro, 2022, p. 132).

Normalmente, o PCB era visto somente como um partido cooptado e/ou aliado a Vargas, e não um partido que representava uma alternativa autônoma de saída da ditadura estadonovista. Pode ser que essa *confusão* acontecesse pelo motivo de o PCB ter feito uma aliança com Getúlio naquele período, como dito anteriormente neste item. Mas, mesmo com o advento da aliança, o partido manteve seu próprio projeto de redemocratização.

É importante destacar que diferentes grupos políticos disputavam o conceito de democracia. Antes mesmo da queda do Estado Novo e das propostas de “redemocratização” já existiam definições distintas -sobre o que era, e o que deveria ser considerado democracia. Vargas era contrário a uma democracia liberal; ele veiculava seu discurso através do DIP e difundia a ideia de que o Brasil vivia em uma democracia social. Ao mesmo tempo, o PCB também criticava a ideia de uma democracia liberal, mas, ao contrário de Vargas, para os pecebistas, a democracia liberal era limitada e não supria as necessidades da classe trabalhadora. Portanto, o conceito de democracia defendido pelos comunistas, era de uma democracia popular que buscava igualdade econômica, política e social (Ribeiro, 2022, p. 134).

Apesar do envolvimento do PCB com as lutas por democracia da classe trabalhadora, o protagonismo não foi do partido, “[...] Os trabalhadores não se mostravam submissos aos interesses de Vargas ou passivos frente às orientações dos comunistas, nem mesmo alheios à transição para a democracia [...]” (Ribeiro, 2022, p 143), dessa forma, os trabalhadores da época se mostravam autônomos e defendiam seu próprio entendimento de democracia. É claro que a concepção dos subalternos convergia com a dos comunistas,

tendo em vista que a missão histórica do partido é a luta por emancipação da classe trabalhadora. A conclusão é que:

[...] A identificação desse envolvimento crescente dos trabalhadores urbanos com a transição para a democracia revela a imprecisão da leitura de que somente as elites políticas estiveram em condições de disputar o controle da democratização, conforme predomina no debate acadêmico [...] (Ribeiro, 2022, p. 139).

Foi neste contexto final do regime estadonovista, que a UDN surgiu. Nela, se reuniram diferentes frentes oposicionistas, considerando que a proposta inicial do partido era justamente o discurso de União Nacional contra o Estado Novo e Getúlio Vargas. A principal ideia da UDN era de “modernizar o Brasil”, e esse discurso se propagou por toda a sua existência. A ideia de União Nacional foi o fundamento para a formação do partido, e a partir dele, reuniram-se, inicialmente, as esquerdas, alguns grupos de liberais clássicos e aliados de Vargas, que se afastaram com o decorrer do tempo. A história que se seguiu à sua fundação será abordada com mais profundidade no próximo item.

1.4 1945: Surge a União Democrática Nacional

Em 28 de fevereiro de 1945, o governo de Getúlio Vargas baixou um Ato Adicional que considerava a criação de condições “[...] necessárias para que entrasse em funcionamento o sistema dos órgãos representativos previsto na Constituição [...]” (Dulci, 1986, p. 73), nada mais do que uma continuidade da Carta de 1937, com uma certa flexibilização por parte do regime estadonovista que cedia à pressão por eleições livres, mas mantinha controle sobre esse processo. Entretanto, essa manobra não agradou a oposição que logo se movimentou para pressionar ainda mais o governo, colocando dúvida sobre a legitimidade do documento e, ao mesmo tempo, iniciou-se uma movimentação clamando por uma Constituinte “[...] a qual caberia a tarefa de recompor politicamente o país” (Dulci, 1986, p. 73).

Em fevereiro de 1945, Getúlio Vargas baixou o Ato Adicional que previa eleições para esse mesmo ano; uma manobra que acenava para a abertura política e divergia da Constituição de 1937. Seguindo esses preceitos, a proposta da Assembleia Constituinte ganhava força com o passar dos meses. Concomitante a isso, crescia o movimento que pedia anistia aos presos e perseguidos pelo regime, principalmente por parte da esquerda, que tinha como objetivo a liberdade de Luiz Carlos Prestes. No entanto, os liberais

visavam o retorno ao Brasil, de exilados, como Armando de Sales Oliveira¹² e Otávio Mangabeira¹³, além de anistiar nomes que já haviam retornado ao Brasil, como Flores da Cunha¹⁴. Em um primeiro momento, o governo ignorou a movimentação pró-anistia, mas cedeu logo, e no dia 18 de abril de 1945, baixou o decreto que anistiou todos os prisioneiros e condenados políticos, pois “A anistia ampla e irrestrita era condição indispensável para o processo de democratização” (Dulci, 1986, p. 75).

Nesse momento, a UDN já estava sendo articulada, apesar das dificuldades encontradas para reunir diferentes frações da oposição ao Estado Novo. Durante dois meses foi planejada a convenção de fundação do partido, que foi marcada para o mês de abril daquele ano (1945). O que se destacou foi a heterogeneidade dos grupos que compuseram a convenção, reunidos com um só propósito e aproximados por um só ideal - derrotar Getúlio Vargas - e pôr fim no regime estadonovista (Dulci, 1986, p. 76).

A partir da redemocratização, o cenário político brasileiro ganha novos contornos. Com a deposição de Getúlio Vargas e o fim do regime, novos partidos políticos surgem, como, por exemplo, o PSD e o PTB. Assim, o PCB saía da ilegalidade ao conquistar novamente o registro partidário. O discurso de União Nacional, que perdurou por todo o período de declínio de Vargas, foi usado como base para a formação da UDN. Essa concepção se juntou ao discurso sobre uma possível “tradição liberal brasileira,” e a fórmula para a sua fundação e institucionalização estava feita.

Fundada oficialmente em 7 de abril de 1945, uma data que faz referência à abdicação ao trono imperial feita por Dom Pedro I - em favor de seu filho Dom Pedro de Alcântara, ocorrido em 7 de abril de 1831 - e que dá início ao chamado Período Regencial. A data passou a ser utilizada por figuras liberais como um importante acontecimento para o liberalismo brasileiro, pois, para tal tradição política, o episódio marcaria a ruptura com a monarquia e dava início a um novo período para a política do país. Notavelmente, a escolha da data considerada subversiva pelos fundadores da UDN, carregava uma concepção ambígua sobre liberalismo, muito mais próximo do conservadorismo; concepção inclusive que é uma característica histórica da burguesia brasileira (Benevides, 1981, p. 24).

¹² Foi interventor do estado de São Paulo durante o Estado Novo, deixou o cargo em 1937 para concorrer à presidência da República nas eleições que estavam previstas para aquele ano, após o golpe, foi para o exílio em Portugal.

¹³ Foi ministro das Relações exteriores durante o governo de Washington Luís e governador da Bahia entre os anos de 1947 e 1951. Devido a sua oposição ao Estado Novo, foi para o exílio nos EUA.

¹⁴ Governador do Rio Grande do Sul no período de 1930 a 1937, depois disso rompeu com Vargas e foi para o exílio no Uruguai.

A UDN surgiu como um partido representante das classes médias e reivindicava uma “herança liberal”. De acordo com Afonso Arinos (1974 apud Benevides, 1981, p. 243) “A União Democrática Nacional é a legítima herdeira da tradição liberal da reforma dos costumes políticos e administrativos [...]”. Seus quadros utilizavam o discurso de o partido ser uma espécie de “continuador” do liberalismo brasileiro e perdurou por toda a sua existência. As figuras que inspiravam o partido eram liberais clássicos que atuaram de forma intensa durante o período imperial - entre elas, Ruy Barbosa e Teófilo Otoni.

A reunião de 7 de abril de 1945, aconteceu no auditório da Associação Brasileira de Imprensa, no Rio de Janeiro. Nos discursos, perduravam as concepções que acompanharam a campanha do brigadeiro Eduardo Gomes para a presidência naquele mesmo ano, como, por exemplo: “[...] liberdade de imprensa e de associação, anistia, restabelecimento da ordem jurídica, eleições livres e sufrágio universal [...]” (Benevides, 1981, p. 25). O objetivo da UDN foi um só: derrotar o regime do Estado Novo e, nem mesmo os avanços na área trabalhista foram poupados das críticas. Até os setores mais progressistas que compuseram essa reunião não se mostraram sensíveis ao assunto e acusaram essa estrutura de “[...] terem criado ‘um falso capitalismo de Estado’ [...]” (Benevides, 1981, p. 26).

Após intensos discursos com exaltações a personalidades liberais expressivas da história brasileira – algumas aqui já citadas – comparações de Washington Luís com D. Pedro I no exílio e sugestão de prisão para Vargas - a ata de fundação da UDN é assinada por cerca de 70 apoiadores. Alguns fatos sobre esse dia chamam a atenção, como por exemplo:

[...] presença de nomes de políticos que se afastaram radicalmente do partido, por motivos diametralmente opostos, como Adhemar de Barros (fundaria o PSP) e Astrojildo Pereira (comunista) [...] (Benevides, 1981, p. 28).

A “frente ampla” de oposição à ditadura estadonovista acabou atraindo diferentes adversários de Getúlio Vargas com concepções distintas, em termos de oposição. O termo da ata de fundação está atualmente arquivado no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), no Rio de Janeiro. O documento com as assinaturas, citado por outros estudiosos da UDN, não consta nos arquivos digitais do IHGB. Quanto ao termo, seu texto apresenta um embrião das ideias que os udenistas defenderiam ao longo da existência do partido. Vale destacar alguns trechos, como:

Em face da atmosfera de confusão que se acentua perigosamente, a União Democrática Nacional julga indispensável fazer ao país as seguintes declarações: ‘São absolutamente inaceitáveis, nos termos e rumos circunscritos por variáveis de pontos oficiais ou oficiosos, seguidos após o movimento político democrático, que segura em toda linha a candidatura do Major Brigadeiro Eduardo Gomes, tendo o objetivo de chegar ao poder por meio de golpes ou revoluções, ou vise de qualquer forma, promover ou facilitar as perturbações da ordem pública em qualquer ponto do território nacional. (UDN, 1945, p. 1-2)

A UDN, logo no termo de sua Ata de fundação, condenava tentativas de golpes de Estado e sustentava que o poder institucional fosse alcançado unicamente via eleições livres e diretas. Entretanto, a diferença entre discurso e ação, característica fundante da dualidade udenista, fica evidente quando o partido passa a apoiar, e em certas situações até apelar, para golpes ou tentativas de golpes nos anos seguintes. O texto segue fazendo outras menções a eleições livres, algo que é recorrente neste texto inicial da UDN, como, por exemplo:

Em virtude disto, a União Democrática Nacional afirma peremptoriamente que empenha todos os seus esforços no sentido de facilitar o advento de eleições livres e limpas, porque somente elas correspondem ao desenvolvimento e ao superior interesse da nação (UDN, 1945, p. 2).

Em outro momento, é mencionada a possibilidade de resistir a um possível golpe de Estado de Getúlio Vargas para continuar no poder, mais um exemplo das ambivalências da UDN, como é possível observar no seguinte trecho:

Reagiremos. Protestamos perante os tribunais, perante o jornalismo, os jornalistas, perante a classe armada, e os conservadores, perante os profissionais liberais, perante o proletariado, perante todos os homens, mulheres que amam a Pátria e a liberdade, excitando-os a que não se curvem com todas as forças e clamam a todos ao seu alcance, a fim de evitar o golpe que se prepara (UDN, 1945, p. 2).

O fato mais curioso, é que Vargas é deposto em outubro, por um golpe - em parte articulado pela UDN, inclusive com participação direta de Eduardo Gomes - como foi apontado por Luís Carlos Prestes na Assembleia Constituinte em 1946, num debate com Otávio Mangabeira: “[...] Na noite de 29 para 30 de outubro, quando o Sr. Brigadeiro Eduardo Gomes, junto com o General Dutra, comandavam o golpe [...] (Benevides, 1981,

p. 51). Esse é o mesmo partido que tem como discurso o que se lê no termo da Ata de fundação, liberdade, eleições livres, desde que não envolva os que são contrários. Inclusive, ao longo dos anos até sua dissolução em 1965, a UDN fez acordos e se uniu a setores militares, em muitos casos resultando em instabilidade institucional, caso os resultados não fossem o que os udenistas esperavam.

As cisões internas aconteceram logo no ano de 1945, quando foram registradas formações de pequenos partidos, como Partido Libertador (PL), que teve como primeiro presidente Raul Pilla, ou o Partido Republicano (PR), fundado por Arthur Bernardes em agosto de 1945 (o PR apoiou o Brigadeiro Eduardo Gomes nas eleições de dezembro daquele ano, mesmo após a dissidência da UDN), “[...] além das defecções individuais - tanto pela esquerda, quanto pela direita [...]” (Benevides, 1981, p. 29).

É comum uma confusão sobre a Esquerda Democrática (ED), ter surgido a partir de uma cisão da UDN. Isso acontece porque membros da ED estiveram presentes na fundação do partido e suas assinaturas constam na ATA, como Hermes Lima e João Mangabeira. Esses nomes são considerados dissidentes da UDN de maneira individual. Mas, a ED enquanto grupo, manteve uma aliança com o partido, pois:

[...] contava com reduzida capacidade de mobilização eleitoral e como a nova lei de 28/5/45, exigia, para registro de partidos nacionais, o mínimo de dez mil assinaturas, em pelo menos cinco estados [...] Pelo lado da UDN era ainda mais interessante contar com o apoio dos setores de esquerda, o que contribuía para dissolver a aura conservadora que marcava o partido (Benevides, 1981, p. 32).

A ED nunca foi uma ala orgânica da UDN, mas sim um grupo que compôs a frente única de oposição. Um pouco mais tarde, em 1947, após a aprovação da nova Constituição, a Esquerda Democrática se consolidou como o Partido Socialista Brasileiro (PSB). É preciso destacar esse fato, visto que a UDN, apesar de reunir as esquerdas, cindiu com os ideais mais progressistas e assumiu seu caráter conservador algum tempo após sua fundação, como partido da ordem.

O partido também apresentava algumas características centrais como, por exemplo: golpismo, antipopulismo, moralismo, autoritarismo e conservadorismo - possíveis de identificar logo no início de suas atividades partidárias - pois são traços encontrados em sua base social, já que o partido “[...] representava parte considerável das oligarquias rurais e das pequenas cidades, também representava amplas sessões da classe média urbana de alguns Estados [...]” (Soares apud Dulci, 1986, p. 33).

Essas classes têm sua origem na pequena burguesia, do período da República Velha, que era fundamentalmente conservadora e moralista e “A luta oposicionista do período consistiu, de modo geral, em críticas às práticas políticas vigentes, traduzidas num liberalismo essencialmente formal [...]” (Dulci, 1986, p. 52). Por isso, a passagem a seguir, será dedicada em expor um pouco sobre essa fração de classe e sua atuação política, levando em consideração que os oposicionistas da época não se empenhavam por mudanças sociais e econômicas. Suas atuações se restringiam ao campo formal da política e consistiam em reivindicar reformas jurídicas e institucionais. Os oposicionistas liberais viam no aprimoramento do sistema o único caminho para ter acesso ao poder, segundo Otávio Dulci (1986, p. 52)

[...] ao se esquivarem de reivindicações de caráter transformador, preservam o *status quo*, necessário à perpetuação dos interesses agroexportadores com que se identificavam. Daí o caráter geralmente conservador que orientava as oposições durante a República Velha.

As frações da burguesia desse período se complementavam; ao contrário do que ocorreu na Europa, a burguesia agrária e a nascente burguesia industrial brasileira eram (e, em certa medida, ainda são) associadas [...] à indústria que ofertava basicamente mercadorias que constituíam demandas do setor cafeeiro, tanto dos proprietários quanto dos assalariados “[...] e a continuidade da economia baseada no café, garantia a indústria, mercado necessário para os bens produzidos por ela” (Dulci, 1986, p. 51).

Portanto, não havia interesses reais por parte dos liberais que representavam essas camadas das elites em promover um rompimento com o regime político da época, reafirmando seu caráter retrógrado e dando o tom do sentido da oposição liberal do período. A UDN, tinha como referência, esse liberalismo que se reproduziu no Brasil, um liberalismo conservador que já não tinha o mesmo caráter revolucionário que havia tido na Europa, até meados do século XIX, e as personalidades liberais desse período influenciaram o partido. A forma com que o liberalismo foi assimilado e reproduzido no Brasil, de certo modo, definiu a tendência da UDN.

Retomando a formação do partido, vale destacar os grupos que compuseram a UDN e formaram a frente ampla de oposição; tais grupos eram basicamente:

- a) As oligarquias [destituídas] com a Revolução de 1930;
- b) Os antigos aliados de Getúlio, marginalizados depois de 1930 ou em 1937;

- c) Os que participaram do Estado Novo e se afastaram antes de 1945;
- d) Os grupos liberais com uma forte identificação regional;
- e) As esquerdas (Benevides, 1981, p. 29).

A título de ilustração, o primeiro grupo era composto pelas famílias tradicionais dos estados, como “[...] os Nery, no Amazonas; os Konder, em Santa Catarina; os Caiado, em Goiás [...] os autonomistas baianos liderados por Otávio Mangabeira, a facção de Júlio Prestes no Partido Republicano [...]” (Dulci, 1986, p. 76) que sofreram um deslocamento político após 1930. Alguns grupos que constituíram a Aliança Liberal e continuaram no poder após a ascensão de Vargas, saíram, por não concordarem com a “inclinação tenentista do novo governo” e se reuniram na UDN, em 1945.

Uma parte considerável da UDN era composta por aliados de Getúlio Vargas que ganharam destaque político com a ascensão do novo governo, mas se afastaram depois do golpe de 1937, como “[...] os Távora, no Ceará; José Américo, herdeiro político de João Pessoa, na Paraíba [...] os representantes da burguesia agroindustrial de Pernambuco, na Bahia, a máquina de Juraci Magalhães [...]” (Dulci, 1986, p. 76), entre outros; os ditos liberais, que eram, assim como os aliados de Vargas, desfavoráveis ao “tenentismo” que julgavam ser um traço do governo, como:

[...] no Estado do Rio, Raul Fernandes - remanescente do grupo de Nilo Peçanha -, Prado Kelly, Soares Filho; em São Paulo [...] em Minas, os situacionistas que dissentiram em 1937: Pedro Aleixo, Odilon Braga, Milton Campos, José Bonifácio [...] (Dulci, 1986, p. 76-77).

Todos esses grupos foram, de uma forma ou de outra, opositores do Estado Novo; no entanto, também integraram o governo, afastando-se por diferentes motivos, ao longo dos anos que se seguiram aos eventos de 1930. Esses agrupamentos eram, em sua maioria, organizados ao nível estadual e compostos por setores da pequena burguesia, com uma forte base eleitoral que migrou para a UDN quando seus representantes se uniram ao partido. Além desses grupos, também fizeram parte da UDN, as esquerdas, os estudantes e parte dos tenentes do movimento tenentista, que também é importante salientar (Dulci, 1986, p. 77).

Em relação aos tenentes, o grupo se dissolveu logo após 1930, e se dividiu em duas alas: a da esquerda - que se reuniu na Aliança Nacional Libertadora (ANL,) e sofreu com a repressão que as esquerdas sofreram nesse período. A outra ala se tornou centrista e usufruiu do poder político até romper com o governo, em 1937. Dentre estes centristas

estava Eduardo Gomes, que logo no início dos conflitos com o governo, emergiu como um nome à sucessão de Vargas. Essa ala tenentista se firmou como antigetulista e se reuniu na UDN, demonstrando um fracionamento das Forças Armadas (Dulci, 1986, p. 78).

Os estudantes, como anteriormente apontado neste trabalho, tiveram uma atuação importante contra o Estado Novo. Após a queda do regime, se dividiram em dois núcleos: de um lado - os comunistas que se reuniram no PCB e seguiram a linha determinada pelo partido de apoio a Vargas. Do outro - composto por liberais e socialdemocratas, se juntaram à UDN, num primeiro momento. Depois da derrota nas eleições gerais de 1945, os estudantes e demais figuras com o mesmo posicionamento político, se reuniram na Esquerda Democrática, a qual controlou a UNE, de 1947 a 1950. Portanto, os comunistas eram minoria dentro da UDN e romperam com o partido, pouco depois de sua fundação (Dulci, 1986, p. 78). No geral, as esquerdas tiveram uma atuação tímida na UDN; somente a Esquerda Democrática que precisou da sigla do partido para concorrer às eleições em 1945.

1.4.1 O programa udenista de 1949

O programa da UDN apresenta características de grande relevância e nesta sessão do trabalho, proporemos uma análise um pouco mais detalhada sobre as formas e mecanismos de articulação política da UDN. Na página inicial, é possível observar logo abaixo da tocha acesa - símbolo do partido - o seu lema, a saber: “[...] O preço da liberdade é a eterna vigilância [...]” (UDN, 1949, p. 1)¹⁵, o slogan que o partido utilizou ao longo de sua existência. O programa se divide em sete sessões: 1-Organização Política, 2- Organização Econômico-financeira, 3- Economia Rural, 4- Política Social, 5- Educação e Saúde Pública, 6- Defesa Nacional e 7- Política Exterior. A partir deste ponto, será realizada uma análise do primeiro programa do partido, considerando o contexto histórico e político da época.

Ao final da primeira seção – Organização Política – há uma divisão no campo do direito, entre direito público e direito privado. No campo do direito público, uma das diretrizes defendia “[...] a Revisão de toda a legislação totalitária do chamado Estado Novo [...]” (UDN, 1949, p. 6”).

¹⁵ Documento fornecido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), com sede no Rio de Janeiro.

Na segunda seção - que trata da Organização Econômico-Financeira - fica perceptível a preocupação da UDN com o processo de industrialização do país. Vale ressaltar o item dois, do documento, que aborda uma

[...] 2) - Política firme e gradual de industrialização, sem perder de vista os inconvenientes que um protecionismo mal orientado pode causar ao custo de vida do povo, assim como ao custo dos instrumentos de trabalho industrial e agrícola; industrialização bem orientada, que venha, inclusive, fomentar o desenvolvimento da agricultura, da pecuária e a elevação do nível de vida nos campos [...] (UDN, 1949, p. 7).

Este trecho evidencia que a UDN defendia, em seu programa, a industrialização impulsionada pelo Estado, mas sempre com muita cautela ao protecionismo. Da mesma forma, defendia o desenvolvimento industrial articulado ao desenvolvimento agrícola; em outras palavras - é a velha interação do historicamente novo se subordinando ao historicamente velho.

Esse programa da UDN foi o que possuiu maior abertura às propostas de modernização da economia. Entretanto, o trecho expõe um pouco suas contradições; propõe uma industrialização constante, mas “sem pressa”, dando a entender que isso poderia “sobrecarregar a economia do país”; demonstra a permanência da associação subordinada ao capital estrangeiro, quando propõe um protecionismo “bem orientado”. De forma abrangente, essa segunda seção segue essa linha, apresentando propostas inovadoras e de cunho social (influenciada principalmente pela Esquerda Democrática), mas sem perder o toque conservador. A UDN mudaria drasticamente o conteúdo, principalmente no que tange à modernização da economia, em seu segundo programa, aprovado na VI Convenção Nacional Extraordinária, reunida em 1957.

Nota-se a maior atenção dos udenistas na terceira sessão – Economia Rural – pois “[...] nossa economia ainda tem sua base nos produtos da terra” (UDN, 1949, p. 11); há propostas de valorização do homem do campo, crédito agrícola, cuidados com a saúde e alimentação dos trabalhadores rurais e até “[...] legislação de amparo social ao homem rural, a exemplo da que protege o trabalhador urbano, tendo em vista as necessidades do trabalho agrícola [...]” (UDN, 1949, p. 12). Ao todo, a seção é dividida em oito subseções e o que mais sobressai é a questão da Reforma Agrária, defendida explicitamente pela UDN, que propunha:

[...] promover a extinção dos latifúndios desde a adoção do imposto progressivo sobre os mesmos quando situados em torno das cidades e servidos por transportes, até a desapropriação, com indenização, visando ao desenvolvimento da pequena propriedade [...] (UDN, 1949, p. 14).

A defesa da UDN pela Reforma Agrária aparece em outros momentos, assim como nos demais partidos, devido principalmente à politização do assunto, que havia crescido nessa época. Como o programa udenista de 1949 apresentava propostas de cunho social, esse tema se tornou polêmico e acabou por dividir o partido durante o segundo governo de Getúlio Vargas. Boa parte dos partidos mencionava a Reforma Agrária para atrair apoio popular, e apesar dessa defesa evidente da UDN em seu programa de 1949, na prática, o partido lidava com essa questão de uma maneira bem mais complexa, e com o tempo, esse assunto foi motivo de divergências dentro da UDN (Benevides, 1981, p. 189).

O programa segue com a seção sobre Política Social, na qual a UDN defende o direito à greve, liberdade e pluralidade sindical, igualdade salarial entre homens e mulheres; defende a ampliação do regime de pensão para cobrir enfermidade, velhice, desemprego, maternidade e férias; construção de habitações operárias que sejam higiênicas e econômicas; melhoria nas condições de vida do povo; transportes rápidos e baratos; entrelaçamento da população rural e urbana; fiscalização do trabalho; participação dos trabalhadores nos lucros; punição para casos de racismo; proteção para o pequeno agricultor e proteção às artes populares.

Na seção Educação e Saúde Pública - o partido defende que a educação seja pública e de qualidade em todos os níveis de formação, e que o sistema educacional seja ampliado e melhorado¹⁶ - defende ainda que os currículos escolares sejam revisados e “purificados” “[...] das reminiscências antidemocráticas do chamando Estado Novo, e orientá-los no sentido de uma verdadeira educação democrática [...]” (UDN, 1948, p. 19). O partido também fala sobre a formação de professores - diz o programa que era preciso adequar essa formação às necessidades das áreas rurais e advoga pelo ensino técnico rural, conforme as necessidades regionais do país. O documento segue levantando questões sobre serviços sanitários e saúde, assistência médica, assistência social e finaliza falando sobre a importância de salvaguardar a saúde das populações tradicionais.

¹⁶ A UDN mudaria sua posição no programa de 1957, onde defendeu que o ensino fosse público somente nos anos iniciais de formação, que equivale hoje ao ensino fundamental I (do primeiro ao quinto ano).

As duas últimas seções, tratam respectivamente, da Defesa Nacional e Política Exterior. Na primeira - a UDN propõe que as forças de defesa nacional sejam adequadas às particularidades do Brasil e que busque ajudar na melhoria da indústria brasileira, bem como o aumento e melhor preparo dos aspirantes às forças armadas, incluindo ensino técnico para estes. Referindo-se à Política Exterior - o partido mantém um tom leve e propõe que as relações unilaterais não interfiram diretamente nas políticas internas e enfatiza que a “política da boa vizinhança” prevaleça.

O programa udenista de 1949 nada tem a ver com a atuação da UDN, o que, na verdade era uma regra geral, pois nenhum partido seguia o que seu programa direcionava. O programa da UDN especificamente apresentava um conteúdo, como dito anteriormente, com maior tendência à questão social, - como a Reforma Agrária, por exemplo - e com destaque em propostas modernizantes - o que tornava esse documento melhor elaborado em relação aos programas do PSD e PTB, a título de comparação (Benevides, 1981, p. 182). É importante destacar que as liberdades formais apresentadas no documento já haviam sido reivindicadas no Manifesto dos Mineiros, em 1943.

Os programas da UDN indicam alguns pontos fundamentais, tais como:

[...] herança doutrinária dos seus principais elaboradores; das tendências ‘ideológicas’ majoritárias, em termos de política econômica e social; [...] e, sobretudo, das contradições que revelam a defasagem entre letra e prática [...] (Benevides, 1981, p. 181).

A discrepância entre a prática do partido e o programa de 1949, tornou-se progressivamente mais evidente com o passar do tempo. No Programa de 1957, vários pontos apresentados no documento original foram abandonados, especialmente em respeito à política social. Enquanto o programa inicial defendia o direito à greve e à livre associação sindical, o programa de 1957 passou a enfatizar a atuação do Ministério do Trabalho como mediador entre capital e trabalho, com o objetivo declarado de “superar a luta de classes” (Benevides, 1981, p. 185). Só para destacar que o partido estava muito mais interessado em derrotar a figura de Getúlio Vargas, mas não a estrutura do Estado Novo; já que durante esse período, o Ministério de Trabalho era quem controlava e mediava as atividades sindicais. Esse posicionamento ambíguo da UDN constituiu sua principal característica ao longo de todo o período em que esteve em atividade. Nas próximas seções, esse tema será abordado com mais detalhes.

1.4.2 A UDN e o debate sobre o Petróleo: contradições entre os programas de 1949 e 1958.

A relação da UDN com a questão do petróleo é bastante singular e demonstra a dualidade liberal característica do partido. No Brasil, o petróleo começou a ser tratado como uma questão política por volta da década de 1930. Embora houvesse menções anteriores ao tema, foi apenas com a chamada “Revolução de 1930”, que o debate ganhou espaço na esfera política, impulsionado pelo aumento do consumo de combustíveis fósseis nesse período. Em 1934, uma legislação específica foi promulgada, estabelecendo que os recursos minerais passariam a ser gerenciados pela União, cabendo a essa instância a decisão sobre a exploração desses recursos “[...] O Código de 1934 foi reforçado em suas disposições nacionalistas pela Constituição, outorgada em 1937 (Dulci, 1986, p. 112).

A descoberta do primeiro poço de petróleo no Brasil, em 1939, intensificou o debate político em torno do tema, tornando necessária a definição de diretrizes para seu manejo. As divergências começaram a se manifestar a partir desse momento. Alguns integrantes do Estado Novo, com tendência estatista, começaram a aceitar a participação da iniciativa privada na exploração do petróleo, um movimento que ganhou força ao longo do tempo. Em 1946, durante a Constituinte, a política petrolífera passou a assumir contornos mais liberais, refletindo essa mudança de posicionamento “[...] e a Constituição autorizava a participação de brasileiros, ou de empresas organizadas no país, na exploração do petróleo [...]” (Dulci, 1986, p. 112), medida que teve uma aceitação abrangente; até mesmo os constituintes do Partido Comunista aderiram a ela.

Mais tarde, durante o primeiro ano do governo de Eurico Dutra, em 1947, foi formada uma comissão presidida por Odilon Braga, que havia sido Ministro da Agricultura antes do Estado Novo¹⁷. Dutra confiou à comissão, a tarefa de regulamentar a questão do petróleo, e, em 1948, a Comissão apresentou o Anteprojeto do Estatuto do Petróleo. O documento tinha um caráter marcadamente privatista, prevendo que, pelo menos 40% do controle petrolífero, fosse exercido por empresas privadas. No entanto, o projeto enfrentou rejeição e o governo decidiu deixar a decisão nas mãos do Congresso (Dulci, 1986, p. 112-113).

¹⁷ Odilon Braga renunciou ao cargo em 1937 como forma de protesto contra a instauração do Estado Novo.

Os partidos estavam internamente divididos sobre essa questão. Entretanto, a UDN se mostrava mais homogênea, defendendo a iniciativa privada. Além disso, o anteprojeto foi fortemente criticado por setores liberais, pois, para eles, faltava maior participação do capital estrangeiro — posição defendida, por exemplo, pelo economista Eugênio Gudin. Por outro lado, também houve críticas de quem discordava da participação de empresas estrangeiras na exploração do petróleo. Foi nesse contexto que surgiu a Campanha do Petróleo “[...] Um dos mais memoráveis movimentos de mobilização política já articulados no país [...]” (Dulci, 1986, p. 113), que durou de 1947 a 1953. Quanto ao anteprojeto de caráter privatista, este acabou arquivado.

A discussão sobre a questão do petróleo perdurou durante todo o governo de Eurico Dutra. Foi somente com o retorno de Getúlio Vargas ao poder, que o tema ganhou forma. Em outubro de 1953, Vargas sancionou a lei que criou a Petrobras, estabelecendo o monopólio estatal do petróleo “[...] Esta data marca o final de uma grande disputa entre nacionalistas e ‘entreguistas’, que vinha se desenrolando há muitos anos [...]” (Picaluga, 1980, p. 134). Antes da aprovação da criação da Petrobras, grupos nacionalistas combateram o projeto do Executivo por permitir a participação de capitais privados.

Existiram três diferentes perspectivas referentes ao petróleo: um projeto elaborado por Carlos Marighela - que vedava a participação de capitais privados, internacionais e nacionais, na exploração e projetava uma empresa cem por cento estatal. Esse projeto foi apresentado em 1947, e acabou arquivado, mas ajudou a potencializar o segundo projeto. Dessa vez, proposto por grupos nacionalistas, liderado pelo Clube Militar e pelo General Horta Barbosa, com apoio de intelectuais nacionalistas e estudantes, o segundo projeto deu origem à campanha: “O petróleo é nosso”. Esses grupos nacionalistas tinham como diretriz o desenvolvimento industrial do Brasil de maneira soberana, sem a participação de capitais internacionais. A terceira perspectiva, permitia a participação de capital estrangeiro e foi apresentada por nomes como Eugenio Gudin e Flores da Cunha, e era apoiada por alguns veículos de imprensa, como o jornal “O Estado de S. Paulo”.

Vargas apresentou um projeto que previa um “meio termo” nessa questão - o petróleo seria estatal, mas com participação de capital privado brasileiro. Nesse contexto, a UDN se uniu a nacionalistas, trabalhistas e demais grupos que discordavam da proposta do executivo. A atitude da UDN gerou reações distintas e entre os apoiadores do projeto da Petrobras (que permitia a participação de capital privado nacional), houve inconformismo, sendo que a UDN representava uma ala conservadora e liberal, que tinha aversão à participação do Estado na economia. Por outro lado, entre os nacionalistas que

eram contrários ao projeto de Vargas, pois almejavam que o petróleo fosse cem por cento estatal, a postura da UDN foi recebida com entusiasmo, pois permitia mostrar que a defesa do monopólio estatal do petróleo não era "uma política comunista"¹⁸ (Picaluga, 1980, p. 135-136), fato que sempre fora usado em discursos políticos como algo ameaçador.

Essa postura da UDN revela que o partido, na verdade, nunca seguiu um programa econômico rígido. Adaptou-se conforme a conjuntura política do país, guiada principalmente por sua oposição incansável a Getúlio Vargas. Todavia, a UDN não se posicionou contra o projeto de criação da Petrobrás - por discordar da participação da iniciativa privada, ou por ser partidária do monopólio estatal - mas sim, porque era justamente Getúlio Vargas quem havia proposto o projeto. Nessa atitude, o partido foi fiel à sua proposta de fundação inicial, basicamente que - se Vargas estivesse de um lado, os udenistas estariam de outro - independente do tema a ser debatido.

Em seu Programa de 1958, aprovado na Convenção Nacional de 1957, a UDN retoma sua visão liberal e privatista, bem como o “[...] Estímulo ao capital estrangeiro, condicionado a um plano de prioridade ditado pela conveniência do desenvolvimento econômico nacional [...]” (UDN, 1958, p. 6). As referências à intervenção estatal são bem mais ponderadas em comparação com o programa de 1946, e cita “[...] Alívio gradativo dos sistemas de controle estatal que impeçam o desenvolvimento harmônico das forças de produção (UDN, 1958, p. 6). Diversos pontos do programa enfatizam a necessidade de vigiar o abuso do poder do Estado e pede “[...] autonomia ao Banco do Brasil em relação ao Estado (UDN, 1958, p. 7).

Como os fatos se sucederam já é sabido - o projeto de Vargas é aprovado e a Petrobras é criada “[...] e a UDN, posteriormente identificada com as correntes ‘entreguistas’ na política brasileira, passaria à história como a defensora do monopólio estatal do petróleo [...]” (Benevides, 1981, p. 203). As discussões em torno da Petrobras continuaram nos anos seguintes dentro da UDN, sem que houvesse consenso sobre o assunto entre os udenistas.

1.5 O governo de Eurico Gaspar Dutra e a Guerra Fria

¹⁸ Dizia o jornalista Carlos Lacerda, em tom pejorativo, que a campanha nacionalista era “obra de comunista” (Picaluga, 1986, p. 135).

As eleições de 1945 marcaram uma nova fase na política brasileira, em um cenário de efervescência e novidade após o período do Estado Novo, durante o qual não havia ocorrido eleições diretas. Em 2 de dezembro daquele ano, Eurico Gaspar Dutra foi eleito presidente com 55% dos votos, derrotando seu principal oponente, o Brigadeiro Eduardo Gomes, candidato da UDN, que ficou em segundo lugar. O apoio de Getúlio Vargas à candidatura de Dutra, embora tardio, foi decisivo para o resultado. Esse episódio é, até hoje, considerado como uma das mais significativas transferências de votos da história política brasileira, assegurando a vitória de Dutra.

O programa de governo de Eurico Dutra era conciliatório e seu mandato ficou marcado pela abertura política e pelo retorno à legalidade. Apesar das problemáticas, incluindo traços autocráticos e repressivos, o princípio democrático liberal burguês conseguiu se manter, ainda que com algumas limitações, já que “[...] quando se tratava dos comunistas e dos trabalhadores organizados, o legalismo era muitas vezes esquecido [...]” (Fausto, 2006, p. 401).

Após as eleições de 1945, o foco passou a ser a Assembleia Constituinte, estabelecida em 2 de fevereiro de 1946, que terminou com a promulgação da nova Constituição Federal, em 18 de setembro daquele ano. Finalmente, a Constituição de 1937 foi redigida por uma assembleia eleita com diferentes representantes de diferentes partidos. Durante o período em que a Constituinte estava em andamento, Dutra promulgou o Decreto-Lei n.º 9.070, de 1946, que regulamentava o direito de greve. Esse decreto determinava que atividades consideradas essenciais, que praticamente englobavam quase todos os setores da sociedade, não poderiam ser paralisadas (Fausto, 2006, p. 401). A medida foi tomada em um contexto de crescente mobilização grevista no país, impulsionada principalmente pelo apoio dos comunistas, e

[...] Mesmo após ser promulgada a Constituição de 1946, que garantia como princípio geral o direito de greve, permaneceu ao longo dos anos como texto legal regulador das greves. A democratização ficou assim a meio caminho quando se tratava de direitos dos trabalhadores (Fausto, 2006, p. 402).

Não por acaso, foi durante o governo Dutra que a perseguição aos comunistas atingiu novos patamares. Nas eleições de 1946, o PCB obteve uma expressiva votação, elegendo dezessete deputados e um senador, Luís Carlos Prestes, além de conquistar a maioria na Câmara dos Vereadores do Distrito Federal. Nas eleições estaduais de 1947, o partido superou até mesmo a UDN em número de votos. Essa ascensão, somada ao

contexto internacional, em que a União Soviética (URSS) expandia sua influência e desafiava a hegemonia dos Estados Unidos, incomodou os setores conservadores (Fausto, 2006, p. 402). A solução encontrada foi, novamente, cassar as candidaturas comunistas e o registro do partido. Assim, em 1947, o PCB retorna à ilegalidade.

[...] A decisão controversa, tomada por apenas um voto de diferença [...] baseou-se em texto da Constituição. Ele vedava a existência de qualquer partido cujo programa ou ação contrariasse o regime democrático, baseado na pluralidade dos partidos e na garantia dos direitos fundamentais do homem (Fausto, 2006, p. 402).

Após a cassação do PCB, o Ministério do Trabalho ordenou intervenções em diversos sindicatos, incluindo o fechamento da CTB (Confederação do Trabalhadores do Brasil), que na época era composta, em sua maioria, por comunistas e petebistas. Ao longo dos anos, essas intervenções se intensificaram, e, até o final do mandato de Eurico Dutra, mais de 200 sindicatos estavam sob intervenção do Estado. Essa estratégia se mostrou uma forma eficaz para o governo, eleito de forma direta e democrática, controlar os trabalhadores e desarticular suas organizações, sob o pretexto do já desgastado "combate ao comunismo". É interessante notar como o retorno à democracia só aconteceu para determinados grupos da sociedade.

É importante ressaltar a posição dos udenistas sobre a cassação dos comunistas. O partido se dividiu: uma parte discordava dessa decisão, com alguns membros defendendo o princípio legalista da UDN e argumentando que, em uma democracia liberal, diferentes ideias deveriam coexistir em harmonia, com decisões tomadas por consenso. Afonso Arinos, por exemplo, sustentava que a cassação era inconstitucional. Já, Otávio Mangabeira argumentava que os comunistas, na ilegalidade, seriam mais difíceis de combater e suas fileiras aumentariam (Benevides, 1981, p. 67). Todavia, a ala mais radical mantinha uma posição favorável à cassação, movida pelo anticomunismo, e também por se tratar de uma condição para uma boa relação com o governo, imposta por Dutra aos udenistas. Mas no fim, as divergências não ocorreram por uma parte considerar a cassação antidemocrática, mas sim, pelo receio de não poder mais "fiscalizar" o PCB de maneira sistemática, como afirmou Mangabeira. Contudo, essa divergência dos udenistas não foi tão contraditória como as demais.

Quanto ao governo Dutra, no geral, apresentou forte alinhamento com os interesses dos Estados Unidos e foi guiado por uma política econômica privatista e de

conciliação com o capital estrangeiro, sempre com foco de entregar empresas estatais estratégicas brasileiras para a iniciativa privada. De acordo com Thomas Skidmore (1982, p. 96), o governo de Dutra teve dois momentos distintos. O primeiro foi marcado pelo chamado *laissez faire*, em que o governo interferiu minimamente nas atividades econômicas. No entanto, essa política não se manteve por muito tempo, devido ao esgotamento das reservas de divisas brasileiras¹⁹. Isso deu início ao segundo momento, caracterizado pela reincorporação do controle cambial e pela aceleração da industrialização, com apoio direto do Estado.

Naquele momento, tido como de reconstrução política e institucional, Eurico Dutra, na verdade, seguiu os preceitos de um processo de modernização conservadora²⁰, uma alternativa à ditadura estadonovista, inserida na particularidade histórica brasileira “[...] em que todo processo de transformação, ou melhor - reformas econômicas, políticas ou sociais - é realizado de modo a garantir a perpetuação da autocracia burguesa [...]” (Deo, 2021, p. 41-42) que pode ocorrer tanto em sua forma legalizada por meio da democracia liberal ou de maneira violenta via ditaduras civis-militares, como foi o caso do Estado Novo²¹. Basta lembrar da perseguição aos comunistas, sindicatos amordaçados e direito à greve cerceado, esses

[...] São processos que resultam na repressão da classe trabalhadora em suas mais distintas e variadas frações. São *mudanças pelo alto*, arranjos políticos institucionais que garantem uma constante reposição das velhas forças políticas e sociais na composição do comando do bloco histórico de poder [...] (Deo, 2021, p. 42. Grifo do autor).

Foi um governo de continuidade do liberalismo conservador que se consolidou no Brasil, apresentando-se como alternativa, a partir de um golpe de Estado contra Getúlio Vargas. Esse golpe carregava traços bonapartistas, uma característica recorrente da política brasileira.

É inegável que as condições externas influenciaram profundamente o Brasil naquele período. As eleições de 1945, coincidiram com o final da Segunda Guerra Mundial e o início da Guerra Fria, cujos desdobramentos internacionais impactaram diretamente o contexto político nacional.

¹⁹ Segundo Bóris Fausto (2006, p. 403) O Brasil “[...] acumulara divisas no exterior, resultantes das exportações nos anos de guerra [...]”

²⁰ Modernidade no discurso ideologicamente mentiroso e conservadorismo na prática, basicamente o mesmo movimento que a UDN fez ao longo de sua existência.

²¹ Esse tema especificamente será aprofundado no próximo capítulo.

O início da Guerra Fria marcou o declínio dos impérios coloniais. Nesse novo cenário geopolítico, os Estados Unidos assumiram o papel de potência neocolonizadora. Sua estratégia de dominação englobou desde intervenções militares diretas, sendo o caso mais marcante a Guerra da Coreia (1950-1953), até mecanismos econômicos e diplomáticos para exercer influência sobre a política interna de países demarcados como estratégicos para os americanos. Ainda que a União Soviética também disputasse hegemonia, seu papel naquele contexto era diferente, pois não se consolidou como uma potência neocolonial, embora uma certa historiografia equiparasse os dois países e os colocasse como neocolonizadores, a URSS exerceu uma concorrência política e ideológica em relação aos EUA.

A Guerra Fria alterou profundamente a dinâmica geopolítica mundial, com destaque para três áreas que sofreram grande influência. De acordo com Eric Hobsbawm (1995, parte 2, cap. 8), o primeiro impacto foi o já mencionado declínio dos impérios coloniais, que deu lugar ao imperialismo estadunidense. O segundo foi a relativa inércia da dinâmica política global durante o período do conflito. Por fim, o terceiro foi o vertiginoso aumento no número de armas, incluindo armamentos nucleares.

As mudanças e o impacto do conflito afetaram a política interna brasileira, demonstrando que sua política serviria aos interesses norte-americanos, cujas diretrizes eram principalmente de combater a URSS. O governo brasileiro inicia sua investida contra a classe trabalhadora e aos partidos de esquerda, mencionados anteriormente. Além disso, em 1948, o Brasil e Estados Unidos firmaram um acordo que resultou na instalação de uma Comissão Técnica Mista “[...] destinada à retomada da cooperação econômica estabelecida pela Missão Cooke, que o presidente Roosevelt havia enviado durante a Segunda Guerra Mundial [...]” (Skidmore, 1969, p. 100).

A comissão ficou incumbida de analisar os fatores que favoreciam ou dificultavam o avanço econômico brasileiro. O resultado dessa análise ficou conhecido como “Relatório Abbink”, por ter sido chefiado por John Abbink. O conteúdo do relatório era fortemente liberal, negligenciava a indústria e ressaltava que, para o país se desenvolver, era necessária a participação da iniciativa privada. Destacava que o mercado interno precisava se reestruturar, pois nunca havia sido totalmente estruturado, devido à má organização e à inflação desequilibrada de 1941 a 1946. O relatório também trouxe temas sobre transportes e energia, setores com algumas deficiências, segundo o documento, e que mais cedo ou mais tarde “demandariam intervenção estatal” (Skidmore, 1969, p. 100).

O relatório estimulou críticas por parte de setores que prezavam pela industrialização do país, questionavam as bases teóricas do documento e diziam que em um país subdesenvolvido, o que causava “retração” na economia era a baixa renda da população em geral e condições precárias de trabalho (Skidmore, 1969, p. 101).

Dutra fez um governo alinhado aos Estados Unidos desde o início da Guerra Fria. Foi principalmente por esse motivo que sua tendência liberal se acentuou, e a política de incentivo à iniciativa privada foi se fortalecendo ao longo dos anos, com estatais sendo fechadas. Essa política estava alinhada aos princípios da UDN, que, em um primeiro momento, se mostrou opositora ao novo governo, mas logo se aproximou a Dutra. A criação da Escola Superior de Guerra (ESG), em 1947, representou uma vitória da UDN. A ela se juntaram vários oficiais que foram opositores de Getúlio Vargas, fortalecendo o antigetulismo, que era o principal motivo da existência da UDN. Com a criação da ESG e a elaboração da Doutrina de Segurança Nacional, ficou evidente que a atuação militar não era mais compatível com o chamado populismo nem com a doutrina liberal²² (Mendonça, 2002, p. 84). Os interesses das FFAA passaram a ser independentes do Estado brasileiro e se tornaram particulares.

Não foi apenas a UDN que ganhou visibilidade e influenciou o governo de Dutra. O cenário político-partidário do período pós-Estado Novo ganhou novos contornos. Esse também foi o momento em que diferentes partidos surgiram no cenário eleitoral, além do breve retorno do PCB à legalidade (como já aludido neste trabalho). Dois outros partidos importantes foram fundados: o PTB - formado desde a base sindical institucionalizada, a partir de 1937, e idealizado com participação de Getúlio Vargas - e o PSD - que se tornou o maior partido do século passado - mantendo uma base sólida e uma atuação constante na política.

1.5.1 O sistema partidário do pós-Estado Novo

O pluralismo partidário pós-1945, bem como a separação formal dos poderes e as eleições diretas, na verdade, foram incorporadas à Estrutura montada no período do Estado Novo, mas não tem como negar que foram mudanças importantes, visto que as

²² A criação da ESG teve como principal função estabelecer uma relação entre os militares, frações da burguesia brasileira e instituições do Estado. Seguiu uma tendência internacional de combate ao comunismo e à URSS, que fazia parte da política dos EUA na época, sob o pretexto de "assegurar o desenvolvimento capitalista da nação". E segundo o General Juarez Távora “[...] somente os militares seriam capazes de alterar o caráter, a cultura e a índole do povo brasileiro. Compunham, [...] a elite nacional capaz de garantir a consolidação da nação” (apud Oliveira, 2010, p. 137).

eleições levaram uma parcela significativa da população a votar, em comparação com as últimas eleições diretas daquele período, de acordo com Bóris Fausto (2006, p. 398)

[...] Nas últimas eleições diretas à presidência da República, em março de 1930, tinham votado 1,9 milhão de eleitores, representando 7,7% da população total; em dezembro de 1945 votaram 6,2 milhões, representando 13,4% da população”.

Mas, além dos números, o que se observou no período de reabertura política, foi um sistema partidário com algumas fragilidades e “[...] aparentemente incapaz de se expandir e de se afirmar a uma taxa compatível com o ritmo das transformações socioeconômicas [...]” (Souza, 1983, p. 106). Isso não significa que o sistema que se formou ou que a Constituição de 1946 fossem “fracos”. Pelo contrário, em comparação com outros sistemas legislativos da América Latina do pós-guerra, o do Brasil destacava-se como um dos mais fortes. Mesmo considerando que, na maioria desses países, os legislativos eram instituições amplamente subordinadas aos respectivos executivos, o Congresso Nacional brasileiro demonstrava estar significativamente à frente (Souza, 1983, p. 106).

É importante ressaltar essas características do legislativo, visto que “[...] a institucionalização do poder legislativo depende do desenvolvimento do sistema partidário e vice-versa [...]” (Souza, 1983, p. 108), o que será o foco a partir deste ponto. No processo de redemocratização, Getúlio Vargas não foi visto como um inimigo, mas como um opositor que poderia inclusive auxiliar no processo, ele permaneceu então como um “[...] interlocutor-chave na passagem ao novo regime, o que lhe facultou inclusive a possibilidade de adotar uma série de medidas para a manutenção de sua máquina [...]” (Souza, 1983, p. 108), o que levou o udenista, Virgílio de Melo Franco dizer que o fim do Estado Novo foi uma autêntica *jouneé des dupes*²³.

Concomitante a esses acontecimentos, o PSD começou a ser formado; ele se tornaria o maior partido político do período pós Estado Novo. Sua influência era tanta no cenário da época, que os demais partidos dependiam da atuação dele, no que diz respeito à movimentação político-partidária, ao ponto de ser um partido que estava no centro do espectro político, enquanto os demais partidos se movimentavam ao seu redor, transformando o PSD em uma referência, além de ser o partido “[...] que mais contribuiu

²³ Se referindo ao Dia dos Enganados ocorrido durante o reinado de Luís XIII na França, evento em que em vez de destituir seu ministro, o cardeal Richelieu como desejavam os nobres que eram contrários a ele, o rei mantém seu apoio ao cardeal, surpreendendo a todos.

para a estabilidade dos governos entre 1946 e 1964 [...]” (Hippólito, 1985, p. 83). O PSD foi formado de “cima para baixo” ou “[...] de dentro para fora do Estado, mediante convocação feita pelos interventores às bases municipais nos estados [...]” (Souza, 1983, p. 109), ao que tudo indica, os partidos formados nas periferias não agradavam os agentes do Estado Novo. O PSD apresentou-se como um legítimo partido da ordem, com um certo intuito de agradar a estrutura que havia sido conservada.

Outro partido importante que se estruturou nesse período, foi o PTB. Surgiu como um partido popular com base sindical que tinha em sua composição operários e sindicalistas “[...] forjado pelo ‘queremismo’ de Marcondes Filho (Ministro do Trabalho) [...] endossado por Getúlio que recomendava a filiação dos trabalhadores [...]” (Souza, 1983, p. 113). Ao longo do período que se seguiu, o PTB se reivindicava como um partido genuíno da classe trabalhadora. e no campo eleitoral, um de seus focos era disputar o eleitorado com o PCB, inclusive, é de chamar a atenção, que um partido anticomunista como o PTB, disputasse o operariado com os comunistas; talvez fosse mais uma das inúmeras formas de manter o PCB marginalizado e “fora da cena política”. Inclusive, o processo de cassação do PCB foi apresentado “Em maio de 1947, por dois obscuros deputados do PTB [...]” (Fausto, 2006, p. 402), além disso

[...] Uma análise das eleições para a assembleia Legislativa de São Paulo, em janeiro de 1947, mostrava que a votação da classe operária estava dividida entre o PCB e o PTB. Com o desaparecimento do primeiro, o PTB deveria certamente se beneficiar (Skidmore, 1969, p. 94).

O PTB enfrentou dificuldades no início de sua fundação. Vargas era o principal nome do partido e estava impedido de participar das eleições de 1945. Por ser um partido voltado para a classe trabalhadora das cidades, seu alcance era reduzido, considerando que o nível de urbanização nessa época ainda era relativamente pequeno. Apesar dos avanços que o Estado Novo proporcionou, isso fazia com que a maioria do eleitorado se dividisse entre UDN e PSD (Silva, 2011, p. 178).

Ao longo de sua existência, o PTB serviu como um “dispositivo” que fazia a mediação entre classe trabalhadora e governo; outrossim desempenhou um papel político relevante no período em que esteve na ativa e “[...] estimulou e pretendeu incorporar os trabalhadores aos centros de decisão do país, concebendo o intento de que se integrassem às decisões sobre os rumos e os destinos da sociedade brasileira [...]” (Silva, 2011, p. 189). Mesmo sendo um partido da ordem, ainda sofreu forte oposição devido à

identificação com o varguismo e os erros de interpretação que o aproximavam do comunismo.

O sistema partidário brasileiro do pós-1945 estava em processo de consolidação e Getúlio Vargas foi o responsável, direta ou indiretamente, pela criação de dois dos principais partidos na época: o PSD, surgido a partir do apelo dos interventores nos estados, e o PTB, surgido a partir das bases sindicais formadas no Estado Novo. A UDN, nesse contexto, permaneceu como uma oposição conservadora, sem reivindicar mudanças radicais; pelo contrário, a ideia era manter o que já existia e avançar em um rumo liberal-privatista, combinado com o capital estrangeiro. A verdadeira oposição estava no PCB, mesmo o partido tendo que recuar em alguns momentos, e feito parte da campanha do Queremismo, ou apoiado a candidatura de Vargas em 1950, era o partido do rompimento com o *status quo*.

2 O APELO CONSERVADOR HISTÓRICO

2.1 A mobilização das classes médias

O segundo capítulo deste trabalho discutirá a forma política pela qual a UDN mobilizava a classe média por meio da pauta de costumes, moralismo político e o combate à corrupção, discurso basilar da UDN, além de ser uma característica que ainda hoje movimenta os setores médios da sociedade brasileira.

Para situar o que será tratado a partir daqui, é necessário identificar o que é a classe média brasileira e definir o que são as classes sociais para um maior entendimento de como ocorreu a identificação de determinados setores da sociedade com a UDN. Segundo Armando Boito Jr. (2018, p. 253) “Na teoria marxista do Estado capitalista, essa instituição é definida pela função social; organizar a dominação de classe da burguesia [...]”, entretanto, segundo o autor, deduzir que as demandas do Estados se reduzam somente à burguesia, é um pequeno erro, dado que existem diferentes classes que compõem a sociedade moderna, como o campesinato, a pequena burguesia e a classe média, que, segundo o mesmo autor, estão organizadas em frações, tais como:

[...] burguesia interna e burguesia associada; fração superior, intermediária e inferior da classe média e do campesinato; trabalhadores que não logram se integrar de modo estável à produção especificamente capitalista e que podemos denominar trabalhadores da massa marginal – segmento que cresceu muito sob o modelo capitalista neoliberal (Boito Jr, 2018, p. 254).

Conforme Boito Jr, as classes nas sociedades capitalistas são conflituosas, no entanto, esses conflitos são mediados pelo Estado, de maneira que seu caráter de classe é validado por meio da implantação de políticas que contemplem essas diferentes frações, sempre mantendo a burguesia como classe dominante escancarando assim sua natureza burguesa, de maneira resumida “[...] o Estado capitalista implementa uma política que modera o conflito de classes, estabilizando, por isso mesmo, a dominação burguesa” (Boito Jr., 2018, p. 254).

A corrupção é um tema que acompanha a história da consolidação e hegemonia da burguesia, sendo ela intrínseca ao capitalismo e ao Estado burguês, a classe dominante faz uso do discurso anticorrupção a seu favor, mas ao mesmo tempo, também faz deste discurso uma poderosa arma para derrotar a fração burguesa hegemônica no bloco do

poder, já que existem disputas entre as frações da burguesia, “[...] A corrupção é um elemento da ideologia burguesa do Estado, mas a burguesia mantém uma relação ambivalente com a prática da corrupção [...]” (Boito Jr, 2018, p. 260). No extremo disso, a corrupção não é entendida pela classe trabalhadora como o motivo da precarização de seu trabalho. O que os subalternos veem como o grande causador dos males a que são submetidos é a propriedade privada, concentração de riquezas e a burocracia estatal. Para citar alguns, geralmente a classe trabalhadora enxerga a corrupção como menos escandalosa do que um funcionário do alto escalão do Estado receber salários altíssimos, isso gera mais revolta. A classe que tem uma relação de repúdio com a corrupção, é a camada média da sociedade (Boito Jr., 2018, p. 261).

A meritocracia é o critério que move a classe média, para essa camada social. Esse deveria ser o quesito determinante da sociedade contemporânea. O mérito é visto pela classe média como uma ideologia que desvaloriza o trabalho manual e valoriza o trabalho não manual. Por isso, a pessoa da classe média teria direito a melhores empregos e salários, por ter tido uma trajetória escolar mais longa e “dedicada” do que alguém da classe trabalhadora. Segundo Boito Jr. (2018, p. 262), essa ideologia é totalmente desconectada da realidade somente pelo fato de justificar desigualdades sociais. Aí entra a relação da classe média com a corrupção, uma vez que a maioria dos altos cargos do Estado são ocupados por seus membros²⁴ e justificados através da meritocracia - o grande “mal” não seria a burocratização do Estado capitalista - mas sim a degradação do sistema em que está inserida.

A proposta aqui é tentar entender do que se trata a camada média da sociedade e porque o interesse em combater a corrupção e como isso se conecta com os interesses da burguesia e das disputas entre frações da classe dominante. Em resumo, como a classe média serve de apoio para a burguesia na disputa por hegemonia do bloco no poder, sempre pensando que, por mais que a análise de Boito Jr seja a respeito do contexto do Brasil atual, a categoria teórica que o autor trabalha é aplicável ao contexto histórico deste trabalho, já que o objeto de entendimento (a classe média), é o mesmo.

A UDN passou para a história como o partido que representava a classe média, seja pelo forte apelo ao “combate à corrupção”, máxima presente na história política brasileira, e que de certa maneira, foi uma das bases da criação do partido, ou pela forma

²⁴ A maior parte via concurso público, apesar de existirem hoje cargos comissionados que a ocupação se dá por indicação e/ou apadrinhamento, o que endossa a ideia de meritocracia já que é preciso dedicação e anos de estudos para conquistar tais cargos.

com a qual se apresentava (partido dos homens de bem, partido do lenço branco, etc.), e ainda, segundo Maria Vitória Benevides (1981, p. 211), a UDN se reclamava herdeira de práticas políticas que se restringiram à classe média, bem como “[...] o ‘florianismo’²⁵, a campanha civilista de Rui Barbosa e o tenentismo [...]”. Também são características que colocam o partido como sendo da classe média, ideologias que na época, eram expoentes dessa camada social, como “[...] elitismo, civilismo, anti-intervencionismo, agrarismo e anti-industrialíssimo [...]”. De fato, o partido nunca se desvencilhou do seu caráter de classe “[...] A UDN nunca foi um partido popular. Nascida em berço fidalgo, de uma aliança marcada por representantes das ‘tradicionais famílias mineiras’ e das oligarquias paulistas [...]” (Benevides, 1981, p. 212), e jamais se colocou de uma forma diferente disso.

Mas, ao longo de sua existência, o voto popular fez falta, e para se aproximar das camadas mais pobres, houve uma tentativa de criar uma “comissão para popularização do partido”, bem como a criação de Diretórios Trabalhistas, mas essas ideias nunca funcionaram. Como não era homogênea, a UDN se apresentava como um partido das oligarquias rurais do Nordeste brasileiro, ao mesmo tempo que no Sudeste, sobretudo no Rio de Janeiro, era a classe média a quem o partido agradava, disputando essa camada social com outros dois partidos, o PSD e o PSP (Partido Social Progressista) (Benevides, 1980, p. 213).

Se considerarmos os principais traços que definem a classe média, posto por Boito Jr. é fácil reconhecer que no partido, tanto as figuras que o compuseram institucionalmente, como como sua base social, pertenciam às camadas médias da sociedade, levando em conta que:

[...] é possível identificar alguns momentos de efetiva mobilização das classes médias na trajetória udenista: nas campanhas do Brigadeiro (1945 e 1950), na de Carlos Lacerda ao governo da Guanabara (1960), e a “campanha da vassoura” de Jânio Quadros. Em todas, um elemento comum de forte catalisação, que sempre seduziu as classes médias [...] o moralismo (combate à corrupção administrativa), aliado ao anticomunismo (pavor de uma suposta “proletarização igualitária”) (Benevides, 1980, p. 215).

Entretanto, apesar da relação próxima da UDN com as camadas médias, o partido, ainda assim, não era somente “o partido da classe média”, mas utilizou isso ao longo de

²⁵ “[...] vocábulo que derivou originalmente dos adeptos de Marechal Floriano Peixoto, primeiro vice-Presidente em exercício na presidência da República (1891/94) [...]” (Penna, 2021, p. 26).

sua existência como discurso político, e também como um direcionamento que parece ter sido adotado de forma não tão planejada, considerando que o partido foi fundado como uma frente de oposição a Getúlio Vargas. A UDN não surge como o partido que iria representar a classe média. Todavia, o PTB foi fundado como o partido dos sindicatos e trabalhadores, por exemplo; a identificação com a classe média e a forma como se colocou diante disso parecem ter sido construídas ao longo dos anos subsequentes à sua formação, não foi algo primordial do partido.

As classes médias, na verdade, não reagiram ao Estado Novo de maneira intensa, e essa camada da sociedade acabou se beneficiando com o regime, devido à expansão das instituições do Estado. Entretanto, as consequências internas que a Segunda Guerra Mundial causou, bem como as políticas trabalhistas de Getúlio Vargas foram gerando insatisfações e

[...] Nesse contexto, as classes médias – particularmente seu ramo *tradicional* – caminharam para a oposição, tão logo o regime deu sinais de abertura. Constituíram, com efeito, o suporte urbano básico do antipopulismo, desde o fim do Estado Novo até a derrocada do populismo em 1964 (Dulci, 1986, p. 31).

Apesar dessa identificação da classe média urbana com a UDN, essa não era a totalidade da sua base social, portanto, vale destacar a heterogeneidade dessa composição. No início de suas atividades, uma parte considerável do eleitorado do partido provinha de áreas rurais, e em 1945, o partido obteve a maioria de votos no “[...] Piauí, no Ceará, na Paraíba, na Bahia e em Mato Grosso - áreas de predomínio oligárquico. Esse êxito foi obtido, em boa parte, devido a estruturas anteriores de dominação política [...]” (Dulci, 1986, p. 34). Com o avanço das áreas urbanas, partidos considerados “de centro” foram decaindo ao longo dos anos e perdendo parte do seu eleitorado, como o PSD e PR (Partido Republicano). Essa propensão, entretanto, não se aplicou à UDN, que manteve, no geral, um eleitorado estável entre os anos de 1945-1962 “[...] Dado que o peso do eleitorado rural declinava constantemente, essa estabilidade adveio naturalmente do aumento do suporte urbano do partido” (Dulci, 1986, p. 35).

Ainda que a UDN tivesse apoio nas áreas rurais, com destaque para os estados do Nordeste onde predominou o coronelismo, seu apoio urbano se manteve constante durante todo o período do pós-Estado Novo, demonstrando que o partido tinha um “público fiel” a ele, independente das mudanças de posições em determinados governos (como ter apoiado Dutra depois de fazer uma campanha oposicionista), a identificação

pessoal com o partido ultrapassava questões políticas e institucionais. Esse apoio trazia importantes implicações “[...] Em primeiro lugar, criava condições para a superação das práticas clientelísticas [...]” (Dulci, 1986, p. 35).

Ainda em relação ao apoio da classe média à UDN, Gláucio Soares (1965, p. 53), afirma que a identificação tem forte relação com o tanto que a mídia favorece tal candidato, e que os candidatos udenistas conquistavam maiores números de votos entre a camada média, por mais que fossem impopulares ou inábeis, devido a total dependência do eleitorado às informações cedidas pelos veículos de imprensa, que chegavam a impedir que o eleitorado tivesse acesso a diferentes candidatos, e acrescenta:

[...] no caso específico da Guanabara, os partidos baseados na classe média, com a UDN em primeiro plano, contam com um núcleo deste tipo na zona sul que assegura ao seu candidato, por mais impopular que seja, uns 35% dos votos válidos desta zona [...] (Soares, 1965, p. 53)

Por conseguinte, a UDN sendo um dos principais partidos do pós-Estado Novo, manteve uma base eleitoral relativamente constante. Se aproximava da classe média por diferentes razões, constituindo as principais características que unia esses dois atores: o discurso de combate à corrupção, o moralismo e elitismo; e também por ser o único partido de grande porte a ter um discurso direcionado à classe média, afinal a UDN era “[...] o partido que se proclamava herdeiro dos movimentos liberais das classes médias, na história brasileira [...]” (Benevides, 1980, p. 217).

O apelo midiático que o partido dispunha, também o mantinha como principal sigla da camada média da sociedade. Vale lembrar que o jornal “A tribuna da Imprensa”, fundado em 1949, no Rio de Janeiro, era de Carlos Lacerda e ele utilizava quase como um canal oficial da UDN. Entretanto, é preciso destacar que a UDN também representava os interesses das classes dominantes - frações da burguesia brasileira foram representadas pelo partido ao longo de suas atividades - portanto, é sobre esse assunto que trataremos no próximo tópico.

2.1.1 As frações da burguesia que compunham a UDN

Neste item, o objetivo é elaborar um aprofundamento sobre quais frações da burguesia tinham maior influência no interior da UDN no contexto histórico recortado; entender quais segmentos da classe dominante eram hegemônicos, de uma maneira mais sintética, tentar entender a disputa por hegemonia de diferentes frações da burguesia

brasileira, considerando que esse é um tema central no entendimento das dinâmicas políticas e institucionais do Brasil. Essas disputas acontecem porque a classe dirigente não é um bloco homogêneo, mas sim segmentos diferentes com interesses distintos e específicos, que, em determinados momentos, entram em conflito.

Ao longo da história do Brasil, esses segmentos disputaram o bloco do poder no cenário político do país, procurando direcionar políticas de Estado e governo para seus interesses econômicos. Sabe-se que no período da República Velha, o bloco no poder foi ocupado por frações da burguesia agrária, sendo que nesse período, o que vigorou no Brasil foi a produção de bens primários (hoje chamados de *commodities*). A Revolução de 1930 representou um rompimento desse sistema, alçando a nascente burguesia industrial ao bloco no poder; fato que não agradou os segmentos que foram destituídos de sua posição hegemônica.

Entender essas disputas é indispensável na análise das configurações de poder no Brasil, e os caminhos das políticas econômicas e sociais, em suma, as relações entre as frações da burguesia, suas disputas por poder e hegemonia impactam diretamente as demais camadas sociais, sobretudo a classe trabalhadora, que representa a totalidade da sociedade brasileira.

Para essa compreensão, utilizaremos os conceitos de Nicos Poulantzas, que, ao se referir a frações de classe, diz:

[...] *certas classes distintas*, concebíveis na análise dos modos de produção ‘puros’, que compõem uma formação, apresentam-se frequentemente na formação social como *dissolvidas* e fundidas com outras classes, como frações – autônomas ou não – de outras classes, ou mesmo com *categorias* sociais específicas [...] (Poulantzas, 1977, p. 75).

Poulantzas quer dizer que existem formas nas quais as classes sociais surgem na realidade concreta de determinadas formações sociais; isto é, na realidade histórica e política de um contexto específico. Ele parte do pressuposto de que, na teoria marxista, quando investigamos os modos de produção isoladamente, isso nos permite fazer uma análise mais “pura” das classes. Entretanto, na prática, essa “pureza” se manifesta esporadicamente na realidade concreta. Por exemplo, no feudalismo, existia o senhor feudal e o servo; no capitalismo, a burguesia e o proletariado - classes que podem ser identificadas de forma clara, no contexto de um modo de produção específico.

Todavia, na realidade concreta, essas classes não aparecem de maneira tangível e separadas como na teoria. Isso acontece porque certas classes podem aparecer na sociedade como frações de outras classes. A classe média é uma camada social que pode ser entendida como uma fração da burguesia ou do proletariado, dependendo de sua posição no modo de produção capitalista e no tempo histórico analisado.

As frações de classe são divisões dentro de uma mesma classe social, com interesses comuns, que, as vezes, podem ser contraditórios. Esse conceito rompe com o entendimento de que só existe a divisão de classe de proletariado e burguesia (no caso específico do capitalismo). Inclusive, o conceito de fração de classe se estende aos trabalhadores, considerando que, assim como a burguesia pode ser dividida entre industrial, comercial, agrária, etc. o proletariado também pode ser dividido em trabalhadores industriais, rurais, massa de trabalhadores precarizados, entre outros tipos.

Ainda sobre as frações de classe, Poulantzas explica:

As frações comercial, industrial e financeira estão relacionadas; contudo, com a própria constituição do capital, no processo de reprodução alargada, enquanto relação de produção. É certo que, em *O Capital*, Marx não emprega expressamente o termo da fração para designar o capital comercial, industrial e financeiro. Estes são considerados como "formas de existência", mas "separadas", do mesmo capital: "A existência do capital, enquanto capital mercadoria (o capital comercial) ... constitui uma fase do processo de reprodução do capital industrial, e, portanto, do seu processo total de produção... trata-se de duas formas de existências separadas, diferentes, do mesmo capital" [...] (Poulantzas, 1977. p. 228).

A existência de frações da classe burguesa tem como consequência o que Poulantzas conceitualiza como bloco no poder - que se constitui em um fenômeno particular das formações capitalistas:

[...] Este conceito [...] indica assim, a unidade contraditória particular das classes ou frações de classe politicamente dominantes na sua relação com a forma particular do Estado capitalista. O bloco no poder relaciona-se à periodização da formação capitalista em estágios típicos [...] (Poulantzas, 1977, p. 229).

O que seria exatamente o bloco no poder? O bloco no poder é uma configuração da fração de classe que detém o poder político e controla os aparelhos do Estado; é uma aliança de forças que se alteram conforme mudam as frações de classe que possuem a hegemonia do poder político. Esse bloco é composto por diversas frações de classe, mas

dentro do capitalismo, é a burguesia como um todo que o compõe e consequentemente tem a hegemonia, sendo um bloco composto por diferentes frações da classe.

Em outras palavras, a fração que predomina no bloco no poder, tanto impõe quanto tenta cooptar as demais frações, garantindo a unidade do bloco, mesmo com as contradições. No caso específico do Estado Novo, o bloco no poder se constitui principalmente da fração industrial e comercial da burguesia brasileira, deslocando a burguesia agroexportadora para coadjuvante do processo político.

As frações da classe dominante que se tornaram subalternas dentro do bloco no poder pós-Revolução de 1930, se reuniram na UDN. Essas frações eram compostas por setores que se opunham ao legado das políticas protecionistas e estatizantes do Estado Novo e defendiam um modelo de Estado “mínimo” e liberal, em termos econômicos.

Essas frações da classe dominante eram compostas, em grande parte, por setores principalmente da burguesia rural, que haviam perdido significativamente a influência política com a centralização do Estado Novo, e que viram seu protagonismo ser abalado pelas novas políticas trabalhistas e industriais, fomentadas pelo governo. E a UDN representava esses setores mais conservadores da economia, embora em seu discurso prezasse pela modernização da economia. Os grandes latifundiários formavam uma base de apoio primordial para o partido, já que:

[...] em termos de defesa de interesses econômicos. a UDN expressava [...] sobretudo, os interesses dos proprietários de terras (em nada diferindo do PSD, por exemplo) e da indústria aliada ao capital estrangeiro [...] (Benevides, 1981, p. 217).

Aqui, destaca-se a aproximação da UDN com o PSD, apesar de ter existido certa diferenciação ideológica entre eles “[...]. Como poderia a UDN – símbolo da cruzada contra o Estado Novo – aliar-se ao partido dos interventores, ao ex-Ministro da Guerra da ditadura [...] ? [...]” (Benevides, 1981, p. 219). A resposta é relativamente direta - ambos os partidos representavam interesses parecidos da burguesia agro-exportadora e tinham receio de uma revolta social. Apesar do PSD não fazer uma oposição tão acentuada às políticas de Getúlio Vargas, concomitante a isso defendia grandes proprietários de terras. Isso torna os dois partidos próximos do ponto de vista econômico, mesmo que apresentassem diferenças em seus discursos políticos e terem sido rivais em determinados momentos.

No final, a proximidade do PSD com a UDN²⁶ também congregava o medo da ascensão do trabalhismo representado pelo PTB - o que significava o avanço da classe subalterna na política - fato considerado como uma ameaça por setores conservadores. Isso fez com que a UDN desconsiderasse a rivalidade com o PSD e sustentasse uma aliança. Portanto, os interesses das classes, fizeram com que dois adversários se unissem para barrar o que consideram uma verdadeira ameaça: as políticas sociais e o trabalhismo.

Apesar de suas contradições, a UDN se tornou o principal partido crítico das políticas intervencionistas que defendia a abertura da economia nacional ao capital estrangeiro. Ao longo da história, a UDN e seus líderes fixavam que o varguismo (e consequentemente Getúlio Vargas), era corrupto e populista, fazendo com que seu discurso sobre modernização econômica se fortalecesse no cenário nacional. Sobre o populismo, é importante a discussão a respeito da relação dos udenistas acerca desse tema - passaremos para um debate no próximo item.

2.2 Populismo e antipopulismo - o papel da UDN

O populismo é um conceito amplamente debatido na ciência política e na historiografia brasileira. É geralmente associado a Getúlio Vargas e demais líderes que surgiram no pós-Estado Novo. O conceito tem sido interpretado de diferentes formas: às vezes, como um processo de manipulação da classe subalterna sem que se rompa com a estrutura social; em outras, como um recurso de inclusão das massas no processo político. A primeira interpretação, e que tem sido bastante difundida, é de Francisco Weffort. O autor via o populismo como um fenômeno de dominação carismática, usado por líderes para manipular as massas, através de discursos e concessões trabalhistas, e assim, seu poder político era perpetuado, sem que as estruturas da sociedade sofressem grandes modificações.

Existem outras interpretações que partem de um pressuposto mais crítico; é o caso de Otávio Ianni. Para ele, o populismo não era uma mera ferramenta de manipulação das massas como dizia Weffort. Ianni explica que o populismo era uma consequência da modernização e industrialização do Brasil, e que surgiu como uma resposta às mudanças sociais, sobretudo com o crescimento exponencial da classe trabalhadora urbana. Para o autor, a ideia de que os trabalhadores eram unicamente manipulados por um líder

²⁶ PSD e UDN se aliaram no governo Dutra, essa aliança foi considerada vergonhosa por muitos udenistas.

carismático não se sustentava, considerando que as massas eram ativas, e apesar de existir contradições com o populismo, ainda assim abria espaço para a participação popular, e não apenas desmobilizava a classe trabalhadora.

Ainda que as visões sobre o populismo tenham conflitos, reconhecem, cada uma, em sua maneira particular, que o conceito apresenta limitações e contradições. Otávio Ianni entendia que o populismo era um elemento de ampliação da participação política; enquanto Francisco Weffort tratava mais como uma barreira para a consciência de classe. As diferenças nas interpretações refletem algo mais amplo sobre as relações do Estado com as classes sociais e o papel dos partidos políticos nesse processo, o que nos concerne neste item.

Conforme Otávio Ianni, o Estado é, no período do populismo, resultado das mudanças nas relações sociais e econômica. Isso quer dizer que as transformações no modo de trabalho e o avanço industrial afetam diretamente como o Estado funciona. Ele cita três casos, Brasil, Argentina e México, e acrescenta:

[...] Nos três casos, parece ter mudado a própria fisionomia do aparelho estatal e, por consequência, modificou-se o relacionamento do Estado com a sociedade [...] o cardenismo, o peronismo e o varguismo adotaram políticas econômicas destinadas a impulsionar o desenvolvimento econômico, particularmente a industrialização, ou substituições de importação [...] (Ianni, 1991, p. 12).

Com a crise do modelo agrário do século XIX, e início do século XX, juntamente com as mudanças no cenário internacional (enfraquecimento das potências europeias, crise de 1929 etc.), novos grupos sociais passam a disputar a hegemonia de classe; isso faz com que o aparato estatal se reorganize e passe a intervir mais nas relações econômicas e “[...] as massas aparecem como um elemento político importante, e às vezes, decisivo [...]” (Ianni, 1991, p. 09)

O populismo é um conceito com múltiplas interpretações, com particularidades de acordo com o contexto histórico e social que se manifesta, e sua interpretação é disputada até hoje. Mas, afinal, qual o papel da UDN nesse debate? Veremos, a partir daqui, como o partido usou o populismo como discurso político e ideológico em sua trajetória política.

A UDN possuía um caráter contraditório; ao mesmo tempo que se colocava como um partido antissistema, defendia um projeto político conservador, e

Enquanto associação das oposições oligárquicas, a UDN não se distinguiria de movimentos políticos precedentes. Tratar-se-ia de veículos da proposta de rodízio dos detentores do poder, sem se diferenciar substancialmente de seus contendores da aliança majoritária [...] (Dulci, 1986, p. 38).

Em sua trajetória, a UDN aparece como portadora de um projeto antipopulista. Esse projeto se posicionava contra (pelo menos no discurso), o que propunha o Estado, chamado de populista “[...] Era um ponto de referência para a oposição ao sistema, cuja tradução prática variava de acordo com a dinâmica interna da UDN [...]” (Dulci, 1986, p. 38). O projeto antipopulista era de interesse de setores que o partido representava, como proprietários rurais, frações da classe média e outros.

O projeto antipopulista da UDN tinha como objetivo restaurar as antigas instituições da República Velha. Os setores sociais que os udenistas representavam eram tão conservadores, que viam no populismo uma forma de “revolução pelo voto”, e sua meta era combater tudo que poderia ameaçar sua hegemonia.

O entendimento do que era o antipopulismo, pelos udenistas, não se tratava somente de serem contrários aos governos que consideram populistas - era um projeto que defendia uma maneira alternativa de organizar a política - e que se baseava na concepção de que, se o governo ou líder era populista, então, era corrupto. O antipopulismo da UDN se apresentava como uma forma de “limpar” a política da corrupção, moralizando o debate, e, novamente retomando o papel das elites nesse processo, pois “[...] A realização da meta democrática estaria na dependência da ação das elites [...]” (Dulci, 1986, p. 40).

A posição da UDN era, basicamente, de que as classes subalternas não eram capazes de participar do processo político, acentuando sua posição tecnocrática, conservadora e elitista da política. As várias interpretações sobre populismo e antipopulismo são questionáveis. Afinal, trata-se de um conceito abrangente que envolve esquerda e direita, ignorando suas particularidades. Esses termos - populismo e antipopulismo - seguem sendo motivos de controvérsias, tendo em vista que podem ser aplicados de forma enviesada para deslegitimarem projetos políticos.

Dito até aqui sobre as diferentes interpretações a respeito do conceito de populismo, com foco em Otavio Ianni e Francisco Weffort, duas referências importantes e amplamente disseminadas sobre esse assunto, partiremos de agora em diante para uma crítica às posições desses autores destacados, que também engloba uma crítica ao conceito em si, num movimento que coloca a UDN como um partido francamente reacionário, uma

vez que o entendimento de populismo e antipopulismo perpassam por questões particulares da realidade brasileira. Passaremos para a crítica ao conceito.

No período pré-1964, o trabalhismo surge como uma proposta alternativa à Revolução Proletária e, ao mesmo tempo, o PCB, que representava uma opção mais radical ao Estado Novo, apresenta uma aliança com a burguesia. Nesse momento, a classe trabalhadora entra em uma espécie de “vácuo político” - é aqui que se inicia a longa jornada deste conceito, sendo que na política não existe lacuna possível.

A aliança de classes que o PCB assumiu no período pós 1930, resulta em um vazio político entre a classe trabalhadora, uma vez que naquele momento histórico o Partido Comunista representava diretamente as demandas do proletariado, uma certa desarticulação das lutas dos subalternos se sobressai e o resultado acabou sendo a ascensão de figuras carismáticas, fazendo com que ganhassem protagonismo no cenário político

[...] O resultado decorrente é o populismo, um ‘vazio no poder’ que torna necessário um ‘Estado de compromisso’ onde as massas se tornariam um novo parceiro no jogo de poder em troca de concessões, embora de forma passiva; ao passo que para cobrir a ausência de hegemonia de qualquer classe, os líderes carismático-populistas manipularam esse pacto faccioso de forma embusteira, sustentando assim, o novo tipo de democracia burguesa [...] (Sartoretto, 2019, p. 119).

A matriz teórica que sustenta o conceito de populismo tem origem nas concepções weberianas, como já citado rapidamente neste item, ele se reproduz como um tipo ideal. Tomemos como exemplo a transição do conceito entre direita e esquerda, enquanto no pré-1964 o populismo foi abordado como sendo um fenômeno restrito a figuras tidas como de esquerda, como Getúlio Vargas, Juscelino Kubistchek e João Goulart. Logo após o golpe militar que mergulhou o país em um regime autocrático durante 21 anos, emergem os ditadores, e a eles foi reservado o título de populistas de direita, lideranças francamente reacionárias e conservadoras, cujo discurso era de “salvação da nação”.

Em relação ao conceito de tipo-ideal weberiano, trata-se de um instrumento de análise sociológica submetido a valores; daí o motivo de política e ciência serem duas vocações distintas para Max Weber. Enquanto a política se restringe a ações práticas e tomada de decisões, a ciência analisa a partir de valores, como a busca pela verdade e a neutralidade axiológica – o que se diferencia de juízo de valor – e reconhece seus limites, não interferindo nas decisões nem orientando o que deve ser feito; isso fica a cargo da

política. A ciência apenas interpreta e compreende o objeto estudado empiricamente, e é somente assim, que ela é válida, portanto [...] o tipo ideal postula o procedimento de adequação da realidade investigada ao conceito construído, que é feito segundo significações de quem investiga o que é considerado como necessário, em meio à ‘realidade irracional da vida’ [...] (Sartoretto, 2019, p. 123).

A definição de populismo passou por atualizações ao longo dos anos e continua sendo utilizada para determinar diferentes fenômenos políticos. Entretanto, aqui entendemos que o populismo não explica as contradições da sociedade contemporânea. Então, como caracterizar esses governos e lideranças? Interpretamos que essas condições são consequências da reprodução da autocracia burguesa, pois demonstra que a ditadura de classe burguesa se reproduz de forma explícita em determinados momentos históricos como no Estado Novo ou na Ditadura Militar; mas, em outros momentos é mais sutil e ganha ares de democracia liberal.

Para José Chasin, o conceito parte de uma concepção simplista, que colocava todos os fenômenos políticos em um único espectro, de maneira detalhada

[...] Para a crítica do populismo, apesar de uma certa sublimação conceitual, a diversidade dessas questões desapareceu e restou quase que somente uma espécie de sinonímia, que expressava por qualquer dos lados o diapasão da política dolosa [...] (Chasin, 1989, p. 126).

Além disso, Chasin argumenta que a teoria do populismo tentava explicar a transição que o Brasil passou, de país agrário-exportador para uma sociedade urbano-industrial. Entretanto, a teoria mantinha bases abstratas do marxismo que combinava com as concepções weberianas, culminando em algo genérico que apontava mais para o já citado tipo-ideal, do que propriamente para uma análise da materialidade, visto que nessa época o ecletismo das ideias era regra entre a intelectualidade brasileira (Chasin, 1989, p. 127)

Além das questões levantadas, Chasin também argumenta que o populismo generaliza eventos históricos específicos, como: o movimento dos granjeiros nos EUA e o *norodnichestvo* na Rússia - ambos eventos do fim do século XIX, que serviram de apoio para a elaboração do conceito -tornando-o extenso, e por isso vago e impreciso, resultando em interpretações equivocadas, de diferentes fenômenos históricos. Para o autor, mesmo que esses eventos externos tenham sido uma referência para a elaboração do conceito, ele se restringe a explicar a realidade da periferia do capitalismo, ou seja; América Latina,

África e partes da Ásia colocando o populismo como algo restrito ao desenvolvimento tardio do capitalismo. De forma sintética, ele diz:

[...] Tão extenso quanto vago, tão impróprio quanto dúcil e indutor de múltiplas absurdidades analíticas, o conceito de populismo não é mais, enquanto conceito, do que um nome. Em verdade, não mais do que um rótulo ou apelido, um frouxismo tipo-ideal, que para se enformar no Âmbito mais geral, partiu de uma atrocidade, perpetrando o embaralhamento de eventos históricos específicos [...] (Chasin, 1989, p. 134).

Em linhas gerais, a teoria do populismo surge num momento de ausência da esquerda radical e crescimento e fortalecimento de propostas destinadas à classe trabalhadora, lideradas pelo Estado e seus agentes, preenchendo um espaço que havia ficado “vazio” e restringindo a esses líderes a “[...] capacidade de gerar hegemonia mediante a manipulação das massas pela sua capacidade carismática, compondo o espaço de domínio aberto pela fragilidade dos grupos dominantes [...]” (Sartoretto, 2019, p. 121).

O conceito de populismo apresenta equívocos inevitáveis, ao considerar que a fração industrial da burguesia, por ter sido muito fraca, articulou para ter o apoio e, conseqüentemente, manter sob seu domínio as massas, fazendo com que a classe trabalhadora não recorresse à radicalidade política, pressupondo que a radicalidade é inerente à classe trabalhadora. A noção de populismo ignora que ser radical – e recorrer a isso – demanda um longo período de educação e organização, e não é espontâneo. Além disso, “[...] tais formulações se amparavam – o que é pior – na genérica tese de que as condições sociais para uma revolução de caráter socialista no país, estavam dadas no contexto do pré-1964 [...]” (Deo, 2021, p. 264).

Na realidade histórica brasileira, o que se observa é a reprodução de modelos de bonapartismo como forma do esgotamento do caráter democrático da burguesia, tema que Karl Marx elaborou em - *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte* - cuja discussão fundamental se utiliza de todo o repertório conceitual que Karl Marx desenvolveu para analisar um período específico na França; o golpe de Estado de Luiz Bonaparte. Isso não significa que a análise de Marx se restrinja à França do século XIX. Ela se expande para a totalidade das relações sociais da Europa, partindo do ponto de vista da universalidade burguesa.

Para realizar essa análise, Marx expõe uma série de eventos políticos que aconteceram na França, de forma reflexiva e interpretativa. Para demonstrar, como diz no início do livro - a repetição da história - primeiro como tragédia, e segundo, como farsa -

fazendo assim uma análise e também uma crítica detalhada do conceito de Hegel sobre a história. Os conceitos que Karl Marx inaugurou nessa obra são facilmente empregados para analisar o contexto histórico de determinadas épocas, e são de extrema importância para investigar fenômenos sócio-políticos que ocorreram ao longo da história do século XX, incluindo o que foi determinado como populismo.

No Brasil, o bonapartismo se reproduz de maneira particular “[...] absorve contornos específicos e reproduz uma forma também específica de *autocracia parlamentar* que aqui denominaremos *colonial-bonapartismo*” (Deo, 2021, p. 267), que se manifesta nos períodos de legalidade burguesa, sendo o melhor modelo que a burguesia interna alcançou para dominar o proletariado. Ao contrário do bonapartismo clássico, onde é preciso um golpe de Estado com traços militares para se consolidar, o colonial-bonapartismo se reproduz de maneira legalizada, onde é depositada toda a “confiança” política em uma figura, em detrimento do partido, transportando para essa figura a responsabilidade por todo e qualquer avanço (ou retrocesso), na política institucional, fazendo do sufrágio universal a grande “arma” política da classe trabalhadora, marginalizando a capacidade de organização em sindicatos ou partidos, culminando na reprodução do “[...] princípio liberal da ‘multidão criança’ - em que os subalternos devem ser guiados politicamente -devido a sua incapacidade de pensar as ‘grandes’ questões políticas” (Deo, 2021, p. 270).

Sendo assim, conclui-se que o populismo se trata de um conceito de corte weberiano apoiado nos tipos-ideais, que não explica a totalidade das relações históricas, políticas e sociais do Brasil. Ele se expande a ponto de ignorar as particularidades que existem na processualidade histórica em que foi (e ainda é) empregado. Seu uso parte de uma concepção ideológica da realidade histórica, desconsiderando a reprodução e o avanço da autocracia burguesa por meio do colonial-bonapartismo, além de ignorar a capacidade autônoma da classe trabalhadora de se organizar politicamente. Observa-se que a definição de populismo em si, sempre esteve a serviço das classes dominantes, como um instrumento de manutenção de sua hegemonia. Se considerarmos, que tanto figuras da esquerda quanto da direita, que tiveram a alcunha de populistas, representavam, mesmo com certas particularidades, as classes dirigentes do capitalismo brasileiro.

2.3 – Patriotismo, golpismo e subserviência: um contrassenso

O patriotismo ramificado pela UDN era, de modo geral, um discurso que procurava legitimar sua atuação no cenário político, entretanto, na prática, não se mantinha. Ainda que se apresentasse como apoiadora dos interesses nacionais - em sua essência, era um partido liberal e conservador - que possuía uma agenda estritamente alinhada aos interesses do capital estrangeiro, sobretudo dos Estados Unidos. O partido atuava em uma lógica que fortalecia o bloco imperialista ocidental internamente, e nunca se preocupou em apresentar um projeto verdadeiramente nacionalista. Ao contrário, o antipopulismo do partido era a forma de manifestar seu repúdio às políticas progressistas e nacionalistas, mesmo que o debate sobre o petróleo tenha seguido uma linha diferente, anteriormente explanado neste trabalho.

A subserviência da UDN levava o partido a outra questão - o golpismo - traço que esteve presente em toda sua trajetória. A proposta de debate, aqui, é de entender como o entreguismo do partido estava diretamente ligado ao golpismo, mesmo que em seu discurso o partido se mostrasse patriota.

O golpismo da UDN foi perene, entretanto, era, de certa forma, independente das FFAA. Pode-se dizer que era um “golpismo civil”, mas, que sem a atuação das FFAA, não conseguiam, de fato, depor quem não agradava a UDN. Os setores militares nunca firmaram acordos com os udenistas, considerando que a partir da criação da Escola Superior de Guerra, as Forças Armadas brasileiras ganharam uma nova função.

A criação da Escola Superior de Guerra (ESG), teve um papel primordial na formação de lideranças militares brasileiras e foi um marco na Doutrina de Segurança Nacional, como mencionado brevemente no capítulo anterior. A ESG foi fundada em um contexto geopolítico de grandes mudanças. Era o fim da Segunda Guerra Mundial e a configuração política mundial passava por profundas modificações. Nesse contexto, o Brasil passou a se alinhar definitivamente com o bloco ocidental, sob liderança dos EUA. A análise deste item seguirá uma linha que pretende abordar como a UDN alinhava as suas posições golpistas aos setores militares, e dessa forma acentuava a subserviência ao capital estrangeiro.

O golpismo da UDN foi personificado por Carlos Lacerda, se assim podemos dizer. O jornalista utilizou seu periódico “Tribuna da Imprensa” como um meio para fomentar suas opiniões radicais em relação ao sistema político brasileiro. De fato, ele não era o único golpista dentro do partido; demais udenistas também apelavam para uma ruptura institucional, mas é com o lacerdismo que o golpismo passa a ganhar mais espaço dentro do partido, apesar de a UDN “[...] repudiar qualquer forma de personalismo

político e carismático, identificando tal prática como puro populismo [...] (Delgado, 2006, p. 55). Em contrapartida, as relações no interior da UDN foram abaladas quando surgiu o lacerdismo, e daí iniciaram disputas internas por protagonismo. Retornaremos a esse tema com mais profundidade no próximo capítulo deste trabalho.

No pensamento udenista, pairava o fato de que determinadas pessoas (das classes dominantes), eram mais aptas para governar e atuar politicamente em detrimento de outras (trabalhadores); uma visão aristocrática que se baseava na ideia de uma minoria “superior” que deveria conduzir a sociedade; entendimento herdado do autoritarismo presente em concepções ideológicas burguesas, que também concebiam a ideia de que sempre haveria uma elite liderando as massas, e

[...] Mesmo que tal elite não concretizasse seus talentos naturais, ela ainda era mais apta para as atividades públicas, ao menos em comparação à plebe. A crença em uma natural propensão ao poder, seguida pela revolta ante a injustificada distância em relação a ele, condiciona toda a prática política udenista [...] (Chaloub, 2009, p. 102).

No geral, a UDN não media esforços para recorrer a práticas antidemocráticas, incluindo apelos ao golpe de Estado, justificando que o povo era incapaz de liderar processos políticos, como exemplificado na citação; mesmo que as elites não fossem qualificadas para liderar, ainda assim era melhor do que a classe trabalhadora.

Para a UDN, o golpe não era algo eventual, mas sim permanente, também não era algo praticado de maneira aberta na política institucional, mas planejado e disseminado via discursos ideológicos que o colocava como um processo necessário para manter a ordem política. Em resumo:

O golpismo não é recurso eventual, mas ponto basilar dos ideários, em que pese suas distintas formulações retóricas. Os “ideólogos do Estado” não atuavam na dinâmica parlamentar, [...] não tomavam parte ativa no sistema eleitoral-representativo. A defesa de uma necessária ruptura se restringia, deste modo, às discussões teóricas e ao apoio nos bastidores. Fazia-se necessária a mudança, mas ela constituía numa etapa de certo processo, não prática política reiterada de ameaça à normalidade institucional (Chaloub, 2009, p. 103).

O golpismo era parte da ideologia da UDN. Caminhava de mãos dadas com o elitismo e moralismo do partido. Os udenistas recorriam à essa prática sempre que uma ameaça à ordem social surgia; em outras palavras - sempre que a classe trabalhadora pudesse estar em evidência.

Em relação às FFAA, a UDN enxergava a instituição como a única capaz de manter a ordem no país, em larga escala, se baseando no fato de que desde a Proclamação da República, todas as rupturas institucionais que o país passou, o setor militar esteve envolvido. Logo, para os udenistas, os únicos capazes de “preservar a estabilidade” política e institucional brasileira, eram os militares, apesar dessa concepção não ser exclusiva da UDN “[...] Em nenhum ideário, todavia, abundam tantas referências e apelos à tradição patriótica do Exército como no udenismo, que fazia do quartel uma extensão do parlamento [...]” (Chaloub, 2009, p. 105).

As relações da UDN com os setores militares eram bem acentuadas. A posição anticomunista udenista transformava o partido em uma “via de atuação” institucional das Forças Armadas. Os udenistas se aproximavam das alas militares mais conservadoras que defendiam o acordo Brasil- Estados Unidos, de 1952, com argumentos de que esse acordo contribuiria para a modernização das FFAA, visto que os EUA priorizavam países que se alinhavam a ele contra os soviéticos; isso demonstrava a aproximação do partido com os militares, pois esse era o mesmo argumento de ambos²⁷ (Benevides, 1981, p. 86).

A proximidade da UDN com a ESG representou mais do que o elitismo do partido, que era o mesmo emanado pelas Forças Armadas brasileiras, considerando que o entendimento dos militares também era de que as massas eram incapazes de liderar processos políticos. A forte conexão dos udenistas com o militarismo não se limitava somente aos setores mais radicais do partido, incluía também os ditos “liberais clássicos” que acabavam sendo mais “moderados” (pelo menos formalmente), como Afonso Arinos e Aliomar Baleeiro, demonstrando que a totalidade do partido tinha uma profunda conexão com a ESG. Essa proximidade envolvia cursos, conspirações, conferências e outros. Como a Escola Superior de Guerra era um centro de formação político-ideológico, a relação íntima da UDN com a ESG ajudou a construir o caminho para o Golpe Militar de 1964, considerado uma vitória pelos udenistas (Benevides, 1981, p. 142).

2.3.1 O liberalismo no Brasil: rupturas e continuidades

²⁷ “[...] Afonso Arinos, então líder da oposição na Câmara, revelaria, mais tarde, ter defendido o Acordo (denunciado em 1977 no Governo Geisel) devido às pressões dos militares, especialmente do Brigadeiro e do “setor udenista” das Forças Armadas, que era a Aeronáutica, interessados nas possibilidades de aparelhamento e assistência técnica dos americanos (1965, p. 237)” (Benevides, 1981, p. 86).

O liberalismo se reproduziu na processualidade histórica brasileira de uma maneira particular, tendo assumido as características intrínsecas da colonização e ganhou uma nova forma. Das inúmeras interpretações que existem acerca desse assunto, aqui, a qual nos debruçamos, é de Roberto Schwarz²⁸. O pressuposto colocado inicialmente neste parágrafo, é o que Schwarz busca demonstrar como as ideias formadas na Europa - especificamente o liberalismo - são assimiladas e reproduzidas ao longo da história brasileira, com uma espécie de novo padrão, desvencilhando-se de seu teor emancipador, considerando que o liberalismo surgiu como uma ideia revolucionária, capaz de modificar estruturas arcaicas e dar lugar a uma nova organização social - há exemplos de casos clássicos europeus onde se reproduziram originalmente, e se estruturaram em um Estado com um núcleo autocrático da burguesia. Ainda para o autor:

[...] É claro que a liberdade do trabalho, a igualdade perante a lei e, de modo geral, o universalismo, eram ideologias na Europa também; mas lá correspondiam às aparências, encobrendo o essencial – a exploração do trabalho. Entre nós, as mesmas ideias seriam falsas num sentido diverso, por assim dizer, do original. A Declaração dos Direitos do Homem, por exemplo, transcrita em parte na Constituição Brasileira de 1824, não só não escondia nada, como tonava mais abjeto o instituto da escravidão [...] (Schwarz, 2000, p. 12).

O liberalismo chegou na realidade histórica e social brasileira com sua proposta fundante, liberdade e igualdade, mas ao mesmo tempo, a estrutura social que existia no Brasil mantinha dentro de uma legalidade jurídico-política, a escravidão. Além disso:

[...] na primeira metade do século XIX [...] o liberalismo já expressa seu conteúdo conservador ao demonstrar os limites da emancipação política burguesa em nível mundial; ao mesmo tempo em que alcança seu limite histórico, esgotando seu caráter progressista, a doutrina liberal, tal como se materializa no Brasil, sequer observa os pressupostos básicos da emancipação burguesa [...] (Deo, 2021, p. 51).

Ou seja, além de se deparar com contradições profundas, o liberalismo que chegou no Brasil já nasceu conservador, pois nessa época, havia perdido seu caráter revolucionário, que outrora tivera. Portanto, segundo Roberto Schwarz, a burguesia

²⁸ Crítico literário especialista na obra de Machado de Assis, aqui, o livro que nos baseamos é: SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000.

brasileira – e conseqüentemente, seus ideólogos – se posicionam de maneira ambígua e contrarrevolucionária - reproduzindo um projeto político e ideológico de caráter opressor.

Durante o processo de formação político-social, o Brasil reproduziu conceitos e ideais europeus que pareciam estar “fora do lugar” - em relação ao seu uso na metrópole - havia uma estrutura social colonial atrasada, enquanto a superestrutura política tinha caráter liberal, incluindo um parlamento nos moldes europeus e propostas tidas como adiantadas e modernas. O Estado nacional surge, portanto, numa perspectiva de uma economia baseada em larga escala na escravidão e, assim sendo, cria-se um Estado com simulacro de liberalismo; porém, um liberalismo inconcluso, nas palavras de Roberto Schwarz (2000, p. 26).

[...] as ideias liberais não se podiam praticar, sendo ao mesmo tempo indesejáveis. Foram postas numa constelação especial, uma constelação prática, a qual formou sistema e não deixaria de afetá-las. Por isso, pouco ajuda insistir na sua clara falsidade. Mais interessante é acompanhar-lhes o movimento, de que ela, a falsidade, é parte verdadeira [...]

Aqui, fica evidente, como não era mais possível manter ideias retrógradas, sendo que a sociedade havia se modernizado e o Ocidente, do qual o Brasil era (e ainda é), parte dependente, exercia enorme influência. A abolição da escravidão é um bom exemplo. O Brasil foi o último país das Américas a pôr fim no trabalho escravizado, e isso só foi possível devido às influências do iluminismo e pela expansão do capitalismo. Lembramos que a Inglaterra exerceu forte influência nesse processo, uma vez que as indústrias inglesas se expandiam e era necessário um mercado consumidor. No trecho acima, Schwarz deixa claro, como não tinha mais condições do Brasil deixar de reproduzir ideias modernizadoras; porém, com o “toque” colonizador.

O liberalismo foi assimilado e reproduzido na processualidade histórica brasileira e de uma maneira que pode ser considerada renovada, ou seja, um *aggiornamento* que reposiciona o liberalismo. Entretanto, essa renovação já nasce totalmente desconectada do seu caráter emancipador; portanto, diferente de como ocorreu nos casos clássicos europeus. As ideias liberais se estruturaram em um Estado com divisão dos poderes, assim como nos países europeus. Mas, ao contrário da França, Inglaterra, Holanda e demais países, o Brasil possuía um núcleo autocrático institucional, cujo poder moderador, exercido pelo Imperador, garantia à burguesia, sua hegemonia, sem contar que a própria existência da escravidão, já excluía totalmente a liberdade que o liberalismo propunha.

Conforme Schwarz, a contradição entre o liberalismo e a escravidão no Brasil, só se *equilibra* com o advento dos “homens livres” - uma camada social que mantinha “relações de favor” com a classe escravocrata. Essa relação estaria dentro dos pressupostos do liberalismo em sua gênese, mesmo que esses “homens livres”, desprovidos de propriedade, fossem excluídos do sufrágio universal, que nessa época era censitário; excluindo, na verdade, a maior parte da população do país. A existência da força de trabalho escravo será o componente chave na relação entre “homens livres” e senhores de escravos “[...] uma vez que garante a organização econômica voltada para o lucro; fonte de reprodução da riqueza socialmente necessária à existência do território [...]” (Deo, 2021, p. 52).

Esse seria o sentido do que Schwarz chamou de “As ideias fora do lugar” – ao mesmo tempo em que o liberalismo se estrutura no Brasil, ele também esboça particularidades. Sinteticamente, ele assimila, reproduz e se renova na processualidade histórica brasileira e, ao se recolocar, cria um novo padrão particular.

As questões aqui levantadas servirão para compreendermos o protagonismo político da UDN no cenário pós Estado Novo, bem como seu projeto econômico para o país e suas expressões ideológicas. Concomitantemente, compreender a forma com que os udenistas liam o liberalismo e como *traduziam* para a realidade histórica do Brasil, a partir do entendimento de que a UDN tinha um caráter dual, como apontado em outras passagens deste trabalho. Entender como o liberalismo se reproduziu no Brasil é também entender como seus agentes reproduziram essa ideologia. Por esse motivo, achamos necessário um item somente sobre esse assunto. Dito isso, a partir daqui, é necessário captar como se deu a formação do Estado no Brasil, em seus elementos políticos essenciais. O debate proposto é de assimilar de maneira crítica, os componentes políticos e ideológicos da formação histórica do Estado nacional brasileiro. Para isso, um referencial indispensável nesse entendimento é de Antonio Carlos Mazzeo²⁹.

Segundo o autor, a partir da colonização, se desenvolveu no Brasil uma forma arbitrária de dominação política – abordada rapidamente nos parágrafos anteriores – essa dominação é exercida pela burguesia que se formou ao longo do tempo; a classe dominante instrumentalizou essa dominação e a transformou em um elemento político de um projeto de controle social, elemento esse que se tornou determinante na formação histórico-política nacional.

²⁹ A argumentação teórica encontra-se em: MAZZEO, Antônio Carlos. **Estado e Burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa**. São Paulo: Boitempo, 2015.

Mazzeo se ampara nos fundamentos teóricos de Caio Prado Jr. que, para este autor, o *Sentido*³⁰ da colonização brasileira é de que este empreendimento foi motivado por interesse mercantil/capitalista. Nunca houve um projeto de povoamento e formação de uma nação autônoma; ao contrário, desde o início da colonização, o que observamos foi uma extensa exploração de recursos para abastecimento do mercado externo que estava em franca expansão, transformando o Brasil em um país dependente. Mazzeo então, procura demonstrar como essas particularidades da colonização estão presentes ao longo do processo de formação do Estado brasileiro, cujo conceito o autor denomina de “via prussiano-colonial”.

Conforme o autor, a formação social brasileira “[...] articula-se ontologicamente como uma particularidade capitalista, a partir de especificidades próprias à sua gênese colonial [...]” (Mazzeo, 2015, p. 81), esse é o núcleo da formação sócio histórica do Brasil. A partir disso, o autor desenvolve o argumento sobre a superestrutura que se forma a partir dessa materialidade e suas especificidades. Novamente o escravismo será uma das questões centrais na formação histórica do país e, juntamente com tendências aristocráticas da sociedade que se estruturavam, serão fatores fundamentais para a formação extremamente conservadora, que serão expressados pela classe dominante, através de ideais políticos e econômicos. Com a decadência do sistema colonial no século XVIII, o Brasil passa a ser um elemento importante para a economia de Portugal. A exploração do ouro fez surgir cidades, e com elas uma “camada média” social; mas foi a burguesia agroexportadora e escravocrata que se consolidou no poder do Estado (Mazzeo, 2015, p. 81).

A pequena burguesia urbana já estruturada no século XIX, desencadeou uma luta política de caráter liberal, uma vez que seu interesse era industrializar o país, e assim, formar um mercado interno. Mas não existiam condições históricas para um rompimento com a velha ordem de maneira mais radical, pois essa camada social não possuía uma base solidificada para liderar uma revolução anticolonial. Portanto, o resultado apontou que o processo de independência do Brasil foi liderado pela burguesia agrária, que manteve as estruturas coloniais e criou “[...] um aparelho do Estado, dentro de suas diretrizes ideológicas, com o cuidado permanente de afastar quaisquer iniciativas que apontassem para o perigo de transformações mais radicais [...]” (Mazzeo, 2015, p. 83).

³⁰ “Captar o *Sentido* de um momento histórico implica reconhecer e apreender os elementos essenciais que imprimem uma determinada dinâmica aos fatos constituintes do mesmo [...]” (Deo, 2021, p. 42).

A composição social do Brasil em seus séculos iniciais, era, em sua maioria formada por escravizados, que, segundo o autor, colocava a burguesia em uma posição de desconfiança do povo, pois era possível que acontecesse uma revolução social³¹ pelo fim da escravidão. Isso levou a classe dominante brasileira a conciliar com Portugal por um tempo, o que não se sustentou; e a solução foi entronar Dom Pedro I transformando o Brasil em um Império independente. Em resumo, a independência do Brasil foi um evento “feito pelo alto”; ou seja, sem a participação popular, a fim de afastar o perigo de uma democratização da sociedade e manter a hegemonia da burguesia brasileira, que tem desde a sua origem um caráter “[...] capitalista de extração colonial [...]” (Mazzeo, 2015, p. 83).

Por ter uma formação colonial de exploração capitalista, o Brasil apresenta determinados traços ideológicos que foram herdados de seu colonizador; isso não quer dizer que esses traços foram transportados de maneira mecânica das realidades envolvidas nesse processo. Ao contrário, o elemento ideológico presente na superestrutura brasileira “[...] eleva os elementos constitutivos de uma totalidade (Império Português), por onde perpassam [...] determinações do conjunto da estrutura produtiva e social do Império Português [...]” (Mazzeo, 2015, p. 84). A estrutura política e econômica de Portugal se desenvolveu de maneira deficitária em fins do feudalismo, enquanto países como França, Inglaterra e Holanda já possuíam uma estrutura econômica baseada em manufaturas, Portugal mantinha ainda traços do feudalismo. Isso fez com que os portugueses se tornassem dependentes desses outros países.

Em 1580, aconteceu a União Ibérica que envolvia Espanha e Portugal. A União Ibérica selou a característica dependente de Portugal e o colocou como um complemento à economia espanhola. No século XVIII, é firmado o Tratado de Methuen³², onde novamente Portugal sai prejudicado, visto que o vinho português era vendido para a Inglaterra a um preço barato, enquanto a compra de mercadoria têxtil inglesa saía caro para os portugueses. Esses acordos tinham como protagonista a burguesia portuguesa, que cada vez mais foi se submetendo ao capital estrangeiro; isso marcou de maneira intensa a característica regressiva e frágil do Estado português (Mazzeo, 2015, p. 85).

³¹ Durante o império, houve algumas revoltas importantes como, por exemplo, a Confederação do Equador, Cabanagem, Revolução Pernambucana entre outras, apesar de algumas dessas revoltas não terem a abolição da escravidão como um de seus pilares, todas foram de caráter liberal e antimonárquico, o que chamava a atenção da classe dominante, pois poderiam se estender por todo o território nacional. Todas essas revoltas foram violentamente reprimidas acabando por executar seus líderes.

³² Também conhecido como Tratado de Panos e Vinhos.

A dependência econômica e política de Portugal aos países que despontavam como potências capitalistas, formou um conjunto de ideias que precisaram ser defendidas pela burguesia lusitana, a fim de manter sua posição de dominação. Qualquer movimento contrário a isso poderia acarretar uma revolução nos moldes clássicos, assim sendo, o que se formou na superestrutura da metrópole tratou-se de um reformismo conservador. Na medida em que as estruturas avançam historicamente para mantê-las ao dispor da burguesia, as ideias retrógradas se adequavam. É o velho e o novo se manifestando ainda na metrópole. Contudo, no Brasil colonial, essas ideias ganharam particularidades; os ideais revolucionários europeus não cabiam na realidade da colônia, então o resultado foi um ecletismo de ideias “[...] O ecletismo teórico será, então, assimilado e sistematizado pela burguesia brasileira, como exemplo de manutenção do *status quo*, utilizando-se de reformas ‘pelo alto’ [...]” (Mazzeo, 2015, p. 91).

Sincrônico ao desenvolvimento do Estado brasileiro e às ideias que aqui se perpetuaram desde a metrópole, inicia-se o desenvolvimento do capitalismo, que também será marcado por singularidades. Tratar sobre a formação do Estado capitalista brasileiro, é tratar também sobre os eventos políticos que o acompanham e suas formas de reprodução ao longo da história.

Existem diferenças significativas nas formações dos Estados modernos e ascensão da burguesia. Países centrais como França e Inglaterra, passaram por mudanças que ocorreram via revoluções sociais radicais, onde rompeu-se com os traços do feudalismo, que era a causa do atraso social e econômico desses países. Nesses casos, houve participação popular, principalmente na Revolução Francesa, onde firmaram-se alianças com o campesinato, pequena burguesia e as classes populares conhecidos como *sans-culottes*; tanto na Inglaterra quanto na França a ideologia que movimentou essas revoluções foi o liberalismo, que nesse momento histórico assumiu uma posição revolucionária e de rompimento com antigas estruturas sociais. Essa via de desenvolvimento capitalista foi conceituada por Vladimir Lenin, como “via clássica”.

Segundo Vladimir Lênin, havia ainda a “via prussiana”. Nesse caso, o antigo regime se adapta ao moderno, a nobreza proprietária de latifúndios passa por um processo de aburguesamento condenando o campesinato a décadas de exploração. É o que acontece na Alemanha, especificamente na Prússia, onde aconteceu uma lenta transformação “[...] A revolução burguesa dá lugar à reforma modernizadora, onde a nobreza *junker* se apossa do aparelho do Estado, que passa a ser o poderoso coordenador do processo de

modernização [...]” (Mazzeo, 2015, p. 97), daí o conceito de “via prussiana” de desenvolvimento do capitalismo.

Além da “via clássica” e da “via prussiana”, Lenin também fala sobre a “via americana”. Nesse caso, o desenvolvimento do capitalismo aconteceu por meio da eliminação de relações servis de forma revolucionária, quando a propriedade agrária foi distribuída aos camponeses, dando origem a uma classe de pequenos proprietários rurais, fazendo com que o capitalismo fosse fomentado pelo Estado via mercado interno; pois, essas propriedades passaram a produzir e consumir suas próprias mercadorias, e a aristocracia agrária foi destruída sem deixar vestígios³³. Expostos os entendimentos sobre as vias do desenvolvimento, cabe agora entender como esse processo se desdobrou na realidade brasileira.

Assim como na Alemanha, o capitalismo no Brasil se desenvolve primeiramente pelo campo, mas diferente também da “via americana” não existe um rompimento com o latifúndio. Ao contrário, a nobreza portuguesa assume ares de burguesia no Brasil e assim como o *junkers* na Prússia, institucionaliza o Estado a seu favor, perpetuando sua hegemonia. A diferença entre os casos citados, e aqui também fica incluída a “via clássica”, é o fator colonial, que não deixa de exercer influência sobre a formação do capitalismo brasileiro. Portanto, o desenvolvimento capitalista no Brasil assume o caráter da “via prussiana” com traços coloniais, o que para José Chasin³⁴ se trata de uma “via colonial”, mas não somente no Brasil ela se transforma na “via prussiano-colonial” pois “[...] é a que mais expressa sua geneticidade, porque respeita a legalidade histórica de sua condição colonial e, ao mesmo tempo considera a configuração tardia [...] e agrária do processo de acumulação e posterior industrialização do Brasil (Mazzeo, 2015, p. 105).

O resultado desse processo é a formação de um Estado bonapartista, dominado por uma nobreza aburguesada latifundiária que o controla internamente. Mas, diferentemente do bonapartismo europeu, no Brasil adiciona-se a particularidade colonial, como já posto anteriormente neste trabalho, essa característica do Estado Nacional brasileiro, serviu (e serve), como um instrumento de conciliação da burguesia interna com as classes dominantes imperialistas. A burguesia brasileira “[...] *cede seu poder econômico para manter o poder político*, que, diga-se de passagem, terá sua

³³ Esse processo foi percorrido pelos EUA “[...] que se consolida não na Guerra de Independência (1776-1783), mas quase um século depois, isto é, na Guerra Civil (1861-1865) [...]” (Mazzeo, 2015, p. 101).

³⁴ Cf. CHASIN, J. **O Integralismo de Plínio Salgado**: forma de regressividade do capitalismo hipertardio. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

autonomia nos limites impostos pelas potências industriais europeias [...]” (Mazzeo, 2015, p. 113). Temos aqui a identidade do Estado nacional brasileiro.

Isto posto, a UDN, por ser um partido de representação da burguesia brasileira, pode ser entendido como uma organização política que reproduz esse liberalismo dual e eclético que se consolida na formação do Brasil, que deve ser compreendida como uma forma de *aggiornamento* como citamos anteriormente, ou seja, a UDN e os udenistas não reproduziram exatamente o liberalismo do início do Estado brasileiro, mas sim, um liberalismo que reflete o tempo histórico em que o partido atuou com particularidades e singularidades, mas que ainda assim expressa a essência dos traços do liberalismo que foi assimilado e reproduzido na sociedade brasileira durante todo o processo de consolidação do capitalismo hipertardio do Estado nacional.

2.4 Ascensão udenista e queda integralista: a disputa conservadora entre UDN e AIB

Sabemos que o integralismo representou o maior movimento de massas à direita da política brasileira durante os anos 1930, mas sua queda aconteceu ainda no período em que Getúlio Vargas governava. Plínio Salgado ora mantinha apoio a Vargas, ora fazia oposição, chegando a momentos até de subserviência ao regime. Neste item, partimos do questionamento: por que o conservadorismo *mais moderado* concentrado na UDN tem êxito diante do radicalismo do integralismo, é possível afirmar que estavam todos os fundamentos dentro dos mesmos pressupostos? Pode-se aproximar o udenismo do integralismo? Para compreender essas questões, partiremos de uma breve contextualização sobre o que foi o movimento integralista e consequentemente, a AIB.

Novamente nos apoiaremos no entendimento de José Chasin, que busca uma interpretação original sobre o integralismo; segundo o autor, Plínio Salgado, fundador da AIB, reiterava a originalidade de seu pensamento desvinculando do fascismo e nazismo da Alemanha e Itália, Salgado dizia que o integralismo era baseado em ideia de “raízes brasileiras”. No entanto, parte dos críticos do integralismo geralmente ignoram as bases ideológicas que deram origem a essa ideologia, e resumem as ideias “plinianas” a meras cópias das políticas nazifascistas europeias do século XX. Mas para nosso autor, esse tipo de análise não seria propriamente científica, e por conta disso, ele desenvolve sua crítica particular.

Para Chasin, as críticas feitas ao integralismo, até então, se tratavam de uma *mimésis*; ou seja, uma imitação, uma reprodução acrítica, a qual afirmava que o integralismo era um tipo de fascismo italiano e que o Brasil, dos anos 1930, era parecido com a Itália da mesma época. Plínio Salgado não negava a condição fascista do integralismo, porém, ele reivindicava uma originalidade brasileira - o que tornou a análise crítica do integralismo um grande desafio. A cada novo escrito, Salgado adicionava algo inédito. A grande questão aponta que o Integralismo tem inspiração portuguesa e tratou-se de um catolicismo reacionário.

A crítica mimética acaba ampliando e, portanto, generalizando o conceito de fascismo e assim ignora suas particularidades, restringiu-se em falar sobre a influência e imitação de um pelo outro. De certa maneira, há semelhanças: os movimentos possuem símbolos, rituais, saudações, líderes, etc. Mas para Chasin, essa percepção igualaria o Brasil aos países da Europa, ignorando seu caráter colonial, e o colocaria ao lado de países altamente industrializados que atuam na centralidade do grande capital.

Um dos principais críticos da AIB foi Héglio Trindade³⁵ que caracterizou três principais pontos que deram origem ao integralismo, os quais são: à época em que surgiu, visto que havia grande tensão social e política devido à industrialização do país; o clima intelectual brasileiro que naquele momento era agitado e foi onde a AIB buscou suas raízes nacionais e, finalmente, o fascismo europeu, que será a determinante do surgimento do integralismo. Todavia, a análise de Héglio Trindade, teve como base de sua pesquisa, uma análise psicológica. O autor utilizou questionários aplicados aos próprios integralistas para levantar dados.

Entretanto, José Chasin considera a análise de Trindade um erro metodológico, pois é necessário que o integralismo seja entendido dentro de sua totalidade; isto é, como uma forma regressiva da política brasileira, uma formulação completamente retrógrada de organização social e política, visto que o integralismo propunha o retorno do homem ao campo e da utilização de ferramentas de trabalho que remetiam diretamente ao feudalismo, demonstrando seu caráter agrarista e anacrônico. Além disso, a visão de Plínio Salgado sobre história, partia de um pressuposto linear, onde o autor entendia que a humanidade havia passado por etapas, sendo: a primeira, a era politeísta; a segunda etapa seria a era monoteísta; e finalmente a terceira, a era ateísta, desencadeada pela

³⁵ Cf. TRINDADE, Helgio. **Integralismo**: o fascismo brasileiro da década de 30, São Paulo: Difel, 1974.

industrialização e desenvolvimento da ciência e tecnologia, guiadas por ideias liberais e comunistas, o que reafirmava o caráter retrógrado do integralismo.

A aversão dos integralistas à industrialização e à concepção espiritualista da história já o diferenciava, por si só, dos modelos europeus. Enquanto o fascismo e nazismo tinham como um dos objetivos consolidar o capitalismo nesses países, e orientar o desenvolvimento econômico da Itália e Alemanha, o integralismo tinha um objetivo completamente contrário a isso. Daí, a regressividade presente nas ideias da AIB, na análise de Chasin, a ideologia integralista seria uma forma particular de anticapitalismo romântico da via colonial de desenvolvimento - uma utopia reacionária que tinha como proposta frear a industrialização - tendo em vista que isso - a industrialização - levaria ao comunismo e ao liberalismo; que, para Plínio Salgado, eram expressões antirreligiosas que valorizavam o materialismo.

A AIB, assim como todos os demais partidos que existiam na década de 1930, foi extinta com o golpe de 1937, e Plínio Salgado exilado em Portugal. Em 1945, com a retomada do sistema partidário, a AIB retorna estruturada como o PRP (Partido de Representação Popular). Nesse período, as manifestações anti-integralistas ganharam força, principalmente devido à derrota dos países do eixo, na Segunda Guerra, uma vez que relacionava-se o integralismo com o fascismo. A reestruturação da AIB no PRP foi um processo iniciado no ano de 1945, a princípio de maneira cautelosa, e se intensificou com o tempo, de acordo com Calil (2005, p. 214) “[...] a correspondência privada trocada entre Salgado e os líderes integralistas no Brasil [...] e as reelaborações posteriores [...] evidenciam que os integralistas aceleravam suas articulações [...]”.

O PRP foi fundado em setembro de 1945, sendo que a articulação para sua fundação teve início em março daquele mesmo ano. Não havia consenso em torno de sua criação, e até mesmo Plínio Salgado discordava sobre a construção de um partido que reunisse antigos integralistas “[...] Ao que parece, grande parte dos integralistas preferia a simples reativação da Ação Integralista Brasileira e seu registro como partido político [...]” (Calil, 2005, p. 219).

Mesmo depois de fundado oficialmente, Salgado mantinha certa cautela em torno da vinculação do PRP com a AIB. Para ele, o integralismo tratava-se de uma doutrina, e não uma organização política a ponto de se tornar um novo partido. Fica claro que Plínio Salgado fazia uma separação entre a ideologia integralista e a atuação política do integralismo. Entretanto, alguns membros do PRP não aceitavam essa posição de Salgado, e exigiam que ele assumisse a liderança do partido e recusavam a ideia de que o

integralismo se dividia entre uma ação doutrinária e uma ação política, visto que a AIB havia sido um partido, e essa separação não era considerada (Calil, 2005, p. 222).

Por fim, Plínio Salgado ingressou no PRP logo que retornou de seu exílio, e foi eleito presidente nacional do partido. Mudou logo de posicionamento e passou a falar da necessidade de um partido para que os integralistas pudessem atuar no novo cenário político do país, deslocando os não integralistas que compuseram as fileiras do PRP para posições secundárias, transformando rapidamente o partido em uma organização focada nas ideias da AIB.

Apesar de ter apoio direto do presidente eleito, Eurico Dutra, o PRP foi denunciado ao Superior Tribunal Eleitoral em 1948, pelo deputado João Vilas Boas, da UDN, que solicitava o cancelamento do registro, baseado em irregularidades acerca de sua fundação, como, por exemplo, a quantidade mínima de assinaturas para obter o registro eleitoral³⁶ entre outras. Mas Dutra, cuja postura contra o PCB foi enfática e decisiva no processo de cassação, vale lembrar que com o PRP ele fez o movimento oposto, e o partido foi absolvido das acusações pelo Superior Tribunal Eleitoral, o que abriu precedente para que “[...] A tese de que todos os que se opusessem ao PRP seriam inimigos da democracia, logo conduzia à conclusão de que todos os adversários do integralismo seriam comunistas [...]” (Calil, 2005, p. 233).

A formação do PRP e a atuação de Plínio Salgado viabilizaram para que o integralismo se adequasse ao novo cenário político do país “[...] permitindo a criação de instrumento adequado à sua intervenção cotidiana na vida política brasileira [...]” (Calil, 2005, p. 237), além disso, a obtenção de apoio e alianças partidárias não só permitiram que o PRP se mantivesse no cenário, como possibilitou ações políticas efetivas durante todo o período em que esteve ativo.

Quanto a sua base social - eleitores, dirigentes e militantes - a maior parte era oriunda da pequena burguesia - o discurso do PRP era totalmente voltado para a camada média da sociedade, com o intuito de disputar essa fração de classe. O temor da proletarização era um traço determinante para que esses setores manifestassem posições repressivas,

[...] Este temor seguia sendo estimulado pelo PRP, como se percebe nesta afirmação de Salgado: *“Sentimos que, em nossa Pátria, há o desaparecimento da classe média, que está comprimida entre o*

³⁶ A princípio, o número mínimo de assinaturas exigidas para registro eleitoral era de 10 mil, logo depois a exigência passou a ser de 50 mil. O PRP apresentou 15 mil nesse intervalo, mas Eurico Dutra, por meio de um decreto, isentou o partido de Plínio Salgado de obter 50 mil assinaturas permitindo a manutenção de seu registro (Calil, 2005, p. 228).

proletariado e a grande burguesia. Sentimos a proletarização crescente do pequeno burguês” [...] (Calil, 2005, p. 272).

O discurso do PRP invertia a situação, enquanto a classe média era colocada como oprimida, o proletariado assumia o papel de explorador, pois continha o avanço da pequena burguesia ao reivindicar melhores condições de vida e trabalho. Para os perrepistas, a camada média da sociedade, apesar de oprimida e flagelada, tanto pela burguesia quanto pelo proletariado, representava “[...] um ‘reservatório precioso’ de altruísmo, abnegação, sacrifício e luta, portadores de ‘toda essência vital da Nacionalidade’, e imunes ao ‘fetichismo’ e ‘idolatria’ que atingiria as ‘grandes massas’ [...] (Calil, 2005, p. 274).

O discurso e a forte identificação do partido com a pequena burguesia evidenciam, que, para os integralistas existia uma separação social, em que, de um lado ficava um povo culto, intelectual e educado, contra uma massa inculta, indigna e inferior. Esse entendimento dos integralistas estava diretamente ligado à concepção de democracia que o PRP assumiu ao longo de sua existência; ou seja, uma democracia autoritária e restrita.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o discurso integralista sobre os males do liberalismo se tornou insustentável, mas isso não significou que as ideias antidemocráticas do integralismo tenham sido esquecidas. Ao contrário, elas passaram a ser veiculadas de uma maneira diferente. Uma estratégia assumida pelo PRP diante disso, foi dedicar seus esforços para estabelecer um conceito de democracia demasiadamente restritiva, que se baseava no controle da sociedade e centralização política. Essa concepção de democracia não era exclusiva dos integralistas nesse período (Calil, 2005, p. 703), a própria UDN e o PSD, assim como demais partidos conservadores, tinham uma visão de democracia restrita. Na verdade, a disputa em torno do conceito de democracia atravessou os séculos e passou a ser agradável para o liberalismo e conservadorismo utilizá-la, já que seu sentido original foi subvertido pela burguesia³⁷.

É importante notar a semelhança entre o discurso dos integralistas e da UDN, em torno da famigerada “defesa da democracia”. Assim como os udenistas, os perrepistas também justificavam as campanhas golpistas dos anos 50 e 60, utilizando deste argumento, pelo menos desde sua fundação. Portanto, o entendimento de democracia restritiva difere pouco do liberalismo conservador da UDN. A dessemelhança primordial

³⁷ A intenção aqui não é de fazer um debate em torno do conceito de democracia, isso demandaria uma longa discussão que, por enquanto, não cabe neste trabalho, por ora ficaremos somente com essa informação primária.

entre um e outro, é que o PRP tinha um discurso mais radicalizado, eugenista e fascistizante, além de retrógrado. Na UDN, esse discurso era mais velado e relativamente mais progressista; todavia, o propósito de ambos os partidos era o mesmo, a defesa da manutenção de uma sociedade de classes³⁸.

Muitas foram as interpretações disseminadas pelos integralistas acerca do conceito de democracia, e todas elas tinham em comum “[...] a defesa do estabelecimento de controle e restrições, conformando-se àquilo que chamavam de ‘democracia defensiva’ [...]” (Calil, 2005, p. 703). Além disso, as críticas do PRP à democracia brasileira giravam em torno das debilidades já conhecidas dos brasileiros, como corrupção, fisiologismo e outros; mas, tais críticas sempre direcionavam para uma ordem antidemocrática e repressiva.

A formulação teórica do PRP sobre democracia, guiava diretamente para profundas restrições ao regime democrático, incluindo as chamadas liberdades civis historicamente relacionadas com a democracia liberal. As posições assumidas pelos integralistas, no período de 1945 a 1964, são, de fato, vinculadas ao compromisso que o partido assumiu perante ao regime vigente, para assim, manter seu registro legal, “[...] Em sua práxis, no entanto, os integralistas buscaram diferentes maneiras de reafirmar e difundir as concepções abertamente antidemocráticas, elitistas e concentradoras de poder, que marcaram a ideologia integralista da década de 1930 [...]” (Calil, 2005, p. 715).

Com ideias tão próximas, a UDN e PRP acabavam disputando o mesmo eleitorado, geralmente a pequena burguesia, que era o foco dos dois partidos. Com as mudanças no cenário político em 1945, o integralismo perdeu espaço e a UDN surgiu como uma alternativa à direita - um partido liberal-conservador formado principalmente por opositores de Getúlio Vargas - que defendia principalmente a moralização da política. No entanto, o PRP tinha traços profundamente nacionalistas e autocráticos, além do discurso religioso e idealista de Plínio Salgado. Apesar das aproximações dos dois partidos quanto ao entendimento de democracia e o apelo a golpes, a UDN ainda permanecia, mesmo que de maneira tênue, dentro dos marcos da democracia liberal. O PRP mantinha resquícios do integralismo com propostas mais corporativistas.

No geral, a UDN e o PRP não eram partidos idênticos, e com o tempo os integralistas foram perdendo espaço na política para outros partidos, e as causas foram as

³⁸ Mesmo que os integralistas defendessem a classe média como central e a colocassem como *vítima* do proletariado e burguesia, sua ação e discurso serviam ao capital e a classe dominante.

mais diversas. O PRP era o herdeiro direto do integralismo e isso carregava um grande estigma, considerando que, com o fim da guerra, qualquer associação com o nazi-fascismo passou a ser visto com suspeita. Essa, talvez, tenha sido a maior causa da estagnação política do PRP. A UDN por outro lado, se consolidou como a principal força conservadora no Brasil, atraindo militares, intelectuais e setores da classe média urbana, e por ter um discurso mais institucional, tinha maior destaque no cenário eleitoral e uma estrutura partidária melhor elaborada, com nomes de alcance nacional. Além disso, os udenistas tinham um discurso mais modernizante, mesmo que na prática não fosse assim; enquanto o PRP mantinha sua posição retrógrada e regressiva.

O cenário social e histórico era outro; já não era possível o discurso regressivo integralista. O fascismo havia sido derrotado na Europa e o Brasil caminhava para rumos modernizadores, se consolidava o capitalismo e os avanços tecnológicos não podiam mais ser barrados. Com isso, o integralismo foi se tornando irrelevante no cenário político. Pelo menos o discurso ilusório sobre a modernização da UDN serviu para angariar um eleitorado conservador, que não se reconhecia mais no integralismo.

3 AS LIDERANÇAS UDENISTAS

3.1 Carlos Lacerda: uma personalidade incoerente

Neste item, o objetivo é fazer um apanhado de críticas sobre a atuação política de Carlos Lacerda. Consideramos que Lacerda foi um dos principais nomes da UDN; iniciou sua carreira na política no campo da esquerda e rapidamente migrou para a direita e, ao longo de sua trajetória política, nutriu uma aversão especial por Getúlio Vargas. Sua atuação contraditória gerou diferentes posicionamentos entre seus críticos e apoiadores. Neste tópico, será abordada sua atuação dentro e fora da UDN, bem como a tendência que levou seu nome, o lacerdismo.

Figura de grande destaque da UDN, Carlos Lacerda foi uma personalidade importante a ponto de fazer surgir uma tendência udenista que levava seu nome. No geral, o *lacerdismo* tinha um posicionamento radical e golpista. Era comum que seus adeptos contestassem tudo o que não fizesse parte de suas convicções políticas; o apelo para *corrigir o que discordavam*, quase sempre era para o golpismo. O lacerdismo será abordado mais adiante, com maior atenção. Por ora, nos debruçaremos sobre a atuação e trajetória de Lacerda.

O intuito deste item não é descrever a trajetória de Lacerda, nem de trazer detalhes sobre sua vida, o que culminaria em um trabalho extenso, e essa não é nossa intenção. O foco será, portanto, em sua militância política e sua identificação profunda com a direita, passando brevemente por sua atuação no campo da esquerda. Seu profundo reconhecimento com o campo da direita gerou conflitos internos com importantes figuras liberais udenistas, fato que o direcionava para o reacionarismo e o aproximava de setores militares antidemocráticos que se reuniram na UDN. A forte relação que manteve com o militarismo foi um traço importante em Carlos Lacerda. Vale lembrar que em 1964, apoiou o golpe militar, que se voltou contra ele mesmo.

Carlos Frederico Werneck de Lacerda nasceu no Rio de Janeiro em 1914. Seu pai, Maurício de Lacerda, foi jornalista e deputado federal, além de ter sido membro da ANL - inclusive foi acusado de envolvimento no levante comunista em 1935. O pai de Lacerda se considerava um revolucionário e sua atuação política se baseava na defesa da classe trabalhadora brasileira. Seu filho seguiu seus passos, também se tornou jornalista e político, mas diferente do pai, logo se identificou com a direita e, no final do Estado Novo filiou-se à UDN.

O fato mais curioso sobre Carlos Lacerda, é que ele iniciou sua trajetória política no campo da esquerda, foi militante do PCB e integrou a Federação da Juventude Comunista³⁹, fatos que ele passou a negar ao longo de sua vida, afirmando que nunca havia sido membro do partido. Quando jovem e membro da Federação da Juventude Comunista “[...] Lacerda radicalizaria ainda mais suas posições de esquerda [...] iniciava uma luta contra o nazismo e seus adeptos no Brasil; ou seja, os membros da Ação Integralista Brasileira (AIB) [...]” (Mendonça, 2002, p. 35), além de ter participado de organizações e levantes liderados por comunistas e socialistas e diversas outras ações à esquerda, que fizeram parte do despontar de sua trajetória política e jornalística.

O início da carreira de Carlos Lacerda, não por coincidência, ocorre durante um período de acentuada agitação política no cenário brasileiro. Na década de 1930, o país viu emergir a figura de Getúlio Vargas por meio de uma revolução - o fim do período da República Velha - novas configurações da classe trabalhadora e o acirramento das disputas por hegemonia no interior da classe dominante. Essa reconfiguração que o Brasil passou, produziu diferentes personagens que foram determinantes na história política do país. Uma delas foi Lacerda, que, em curto período, se tornou o mais notável opositor de Vargas.

O espectro de Vargas e de tudo quanto ele representasse, transformaria Carlos Lacerda no personagem de maior proeminência dentro dos quadros da oposição ao getulismo, sobressaindo-se não só como grande jornalista e político, mas, por certo, como “o mais importante agitador da direita do período de 1930-1964” (Mendonça, 2002, p. 21).

Dono de uma trajetória política conturbada e ambígua, deixou seu legado político no século XX. Figura carismática e autor de discursos ferrenhos, conquistava relativamente fácil o público; fundou seu próprio jornal “A Tribuna da Imprensa” e usou como ferramenta de propaganda política pessoal, e ao longo de sua vida pública despertou tanto ódio como admiração, e

[...] enquanto seus partidários se referiam a ele como grande líder e “o maior tribuno que passou pela Câmara dos Deputados”, seus adversários o consideravam um traidor capaz das piores vilanias, o “gênio da destruição”, enfim, “um homem em quem não se pode confiar”. Chegaram mesmo a conferir a ele o apelido de “Corvo”, que lhe ficou gravado como verdadeiro estigma. Mas, para todos, e até para si mesmo, Carlos Lacerda foi o grande *tombeur de présidents*, aquele a

³⁹ Mais tarde se tornaria a União da Juventude Comunista (UJC).

quem se atribuía a responsabilidade última pela queda de Getúlio Vargas, Jânio Quadros e João Goulart (MENDONÇA, 2002, p. 24).

Como previa a Constituição de 1934, o mandato de Getúlio Vargas chegaria ao fim em 1938, de modo que em 1937, começaram a surgir as candidaturas à presidência, com três nomes se destacando no cenário político: Armando de Salles Oliveira, pelo Partido Constitucionalista; José Américo, pelo PSD; que, aliás, havia sido ministro de Getúlio e era apoiado pelo governo; e Plínio Salgado, pela AIB. Mas as coisas não caminharam como o planejado e, como debatido anteriormente neste trabalho, em 10 de novembro de 1937, veio o golpe do Estado Novo. Logo no início desses acontecimentos, Carlos Lacerda foi preso devido ao seu envolvimento na campanha de José Américo de Almeida, que naquele momento havia se afastado do governo e adotado uma agenda mais popular - mas sua prisão durou pouco tempo “[...] Por intervenção de um amigo de seu pai, Filinto Muller, acabaria por autorizar a soltura, para que pudesse passar o Natal com a família [...]” (Mendonça, 2002, p. 43-44).

Em 1938 casou-se com Letícia Brasilina Abruzzini. O casamento fez com que procurasse fontes seguras de renda e passou a atuar como jornalista, contribuindo com periódicos de esquerda e antifascistas, mas pouco tempo depois, deu início à sua aproximação com a direita. Passou a contribuir com a revista *Observador Econômico e Financeiro*⁴⁰ e, em 1938, para comemorar um ano do Estado Novo, o governo organizou uma exposição sobre os feitos de seus ministérios, entre eles, uma ala dedicada somente à “luta contra o comunismo”. Para dar maior ênfase no evento, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) decidiu publicar matérias sobre a exposição justamente na revista *Observador Econômico e Financeiro* (Mendonça, 2002, p. 45).

Carlos Lacerda foi incumbido de escrever sobre a história do PCB, para ser publicada na revista. Nessa altura de sua carreira, ele mantinha ainda contato com importantes dirigentes do PCB e tinha acesso a informações cruciais, a tarefa de escrever sobre os comunistas foi designada para aquele que tinha conhecimento privilegiado sobre a causa, a partir disso:

[...] O resultado foi uma grande matéria intitulada “A exposição anticomunista”, na qual seu autor, pela primeira vez, assumia uma postura ferrenhamente contrária ao Partido e ao Movimento Comunista

⁴⁰ “[...] revista criada nos moldes da publicação norte americana *Fortune* por Valentin Fernandes Bouças [...]” Bouças era uma figura ligada aos interesses dos EUA e defendia um acordo comercial entre Brasil e Estados Unidos, Lacerda estreitou os laços com Valentin ao longo do tempo (Mendonça, 2002, p. 45).

Internacional. Em consequência, seria imediatamente expulso do PCB, desenvolvendo, a partir daí, um ódio visceral aos comunistas, que ao longo do combate implacável a Getúlio Vargas, transformar-se-ia, com o tempo, na tônica de sua atividade política (Mendonça, 2002, p. 46)

A partir de sua expulsão do PCB, Carlos Lacerda passou a adotar um discurso progressivamente mais radical, caracterizado por um anticomunismo contundente e, em diversas ocasiões, por posicionamentos de caráter antidemocrático e golpista. Seu principal alvo, conforme já discutido em seções anteriores, foi Getúlio Vargas, figura que continuou a ser objeto de severas críticas por parte de Lacerda, mesmo após seu falecimento.

A biografia “Carlos Lacerda: O Demolidor de Presidentes”, de autoria de Marina Gusmão de Mendonça — utilizada como fonte de referência na presente análise —, oferece uma interpretação de natureza psicológica sobre essa oposição sistemática a Vargas. Contudo, tal abordagem não será aprofundada neste trabalho, uma vez que o escopo da investigação se limita à dimensão ideológico-política da atuação de Lacerda. Ainda assim, considera-se relevante mencionar a existência dessa perspectiva, a qual poderá, eventualmente, ser explorada em estudos subsequentes, em função de sua potencial contribuição para uma compreensão mais ampla da figura em questão.

Preterido pelo campo da esquerda, Carlos Lacerda filiou-se à UDN e passou a intensificar sua atuação como articulista político, direcionando ataques agressivos aos comunistas, principalmente por meio da imprensa. Durante o pleito eleitoral de 1945, seu principal alvo foi o candidato do PCB, Yedo Fiúza, que, na visão de Lacerda, representava uma ameaça à candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes.

Lacerda temia que o PCB fosse capaz de fragmentar o eleitorado da UDN, comprometendo as chances de vitória do brigadeiro. Os ataques a Yedo Fiúza foram sistemáticos, recorrendo frequentemente a argumentos de ordem moral. Lacerda chegou a acusar o candidato de vínculos com a Ação Integralista Brasileira (AIB), além de envolvimento em casos de corrupção. Contudo, sua oposição à candidatura comunista não se restringiu a Fiúza. Paralelamente, Lacerda articulava estratégias para enfraquecer a campanha de Eurico Gaspar Dutra, candidato do PSD-PTB; nome que começava a se consolidar como favorito (Mendonça, 2002, p. 77).

Nesse contexto, já se manifestavam indícios de uma postura golpista por parte de Lacerda, traço que se tornaria recorrente em sua trajetória política. Embora a vitória do brigadeiro Eduardo Gomes parecesse provável, a conjuntura se alterou significativamente

com a sinalização de apoio, por parte de Getúlio Vargas, à candidatura de Dutra. Tal gesto provocou uma adesão massiva da base varguista à candidatura do general, assegurando-lhe a vitória no pleito.

Com a vitória de Dutra, a UDN passou a ocupar o papel de oposição. No entanto, essa nova postura não tenha sido consensual entre os udenistas. Parte da legenda buscou rapidamente estabelecer alianças com o governo recém-eleito, com o intuito de compor algumas das pastas ministeriais - iniciativa inclusive incentivada pelo próprio presidente Dutra, que havia proposto um acordo interpartidário que envolvia PSD, UDN e PR (Partido Republicano) “[...] cujo objetivo era formar uma bancada de apoio ao governo no Congresso [...]” (Mendonça, 2002, p. 89).

Carlos Lacerda, por sua vez, posicionou-se de forma incisivamente contrária a essa aproximação com o novo governo, defendendo a permanência da UDN como força oposicionista. Tal postura marcou uma das primeiras divisões significativas dentro do partido. Lacerda uniu-se a outros membros de orientação mais radical e passou a apoiar a criação do chamado “Movimento Renovador⁴¹”, “[...] cujo principal objetivo era a defesa incondicional da manutenção de sua linha oposicionista [...]” (Mendonça, 2002, p. 89). Esse episódio evidencia as tensões internas que permeavam o partido e antecipa as contradições estruturais que viriam a caracterizar a trajetória da UDN ao longo de sua existência.

3.1.1 Radicalismo e projeto de poder: a tendência lacerdista

A partir desse contexto, passa-se à análise do momento em que Carlos Lacerda começa a manifestar inclinações golpistas, elemento que se entrelaça com a própria trajetória da UDN e culmina na consolidação do “lacerdismo”. Esta corrente tornar-se-ia uma das principais tendências internas do partido, disputando espaço com outras, como a “Banda de Música” e a “Bossa Nova⁴²”. Essa última, considerada uma tendência mais moderada, era frequentemente acusada pelos lacerdistas de oportunismo e conivência com o comunismo - críticas que, em parte, também eram endossadas pela “Banda de Música”. No entanto, o lacerdismo não poupava nenhuma corrente que divergisse de suas

⁴¹ Dois momentos diferentes foram denominados “Movimento Renovador” dentro da UDN: esse de 1945, e o segundo, “[...] articulado em fins de 1959 em defesa da candidatura de Jânio Quadros [...]” (Benevides, 1981, p. 115), que deu origem a “Bossa Nova”.

⁴² Que surgiu somente na década de 1960, seu tempo de atuação foi curto devido ao AI2, mesmo assim se tornou uma das principais vertentes da UDN. Dentre seus membros figurava José Sarney.

posições, o que evidenciava as disputas constantes por hegemonia dos diferentes agrupamentos udenistas.

Existe, entre uma determinada ala de cientistas políticos brasileiros⁴³, a concepção de que partidos políticos são isentos de conteúdo ideológico; a partir disso, forma-se um entendimento de que os partidos são agrupamentos sem função, influência, poder, etc. - e com base nessa percepção, que surgiu outra; que no Brasil, a política gira em torno de pessoas e não de partidos “[...] O vácuo político deixado pelos partidos seria, assim, preenchido por líderes carismáticos, cuja influência seria tanto maior quanto menor fosse a significação dos partidos [...]” todavia, essa leitura também padece sobra a crítica da falta de conteúdo ideológico (Soares 1965, p. 49).

Gláucio Soares, no esforço de explicar as bases que sustentaram o lacerdismo, busca apoio no webernianismo. Novamente encontramos uma análise em que resume a ascensão de uma figura com traços bonapartistas em um líder carismático, aquele que só o é, porque as massas atribuíram a ele essa função, dentro de uma dinâmica social, entendemos que a crítica de Soares (1965) é válida até certo ponto. Em sua análise empírica baseada em pesquisas quantitativas, o autor define que “[...] diz ser o Lacerdismo um fenômeno de classe com maior penetração nas classes privilegiadas, do que nas menos privilegiadas [...]” (Soares, 1965, p. 56) e afirma

Lacerda [...] tem maior penetração nas classes alta ou rica, média alta e média baixa (sobretudo nas duas primeiras), do que seria de se esperar com base na composição total do eleitorado. Por outro lado, a penetração de Lacerda nas classes menos favorecidas (trabalhadora, pobre, operária), é menor do que o que seria de esperar, se não houvesse qualquer associação entre Lacerdismo e classe social [...] (Soares, 1965, p. 62).

A tendência udenista protagonizada por seu membro de maior expressividade, não fugia à regra de ser preferência para a classe que o partido representava; até aí não há contradições profundas.

Na medida em que a inserção de Lacerda nos meios de comunicação crescia, seu protagonismo dentro e fora da UDN ganhava cada vez mais espaço. A ascensão de sua figura culminava no crescimento do lacerdismo. Desde as primeiras atuações na UDN, Carlos Lacerda apresentava traços ambíguos - de início, ele se alinhou às propostas liberais do partido como defesa da liberdade e modernização do país. Entretanto, na

⁴³ Geralmente na Ciência Política hegemônica, com forte influência weberiana.

medida em que seu discurso se radicalizou e assumiu contornos golpistas, entrou em conflito com setores mais liberais e bacharelescos da legenda, o que gerou tensões internas expondo disputas ideológicas do partido (Delgado, 2009, p. 62).

A particularidade do lacerdismo em relação às demais vertentes da UDN, se caracterizou por ter sido uma corrente que emergiu, não de uma elaboração coletiva, mas da projeção pessoal de Lacerda. Diferentemente das demais vertentes udenistas, o lacerdismo se consolidou em torno do discurso radical de seu líder. Vale ressaltar que a UDN rechaçava formas de personalismo político; para os udenistas essa prática tratava-se de populismo⁴⁴, mesmo que o Brigadeiro Eduardo Gomes carregasse a alcunha de “o herói dos 18 do forte”, ou Juarez de Távora, considerado “a reserva moral da nação” - nenhuma outra figura teve a mesma projeção que Lacerda teve (Delgado, 2006, p. 55).

O conteúdo ideológico do “lacerdismo” foi a velha receita: favorável ao capital estrangeiro e contra qualquer intervenção estatal, logo, rejeitava uma posição nacionalista mesmo que seu discurso abordasse temas sobre patriotismo. Não foi à toa, esse conteúdo esteve ligado historicamente às suas bases sociais “[...] o Lacerdismo decididamente tem raízes na estrutura de classes, tendo, pelo outro lado, um conteúdo ideológico não intervencionista e não nacionalista” (Soares, 1965, p. 69).

Embora o “lacerdismo” tenha características particulares, seus elementos são parecidos com os de outros movimentos conservadores da época. A vertente deve ser analisada a partir da totalidade histórica; apesar de seus aspectos próprios, ele fez parte de um movimento maior, considerando que no momento histórico de seu acontecimento, houve um determinado retrocesso político,

[...] o Lacerdismo se enquadra perfeitamente dentro de quadros explicativos mais amplos, dentro de teorias que analisam e descrevem o conservadorismo político. Há, neste momento, políticos conservadores em países bastante diversos, cujas bases sociais e cujo conteúdo ideológico são semelhantes aos de Carlos Lacerda [...] (Soares, 1965, p. 70).

O que notamos, é que o lacerdismo se constituiu em uma corrente dentro da UDN fortemente dogmática e cuja atuação política era totalmente inflexível, além de *anti-esquerda*, não somente anticomunista. Mesmo mantendo alianças internas, os lacerdistas não poupavam ninguém de sua intransigência, quando qualquer outra tendência se

⁴⁴ Ver debate no Capítulo 2, item 2.2.

mostrasse minimamente liberal ou progressista. Acabou se consolidando como uma força hegemônica dentro da UDN, conflitando recorrentemente com demais vertentes udenistas.

Lacerda foi, sem dúvida, um dos principais nomes da política do século XX e, estudar a UDN e tentar desvencilhar sua imagem fora do partido, é uma tarefa impossível, considerando que, em determinados momentos, sua figura se confundia com a da UDN. O título de líder nacional do partido veio durante os entraves sobre a sucessão de Juscelino Kubistchek. Naquele momento, a UDN se dividiu entre “lacerdistas” e “bacharéis históricos”. Além disso, o apoio de Lacerda à candidatura de Jânio Quadros para a presidência – contra o udenista Juracy Magalhães – e sua eleição para o governo da Guanabara marcaram a fase “lacerdista” da UDN (Delgado, 2009, p. 62).

A escolha de Carlos Lacerda como candidato para concorrer à presidência, em 1965, consagrou sua liderança nacional. Embora fosse difícil desbancar o candidato do PSD, com o golpe de 1964 e a cassação do mandato de senador de Juscelino Kubistchek, Lacerda passou a ser o grande vencedor das eleições de 1965, pois não havia concorrente à sua altura. Os planos, no entanto, mudariam drasticamente com os eventos que se sucedera - o congresso aprovou o adiamento das eleições para o ano de 1966, e o mandato de Castelo Branco foi prorrogado até 1967 (Delgado, 2009, p. 65).

Seu mandato como governador acabou naturalmente em 1966, e ele acabou rompendo com o regime e com parte dos udenistas que aderiram ao golpe militar. Juntou-se à “Frente Ampla” de oposição ao lado de antigos adversários como o próprio Kubistchek e Jango, mas acabou tendo seus direitos políticos cassados em 1968, com o AI5. Faleceu em 1977 no Rio de Janeiro, dois anos antes de João Figueiredo sancionar a lei da anistia.

3.2 Alguns dos principais nomes da UDN

A UDN foi composta por diferentes lideranças políticas que tiveram papéis centrais no cenário político brasileiro do pós-Estado Novo. Entre esses nomes, podemos destacar alguns udenistas, como: Virgílio e Afonso Arinos de Melo Franco, Milton Campos, Raul Pilla, Eduardo Gomes, entre outros. Esses nomes contribuíram para a consolidação da UDN como um dos principais partidos da época, mas não somente, também marcaram suas trajetórias com suas atuações que, de certa maneira, refletem as

contradições e ideais do partido. Neste item, será feita uma análise da atuação destes e de outros nomes udenistas.

Não serão abordados todos os nomes de destaque da UDN - essa tarefa, além de extensa, demandaria outro trabalho acadêmico para abrangê-los - selecionamos somente aqueles com maior relevância dentro e fora do partido. A análise também não será personalista. Nossa leitura sobre essas figuras será a partir de uma perspectiva histórica, social e política, com o intuito de captar o debate sobre o liberalismo e conservadorismo destas personalidades, e como elas influenciaram as posições do partido.

Portanto, nossa proposta é de compreender como esses nomes contribuíram para a formação do ideário udenista, a partir de elementos distintos de formação política e intelectual, vínculos regionais e como se posicionaram diante de temas, como a queda do Estado Novo, o retorno de Getúlio Vargas, entre outros acontecimentos.

O primeiro nome a ser destacado é o de Virgílio de Melo Franco, figura que se consolidou como um dos udenistas mais expressivos da história do partido. Nascido em 1897, graduou-se em Direito e iniciou sua trajetória política ainda na juventude. Foi eleito deputado estadual por Minas Gerais - seu estado natal - durante o governo de Washington Luís, exercendo o mandato pelo Partido Republicano Mineiro (PRM). Posteriormente, desempenhou um papel relevante na articulação da Aliança Liberal, movimento que ofereceu sustentação à candidatura de Getúlio Vargas, em 1930. Anos mais tarde, viria a se posicionar contra o próprio Vargas, aderindo ao grupo de signatários do “Manifesto dos Mineiros”. A presença de Virgílio na vida pública não pode ser dissociada de sua origem familiar: oriundo de uma linhagem tradicionalmente ligada à política, era neto de Cesário Alvim, que havia atuado como deputado por Minas Gerais e Ministro da Justiça, ainda durante o período imperial (Ferro, 2015, p. 16).

Depois de instaurado o governo provisório após os eventos de 1930, Virgílio De Melo Franco fez parte do grupo chamado “Clube 3 de Outubro”. A proposta de montar tal grupo surgiu a partir de reuniões entre os participantes e apoiadores da “Aliança Liberal” e Vargas, que passou a reformar cargos dentro do governo e nomear aqueles que haviam sido seus aliados. O objetivo do grupo era de representar politicamente os ideais tenentistas, e por conta de sua influência, vários tenentes acabaram sendo nomeados interventores de Estado (Ferro, 2015, p. 55).

Virgílio de Melo Franco teve importante atuação política nos anos 1930, principalmente no estado de Minas Gerais. Foi membro fundador do Partido Social Nacional (PSN), partido que seguia uma linha insurgente em relação ao governo

provisório e acabou apoiando o contragolpe de 1932 - conhecido como “Revolução Constitucionalista” - fato que se tornou o estopim para seu rompimento com a sigla, já que Virgílio seguia uma linha mais conciliatória e era contra uma revolta armada, além disso, “[...] Virgílio, nesse período, apoiava Getúlio e seu governo compartilhava das ideias reformistas. Portanto, não apoiou os revoltosos de 1932” (Ferro, 2015, p. 66).

No entanto, Virgílio era intimamente ligado à burguesia rural de Minas Gerais. Ele e sua família fizeram parte da política do estado durante todo o período da “República Velha”. Todavia, ele possuía não só o respeito, mas também a confiança da oligarquia mineira. Apesar de ter essa trajetória política, ele se juntou à “Aliança Liberal” como já é sabido, e apoiou Vargas durante o governo provisório. Sendo assim, Virgílio de Melo Franco oscilou entre apoiar os ideais da Aliança Liberal e o tenentismo, cuja proposta política era de centralizar o Estado e sua origem política mineira que recusava essa centralização e insistia em um Estado Federalizado, como era no período pré-1930 (Ferro, 2015, p. 71).

Virgílio de Melo Franco foi um dos nomes cogitados para a interventoria de Minas Gerais, ao lado de Gustavo Capanema. No entanto, a fim de não causar maiores desgastes políticos, já que Capanema representava uma corrente reformista do PP, enquanto Virgílio era representante do ala oligárquica, e escolher entre estes dois desagradaria um dos dois lados, Vargas escolheu um terceiro nome - Benedito Valadares Ribeiro. A escolha por Valadares não era esperada e foi mal recebida por políticos mineiros, todavia a decisão de Getúlio teve o intuito de não causar instabilidade no governo provisório (Ferro, 2015, p. 78), a partir desses eventos, Virgílio inicia sua jornada em oposição a Vargas.

Logo após a nomeação de Valadares para a interventoria de Minas Gerais, Virgílio abdicou da presidência da bancada do Partido Progressista e passou a se opor ao governo provisório na Assembleia Constituinte, na tentativa de angariar mais opositores, como ele. Em 1934, ele atuou fortemente contra o presidente da assembleia, Antonio Carlos Ribeiro de Andrade⁴⁵ - na tentativa, de fazer com que ele renunciasse ao cargo, a oposição até surtiu efeito e Getúlio cogitou substituí-lo da presidência da Assembleia Constituinte, mas logo voltou atrás, uma vez que essa substituição acarretaria no enfraquecimento de

⁴⁵ Antonio Carlos Ribeiro de Andrade foi um político tradicional de Minas Gerais, ocupou o cargo de governador do Estado durante o período da República Velha e participou ativamente dos eventos políticos de 1930.

sua imagem perante a burguesia rural tradicional mineira que era a favor de Antonio Carlos em seu cargo (Ferro, 2015, p. 83).

A ida de Virgílio de Melo Franco para a oposição a Vargas teve como ponto de partida, a não escolha dele para interventor de Minas. A partir daí, iniciou-se a sua cruzada contra o que havia apoiado em 1930. Junto a seu irmão, Afonso Arinos de Melo Franco, Virgílio fundou o periódico *Folha de Minas*, o qual utilizou principalmente para confrontar Benedito Valadares, cujo desafeto da família Melo Franco se dava por conta de sua escolha para governar Minas, em detrimento de Virgílio. O periódico durou pouco e fechou em 1935, por falência. Depois de instaurado o Estado Novo, Virgílio saiu da política e se dedicou aos negócios. Ele nunca representou, de fato, uma ameaça aos seus rivais políticos; ele saiu da cena política acumulando derrotas e, no fim do Estado Novo teve suas chances restauradas (Ferro, 2015, p. 87). Foi um dos signatários do “Manifesto dos Mineiros” e membro fundador da UDN.

Virgílio de Melo Franco foi morto a tiros, por um de seus empregados, em sua residência. No confronto, conseguiu revidar e matou seu agressor. As motivações do crime nunca foram desvendadas e o caso permanece misterioso até hoje. Sua atuação política anterior à fundação da UDN apresentava características marcantes que viriam a compor as convicções do partido: a não aceitação de derrotas e a cruzada constante contra elas. Os episódios de oposição a Benedito Valadares e Antônio Carlos exemplificam esse comportamento. Seria um equívoco interpretar tais características como meramente pessoais, considerando que sua trajetória política sempre esteve diretamente ligada à elite mineira. Nesse contexto, é natural que seu posicionamento fosse guiado por um liberalismo conservador, mais tarde incorporado pela UDN.

Afonso Arinos de Melo Franco, irmão mais novo de Virgílio, também foi um udenista de destaque. Diferente do irmão, Afonso iniciou sua carreira na política um pouco mais tarde em sua vida, somente em 1943, quando ajudou a elaborar o “Manifesto dos Mineiros”, do qual foi o responsável pela redação final do texto, além de um dos signatários, obviamente. Teve uma atuação fundamental e influente na fundação da UDN, em 1945. Elegeu-se deputado federal por Minas Gerais em 1946 e permaneceu deputado até 1959. Depois disso, foi senador pelo estado da Guanabara de 1958 até 1966. De 1961 a 1962 foi Ministro das Relações Exteriores no governo de Jânio Quadros (Ferro, 2015, p. 18).

Assim como seus avós e irmãos, Afonso Arinos formou-se em direito, e na UDN esteve ligado à ala bacharelesca e personificava a imagem do “bacharel liberal”, sendo que o “[...] bacharelismo se caracteriza [...] pelo demasiado apego ao beletismo político,

à retórica e ao formalismo. Além disso, os bacharéis consideravam a legalidade como o princípio mais elementar da vida política e tinham relações ‘fetichistas’ com a lei [...]” (Magri, 2016, p. 220).

Afonso Arinos se reconhecia no liberalismo da UDN, notável pelo seu teor moralista, saudosista em relação à “República Velha” e elitista. Entretanto, conforme a UDN se consolidava no cenário político brasileiro, Arinos deixava de ser um “bacharel liberal” e assumia uma postura autoritária, principalmente quando chegou à presidência do partido, em 1952. Ele ganhou notoriedade rapidamente dentro da UDN, já que os “bacharéis”, ala da qual fazia parte, dominaram o partido até 1957. Foi o responsável pela estruturação da “Banda de Música”, tendência interna do partido que fazia oposição incansável a Getúlio Vargas e, “[...] Quando não foi possível vencer dentro das normas legais, [...] chegou, inclusive, a jogar com as ‘soluções extraordinárias’, tão propaladas por uma ainda minoritária, porém incômoda facção radical da UDN: os lacerdistas [...]” (Magri, 2016, p. 220).

Em 1943 fez parte da “Liga de Defesa Nacional” e da Sociedade dos “Amigos da América”, momento em que as expressões oposicionistas ao Estado Novo ganhavam força. Em janeiro de 1945, quando o Estado Novo já demonstrava total esgotamento, Afonso Arinos compôs o primeiro Congresso Brasileiro de Escritores, que cobrou o retorno das eleições livres e democráticas. Em 1946, já com o Estado Novo derrotado, Arinos é eleito deputado federal pela UDN e, já na câmara dos deputados, é indicado para a Comissão de Constituição e Justiça e, ao lado de Prado Kelly e Soares Filho, dá início à “ala dos bacharéis”, identificação que não acontece somente por conta de sua formação profissional, como dito anteriormente, mas por seu posicionamento liberal-conservador, traço comum entre os bacharéis em direito que compunham a UDN (Magri, 2016, p. 231).

No primeiro ano de seu mandato ele procurou se concentrar mais nas atividades da Comissão e se manteve relativamente distante a controvérsias. No entanto, em pouco tempo se encontrou em duas disputas que agitaram a UDN: os debates sobre o Acordo Interpartidário e a cassação dos mandatos dos comunistas. Esses dois eventos foram fundamentais na carreira política de Afonso Arinos, pois demonstram os conflitos que ele enfrentou e divergências que tinha com as diferentes tendências da UDN, considerando que ele se opunha fortemente ao acordo com o governo Dutra, contrariando até mesmo seu irmão. No fim, ele aceitou que o movimento de apoio a Dutra era inevitável, dado que perder uma eleição em que acreditavam ser favoritos causou propensões em muitos udenistas a apoiarem Dutra (Magri, 2016, p. 232).

Afonso Arinos se manteve na linha de oposição moderada, adotada pela UDN, nos anos iniciais de seu mandato. Acabou cedendo ao Acordo Interpartidário e defendeu os mandatos dos comunistas em tom meramente legalista, entrou em conflito com a ala mais radical e golpista do partido e se tornou líder da “Banda de Música”. Sua trajetória política parece se mesclar com a tendência histórica dos bacharéis no cenário político brasileiro. Figura muito comum desde o Império, símbolo da tradição jurídica, geralmente é alguém que domina a oratória e conhece de cor a legislação e frequentemente vem acompanhado de outros grupos de poder, como militares por exemplo, além de ser fortemente ligado a frações da burguesia. Desde a independência, o bacharel teve papel central na criação de leis, na estruturação de instituições e na burocratização do Estado e permaneceu como uma figura influente e importante (Chaloub, 2015, p. 37), não por acaso se formou na UDN, uma ala específica para esse grupo e Afonso Arinos de Melo Franco pôde deixar seu legado na política institucional do Brasil.

Em 1945, a UDN lançou como candidato à presidência do Brasil o Brigadeiro Eduardo Gomes. O candidato udenista iniciou sua carreira na aviação com o “Correio Aéreo⁴⁶”, ganhou o título de tenente-coronel em 1933, passou para coronel em 1938 e foi transferido para a FAB e em 10 de dezembro de 1941 foi promovido a Brigadeiro do Ar. Somente em 1944, que se tornou major-brigadeiro, o título mais alto da Aeronáutica (Chagas, 1945, p. 175).

Pretende-se entender quem foi, de fato, o Brigadeiro, e como ele se tornou o candidato da UDN em dois momentos, inclusive, nas eleições de 1945 e em 1950. Sua trajetória foi marcada por sua participação em 1922, na primeira manifestação armada do movimento tenentista que ficou conhecida como “Os 18 do Forte”, e Eduardo Gomes foi um dos dois sobreviventes. A revolta foi fortemente reprimida; o início se deu porque os militares não aceitaram a vitória de Arthur Bernardes sobre Nilo Peçanha, então candidato apoiado pelas Forças Armadas. O levante foi mal organizado e terminou com vários feridos, e pelo menos uma pessoa morta. Entretanto, mesmo derrotado e desastroso em termos de organização, o levante do Forte de Copacabana dá início ao ciclo de revoltas tenentistas.

⁴⁶ O Correio Aéreo Militar foi um serviço de transporte por avião de cartas e pequenas cargas entre regiões distantes e de difícil acesso no país que começou na década de 1930 e “[...] A 12 de junho de 1931, um daqueles aviões, carregados de malas postais, largava de campo dos Afonsos, rumo a Serra do Mar. Estava inaugurado o Correio Aéreo Militar, com o estabelecimento de sua primeira rota: Rio – São Paulo” (Chagas, 1945, p. 147).

O Brigadeiro Eduardo Gomes era oriundo de uma família abastada, que perdeu suas posses quando ele ainda era criança. Tentou ingressar na carreira militar aos 16 anos, mas foi impedido devido à idade. Fez mais duas tentativas até ser aceito em 1916, aos 20 anos. Dedicou anos de sua vida ao “Correio Aéreo” e foi durante esse período que se aproximou de militares americanos. Foi na década de 1940, que os EUA instalaram as primeiras bases militares no Brasil, principalmente no Nordeste, região em que Eduardo Gomes mais atuava e

[...] foi o brigadeiro [...] quem criou o clima de bom entendimento que presidiu as relações entre soldados brasileiros e norte-americanos [...]. Devotado e leal amigo dos americanos, pioneiro da aproximação do Brasil com os Estados Unidos, nunca se esqueceu, porém, de zelar pelo mais religioso respeito à soberania nacional [...] (Chagas, 1945, p. 178-179).

Muito próximo dos americanos, em 1942 foi convidado a visitar os EUA, onde foi recebido com honras. O convite se deu devido a seus *esforços particulares de luta contra o nazi-fascismo*. No ano seguinte, foi à África, como convidado, a inspecionar tropas americanas em operação, e, por fim, foi agraciado com a “Ordem do Mérito” dos Estados Unidos; dessa vez em solo brasileiro em uma cerimônia realizada no Recife. Além disso:

[...] Quando se tratou da cessão aos americanos de faixas do litoral, a fim de se estabelecerem bases aeronavais, sua opinião foi decididamente favorável, visto que as democracias necessitavam de um ponto de apoio para o assalto à Europa, infelicitada pelo nazismo. Fez, então, mais do que advogar a medida: foi para o norte do país construir e organizar essas praças de guerra (Chagas, 1945, p. 184).

Quando foi lançado o “Manifesto do Mineiros”, Eduardo Gomes teve uma atuação central em sua distribuição. Foi ele que ficou encarregado de levar cópias do documento para o norte do país, de avião, pois a região era de difícil acesso. Rapidamente, os opositores de Getúlio começaram a se reunir no entorno do brigadeiro e, a partir de dezembro de 1944, seu nome estava indicado como candidato a presidente. A confirmação aconteceu em fevereiro de 1945, quando José Américo de Almeida “[...] revelou que as forças democráticas tinham um candidato à presidência da República: o brigadeiro Eduardo Gomes” (Chagas, 1945, p. 212).

Eduardo Gomes foi o primeiro candidato a presidente da UDN, em 1945, e repetiu a candidatura em 1950. O seu passado como um dos “18 de Forte” foi frequentemente

retomado pelos udenistas, em um tom de heroísmo. Perdeu a eleição para o candidato da coligação PSD-PTB, Eurico Dutra, em 1945, e para Getúlio Vargas em 1950, mas continuou na política e só encerrou suas atividades pouco tempo depois do golpe militar, em 1967, quando deixou de compor o governo de Castelo Branco.

Diversas lideranças exerceram papel de destaque ao longo da trajetória da UDN. Otávio Mangabeira e Armando de Salles Oliveira, ainda no exílio no início da década de 1940, participaram ativamente da concepção do partido e da redação do “Manifesto dos Mineiros”. Milton Campos, que foi governador de Minas Geras e um ideólogo liberal que contribuiu para dar visibilidade ao partido; José Américo e Prado Kelly desempenharam funções estratégicas na articulação da candidatura de Eduardo Gomes, sendo figuras centrais nas decisões relativas à campanha. Já Aliomar Baleeiro, secretário-geral da UDN, destacou-se como uma das principais lideranças da ala conhecida como “Banda de Música”, tendência que teve atuação central na derrubada de Vargas em 1954, por meio do que ficou conhecido como “Golpe Branco”. Abordaremos esse assunto com mais detalhes no próximo item.

É evidente que a UDN foi um partido composto por diversas figuras políticas, oriundas de grupos distintos e com trajetórias variadas. Neste item, buscamos destacar os nomes de maior expressão dentro da legenda, considerando a dificuldade de tratar individualmente todos os seus integrantes (até porque a UDN foi um partido que possuía centenas de filiados e militantes), inclusive aqueles pertencentes aos grupos mais proeminentes. Os personagens aqui abordados foram selecionados por sua relevância, especialmente no período inicial de formação do partido. Nosso objetivo foi evidenciar, de que forma, suas trajetórias políticas influenciaram os rumos e as movimentações da UDN. Não se pretendeu realizar uma abordagem de cunho biográfico ou pessoal, mas sim situar essas lideranças no contexto histórico e político do país.

3.3 A oposição da “Banda de Música”

Com o passar do tempo, a UDN se dividiu internamente e surgiram diferentes tendências. Uma delas foi a “Banda de Música”, fundada e liderada por Afonso Arinos logo depois da formação da UDN. A principal característica da “Banda de Música” era o antigetulismo. No entanto, também se opunha a outros partidos, como no caso do PSD, a tendência ficou conhecida por essas oposições serem fervorosas.

Ainda no governo de Eurico Dutra, a tendência optou pela que nomearam como oposição cordial, muito por conta do acordo partidário UDN/PSD, mas em 1950, com o retorno de Getúlio Vargas, a atuação oposicionista da “Banda de Música” se intensifica. Composta pela ala dos “bacharéis”, protagonizada por nomes, como Olavo Bilac Pinto e pelo grupo representante da burguesia agrária, como José Bonifácio, o papel da tendência era de questionar a política econômica do governo, sempre atreladas a denúncias de corrupção em instituições e órgãos governamentais, além de recorrer ao golpismo, como no caso da contestação do resultado das eleições de 1950, com a tese da “maioria absoluta” (Delgado, 2006, p. 55).

O paralelo com um grupo musical se deu devido ao “barulho” dos oposicionistas e à capacidade de tirar a tranquilidade de quem se opunha. A atuação desta tendência, em 1950, foi tamanha, a ponto de influenciar diretamente o malogro de Vargas, e consequentemente, seu suicídio. A derrota do pedido de *impeachment* encaminhado à câmara, pela UDN, por ampla maioria, inclusive por udenistas que consideravam o afastamento de Vargas um mal, pois o PSD se tornaria hegemônico, realocou a oposição que passou do campo político para o pessoal. O aumento em 100% do salário mínimo atíçou os ânimos dos udenistas ligados a setores financeiros e o diretório paulista da UDN chegou a dizer que Getúlio “instigava a luta de classes” (Benevides, 1981, p. 88). Estava estruturado mais um golpe por parte da UDN, arquitetado em torno da instabilidade política causada pelo próprio partido.

A UDN possuía diversas correntes de diferentes posicionamentos políticos. Foi citado o “Lacerdismo” neste capítulo, que foi uma corrente liderada pelo jornalista Carlos Lacerda, de caráter golpista e antidemocrático. Existiam também algumas tendências de menor destaque, mas que vale citar, pois é o caso dos “Realistas”, composta basicamente por bacharéis, que ficou mais marcada no governo de Juscelino Kubitschek. Essa tendência propunha algumas mudanças no partido e uma aproximação com o eleitorado da classe trabalhadora. Contudo, a “Bossa Nova”, surgiu no início da década de 1960, como um “movimento renovador”, durante o governo de Jânio Quadros. Seguiu uma linha mais centro-esquerda e somando-se à “Ala Moça” do PSD, o grupo apoiava as políticas reformistas de João Goulart, o que despertou um incômodo muito grande nas demais tendências udenistas, sobretudo nos “Lacerdistas”, que acusavam a “Bossa Nova” de ser comunista (Delgado, 2006, p. 55).

De forma resumida, os udenistas eram divididos assim: o “Lacerdismo”, como exposto anteriormente, era uma tendência mais radical da UDN e uma das primeiras a

surgir no partido: os bacharéis - que se concentravam na “Banda de Música”, aquela que fazia oposição turbulenta a Getúlio Vargas; e por fim, a “Bossa Nova”- uma ala mais jovem da UDN que se formou no fim do governo Kubitschek, tinha uma proposta de atualizar as ideias do partido e seguia uma linha mais moderada, considerada como aliada de comunistas e socialistas pelos udenistas mais radicais.

Ao longo de sua existência foram surgindo novas tendências dentro da UDN; algumas até ganharam destaque, como é o caso dos “Realistas”; outras, nem tanto. A verdade é que nenhuma dessas vertentes que o partido se dividia conseguia ofuscar a - “Banda de Música” e o “Lacerdismo” - duas vertentes responsáveis pelos principais episódios de instabilidade política e tentativas de golpe. No caso da “Banda de Música”, sua atuação foi central no desenrolar do “Golpe Branco” de 1954, assunto que abordaremos a seguir.

3.3.1 1954: o “Golpe Branco” e a morte de Getúlio Vargas

A volta de Getúlio Vargas para à presidência, por meio de eleições diretas, marcou uma importante fase da história política do Brasil. As bases de poder, das quais setores chave como a burguesia industrial e a classe operária despontaram, e passaram por mudanças significativas. Classes que foram de suma importância para o retorno de Getúlio ao poder, deram apoio para sua volta. Das duas classes – uma, pelo interesse no apoio financeiro e incentivo que Vargas representava - a outra, por todo o avanço no setor trabalhista que o ex- presidente havia administrado. “[...] Sua vitória ocorreu, em grande parte, pela maioria substancial que obteve nos colégios eleitorais mais urbanizados, como São Paulo e o então Distrito Federal” (Dulci, 1986, p. 105).

Novamente, Getúlio Vargas tinha como principal objetivo fortalecer a indústria e, ao mesmo tempo, valorizar o operariado. Sua principal característica era de conciliar as classes antagônicas, sem deixar de lado as demais frações de classe “[...] Assim, cuidava para que setores ligados à terra mantivessem um adequado ritmo de expansão, mas já em posição subalterna no jogo de forças econômicas [...]” (Dulci, 1986, p.105). Seu retorno representava tudo o que os setores da direita liberal haviam lutado anos para derrubar: protecionismo, nacional-desenvolvimentismo, intervenção estatal na economia, entre outras políticas de caráter nacionalista. Estava disposto a romper com as políticas privatistas e entreguistas de Eurico Dutra, para isso:

[...] Vargas deu considerável impulso à criação de empresas públicas, das quais a mais célebre foi a Petrobrás. A função do aparato produtivo estatal seria a de prover o financiamento interno da acumulação de capital, pela transferência dos aumentos de produtividade daí resultantes ao setor industrial privado [...] (Oliveira, 1977, p.79 apud Dulci, 1986, p.107).

Uma série de empresas estatais foi fundada nesse período, como foi o caso do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE); depois veio o Banco do Nordeste do Brasil e mais tarde a proposta de criação da Eletrobrás, no fim de seu mandato, em 1954. Getúlio Vargas não tinha como objetivo romper definitivamente com o capital estrangeiro, que a essa altura já influenciava bastante a economia brasileira, mas o que se pode afirmar é que, ao contrário de seu antecessor, seu foco era favorecer e fomentar o capital nacional (Dulci, 1986, p. 107).

Os adversários mais exaltados de Vargas mal esperaram sua posse para dar início à oposição virulenta e ataques ao recém-eleito presidente. Pouco tempo após a contagem de votos e publicação do resultado, a UDN, liderada na época por Aliomar Baleeiro, tentou impedir a posse, com a tese da “maioria absoluta”, uma interpretação rígida da Constituição que exigia que o candidato fosse eleito com a maior parte dos votos; ou seja, 50% mais 1. Considerando que naquela época não existia segundo turno das eleições, Vargas havia recebido 48,7%, e o segundo lugar ficou com 29,7% (Skidmore, 1982, p. 134).

Na década de 1950, o cenário político era outro - diferente daquele que Getúlio havia governado. As forças políticas tinham mudado, e o apoio que Vargas obtivera do setor militar durante o Estado Novo existia em partes. Mas, mesmo assim, ele tentou reproduzir muito do seu antigo governo. Houve uma tentativa de conciliar com a oposição udenista, mesmo que não tenha sido algo declarado publicamente. Nos primeiros anos de governo, existiu um esforço a fim de atrair os udenistas para a base governamental, com a intenção de agradar a classe média urbana, mas a estratégia falhou e o resultado foi o afastamento do PTB. Insatisfeito pela aproximação com a UDN, Vargas acabou desistindo dessa conciliação, algum tempo depois.

Getúlio Vargas começou o ano de 1954 já enfraquecido. A UDN não dera paz desde sua posse, e somado a isso havia o aumento da inflação elevada por conta da alta no preço do café e greves de trabalhadores que exigiam aumento salarial. Para selar de vez a instabilidade política, a nomeação de João Goulart para o Ministério do Trabalho desagradou muito a classe média. O cenário era perfeito para a oposição udenista que

“[...] concentrava seus ataques sobre Jango, mas seu verdadeiro objetivo era o presidente [...]” (Skidmore, 1982, p. 160).

Nesse contexto, Carlos Lacerda já havia conquistado espaço no cenário político, e seu comportamento radical contribuiu diretamente para a queda de Getúlio. Foi em 5 de agosto de 1954, que Lacerda sofreu uma tentativa de assassinato. O atentado na rua Tonelero terminou com o oficial da Aeronáutica, Rubens Vaz, morto, e Carlos Lacerda com um tiro que pegou de raspão, em seu pé. O episódio acabou gerando grande comoção social e fez com que a oposição udenista intensificasse seus ataques ao presidente. A investigação concluiu que o atentado havia sido cometido a mando do chefe da guarda pessoal de Vargas, Gregório Fortunato (Dulci, 1986, p. 122).

O atentado foi um golpe final para a sobrevivência política de Getúlio Vargas e seu governo. Nesse momento, a “Banda de Música” ganhou maior protagonismo na atuação no Congresso. Seus membros cobravam diariamente a investigação do caso e pediam incessantemente a renúncia do presidente. O vice, Café Filho, que era do PSP, a essa altura estava alinhado com a UDN e ao movimento antigetulista. “[...] O ato final da oposição udenista caberá ao líder Afonso Arinos, que discursava na Câmara a 1º de agosto, responsabilizando o presidente pelo atentado e apontando a renúncia como a única solução para a crise [...]” (Benevides, 1981, p. 90).

Militares udenistas, como Juarez de Távora e Eduardo Gomes, se movimentaram e exigiram a saída de Vargas do poder, mas Getúlio se apegava ao princípio da legalidade constitucional. Na esfera militar, as forças armadas se dividiram em duas alas: uma mais moderada, que assegurava o mandato do presidente, e outra, que exigia sua renúncia. A proposta de Café Filho, de uma “dupla renúncia”, foi o movimento que pôs fim ao mandato de Getúlio Vargas (Dulci, 1986, p. 123). Na madrugada do dia 24 de agosto daquele ano, ele se reuniu com seus ministros e aceitou se afastar do cargo num pedido de licença. Entretanto, naquela mesma madrugada ele optou pelo suicídio.

Café Filho assumiu, após a morte de Getúlio, sob a garantia das Forças Armadas, e formou um governo com a maioria dos ministros de tendência udenista, incluindo o Brigadeiro Eduardo Gomes, como novo Ministro da Aeronáutica. O efeito causado pelo suicídio de Vargas serviu para acalmar os ânimos da oposição furiosa da “Banda de Música”, mas de maneira temporária. Todo o processo que desencadeou a crise de 1954 e culminou com a morte do então presidente, é considerado um “golpe branco” que:

[...] orquestrado pelas forças antigetulistas, teria beneficiado especificamente a UDN. Na realidade, o trauma provocado pela morte do seu principal inimigo [...] causou nos udenistas, um sentimento ambíguo de depressão e euforia, fatais para a coordenação de uma ação política eficiente, no sentido de gerir os frutos da vitória [...] (Benevides, 1981, p. 90).

A crise de 1954 foi chamada de “golpe branco”, porque não envolveu diretamente as forças militares. Foi causado principalmente por pressão da mídia, da oposição legislativa e das classes dominantes. A tática era dar uma aparência de legalidade ao fim do governo, sem intervenção direta das forças armadas. Ainda, segundo Boito Jr (1984, p. 16) o “golpe branco”, embora tenha favorecido principalmente a fração de classe anti-industrialista e associada ao capital estrangeiro, representada pela UDN, não foi uma ruptura institucional liderada somente por essa fração da burguesia, diz ele que:

“[...] o ‘sentido histórico fundamental de agosto de 1954’ não foi a vitória de uma fração burguesa sobre a outra fração da classe dominante. [...] não é esse o aspecto fundamental do golpe [...]. Seu aspecto fundamental foi o fato de o *conjunto da burguesia* ter se unido, em bloco, para rechaçar a política de Vargas, por entender que ela se mostrava ineficaz para controlar o ascenso do movimento popular. a partir da grande greve de março de 1953.

Após o suicídio de Vargas, o sentimento que aparentemente tomou conta da UDN foi de apatia, chegando até a demonstrar certa desorientação que ficou evidente na campanha para as eleições legislativas de 1955. Os líderes udenistas passaram a temer uma certa reação popular devido a “culpa” que a UDN carregava, apontada pelos getulistas, sendo que as manifestações populares que ameaçavam a hegemonia das classes dominantes, somente Vargas era capaz de conter. Somado a isso, houve intensa exploração política da “carta testamento”, que trazia um novo folego para o getulismo e ofuscava a oposição udenista, a essa altura, traumatizada pelos eventos que ela mesma havia colaborado (Benevides, 1981, p. 90-91).

Nos discursos, lideranças udenistas rechaçavam uma autocrítica, diziam que não precisavam pedir desculpas por derrotar Getúlio Vargas, mas o que realmente sentiam era o fato de não terem conseguido chegar ao poder por via “revolucionária”, leia-se, golpe militar. Otávio Mangabeira, em discurso na Câmara dos deputados, dizia que o mal do 24 de agosto era ter feito uma “revolução pela metade” (Benevides, 1981, p. 91). Em 1955, a aliança PTB-PSD saiu vitoriosa, e mais uma vez, a UDN perdeu para a legalidade - o que provocou um novo ânimo golpista. Novamente, udenistas movimentaram a tese da

“maioria absoluta”, porém, a posse de Juscelino Kubistchek foi garantida por um contragolpe preventivo, liderado pelo General Henrique Teixeira Lott, ex-ministro da guerra, de Getúlio Vargas.

O “Golpe Branco” é tido como um ensaio para o golpe militar de 1964, o que revela a divisão interna das Forças Armadas entre legalistas e golpistas; fato que foi determinante para garantir que o poder civil se mantivesse após o suicídio de Getúlio. O que se observa em 1964, é uma união entre as forças militares golpistas. Aqueles que haviam pressionado Vargas para renunciar em 1954 - e os que haviam tentado impedir a posse de JK em 1955 - se reúnem para efetivar o golpe militar que depôs João Goulart e mergulhou o Brasil em uma ditadura que se arrastou por 21 anos. É nesse momento que a UDN se põe como verdadeira vencedora, pois seus interesses equiparavam-se aos dos militares. O golpe militar de 1964 confirma a tese discursada por Otávio Mangabeira, de que “revoluções pela metade sempre são malsucedidas” (Benevides, 1981, p. 91).

Não era novidade a aliança entre a UDN e setores militares, e para impedir o legado de Getúlio Vargas, valia tudo; inclusive fazer parte de um golpe (dessa vez, efetivo e “bem-sucedido” em 31 de março de 1964), que extinguiu todos os partidos em 1965, com o AI 2 (a UDN inclusa). Mas isso não impediu que diversos udenistas compusessem o governo do regime militar. Muitos se reuniram na ARENA (Aliança Renovadora Nacional), partido oficial dos militares; outros compuseram ministérios ou embaixadas, como Milton Campos e Juraci Magalhães. Outros udenistas, entretanto, se decepcionaram com a concentração de poder nos militares e a impossibilidade da continuidade do poder civil e se afastaram; caso de Carlos Lacerda, que passou a compor a Frente Ampla de oposição ao lado de JK e Jango. Mesmo com todas as contradições, o projeto liberal-conservador udenista parece ter seguido de certa maneira, no partido ARENA.

3.4 A dualidade liberal

A UDN exerceu seu papel muito bem, enquanto um partido representante da fração burguesa agroindustrial, manteve um projeto de modernização conservadora para o Brasil, representado pela falta de um projeto direcionado e bem estruturado, fato que configura, por si só, um projeto de nação. A receita que a UDN seguiu, na verdade, repete à velha fórmula presente na particularidade brasileira - a existência do progresso e do atraso simultaneamente. Afinal, a burguesia brasileira surgiu em um processo histórico, em que a nobreza se aburguesa, se estabelecendo no campo, formando assim um Estado

institucionalizado a seu favor, usado como ferramenta de boicote de qualquer projeto de teor popular, e ao mesmo tempo, sem propor nenhum projeto de fato nacional-desenvolvimentista.

A falta de um projeto político delimitado, estava diretamente relacionado aos interesses da fração burguesa agrária; basta observar que as figuras udenistas eram marcadamente oriundas desta fração de classe, que havia perdido espaço considerável no período do Estado Novo. O saudosismo à política que se manteve no período da República Velha ficou bastante expresso no “Manifesto dos Mineiros”, época em que perdurava uma política em que a autonomia dos estados era ampla em relação à união, que possuía um papel fraco, a participação política era restrita e elitista, e praticamente não existia controle estatal, sem contar que a desigualdade regional era muito acentuada, e o poder local era controlado pelas elites agrárias.

Vale destacar que a própria burguesia industrial, em seu início, estava subordinada à fração agrária. No princípio de sua consolidação, a indústria nacional tinha certa dependência econômica da fração rural, pois uma boa parte do capital investido na indústria provinha da renda gerada pelo setor cafeeiro, considerando que:

“[...] a burguesia comercial constituía uma camada social dedicada ao comércio exportador e, portanto, ligada funcionalmente à estrutura essencialmente agrícola do país. A burguesia industrial também surge, não em conflito com a classe agrária, como no padrão europeu, mas em caráter associativo com esta. Não se trata de um processo de expropriação da propriedade rural, mas de expropriação do excedente que se forma, e é canalizado para a indústria [...] (Dulci, 1986, p. 51).

Após a Revolução de 1930, o processo que se seguiu promoveu a perda de protagonismo da burguesia e o aumento da fração industrialista, que passou a ganhar espaço e se tornou hegemônica durante o período em que Getúlio Vargas governou, motivo que foi um dos causadores da crise de 1954, com o retorno do ex-presidente ao poder, ao passo que seu retorno representava, mais uma vez, a ascensão da fração industrial.

Durante o período do Estado Novo, o bloco no poder era constituído pela fração industrial e desenvolvimentista da burguesia interna, a “grande vencedora” na disputa por hegemonia entre as frações de classe naquele período. Com o fim do Estado Novo e a destituição de Getúlio Vargas, o que se observou foi o retorno da fração agrária ao poder, fortemente liberal e com características retrógradas, a burguesia agrária esteve presente

ao longo da formação do Estado Nacional brasileiro e influenciou sua estruturação, como dito anteriormente, toda sua força foi usada para deslocar a fração industrialista interna para coadjuvante do processo político.

A União Democrática Nacional, respaldada por determinada fração da classe dominante e com capacidade para mobilizar a pequena burguesia, se formou como um partido de posicionamento liberal-conservador, constantemente alinhada ao golpismo. O partido estabeleceu vínculos com o capital estrangeiro, orientado pela sua acentuada representação da burguesia associada que articula o processo de acumulação de capital, subordinada aos interesses imperialistas. Neste sentido, a UDN representou uma força oposicionista ao projeto nacional-desenvolvimentista, defendido por outros grupos hegemônicos.

A diferença entre o discurso e a prática foi o que permitiu as recorrentes justificativas ao golpismo do partido - a intervenção militar, a contestação dos resultados, práticas que a UDN mantinha em *nome do liberalismo*, por ordem de manter a democracia, melhor intervir nela. O partido se dizia continuador do liberalismo brasileiro; reivindicação que colocava a UDN como o único partido verdadeiramente representante dessa tradição política no Brasil do pós-Estado Novo - pelo menos era assim que os udenistas se viam - mas, o questionamento a ser feito seria: de qual liberalismo a UDN falava? Se o partido se dizia liberal, mas mantinha práticas golpistas, que tipo de liberalismo é esse que foi herdado? Entretanto, é importante ressaltar que “[...] os herdeiros não apenas “se apropriam” do legado, como com ele se identificam. Essa identificação com a herança, compõe para o perfil ideológico da UDN, uma moldura de ambiguidades e de contradições [...]” (Benevides, 1981, p. 243).

O fato é que a UDN não inaugura nada novo. O liberalismo que o partido reivindicava não fugia muito à regra daquele que se formou no Brasil: conservador, com forte diferenciação entre discurso e prática, que reivindicava liberdades individuais em um contexto que ainda existiam trabalhadores escravizados. A dicotomia entre discurso e prática sempre esteve presente na realidade histórica brasileira, tal discurso só encontrou na UDN um representante. O liberalismo udenista não era estável ou coerente, sofria mudanças conforme o cenário político também mudava, buscava alianças com forças autoritárias, defendia a legalidade, mas também defendia golpes quando os resultados das eleições não condiziam com suas expectativas. Portanto, a característica fundante desse liberalismo postulado pelo partido, nada mais era do que a dualidade.

O que se pode concluir, é que a UDN não somente herda a *tradição liberal brasileira* como também reinterpreta, na raiz histórica mais distanciada do partido “[...] encontra-se Teófilo Otoni, o sete de abril de 1831, inspirações da primeira hora udenista, na "redemocratização" de 1945. O lenço branco de Otoni incorporou-se à linguagem simbólica da UDN, que o recuperou para as campanhas do Brigadeiro [...]” (Benevides, 1981, p. 244).

Uma leitura mais crítica do “Manifesto dos Mineiros”, por vezes considerado o embrião do partido, já revelava a herança requerida pelos udenistas, citações nominais a Rui Barbosa, Assis Brasil e Prudente de Moraes, além de sugerir como projeto político, conteúdos que constam em documentos históricos, como, por exemplo, o “Manifesto Republicano” de 1870, e sugerem que sejam adaptados à atualidade (Benevides, 1981, p. 245). O “Manifesto dos Mineiros” foi elaborado em 1943, e assinado por 92 personalidades políticas da época; sua maioria advinda das oligarquias que dominavam a política da República Velha em Minas Gerais, já mencionado neste trabalho.

O Manifesto foi, fundamentalmente, uma resposta das elites mineiras à sua perda de posição e poder dentro do jogo político da época. Os signatários apontavam Getúlio Vargas como um grande traidor da Aliança Liberal

O ditador traiu os postulados revolucionários que o guiaram ao poder e pelos quais jorrou sangue generoso no tumultuoso outubro de nossa história; o Ditador traiu a promessa de constitucionalização do país, impondo-se no poder, *em caráter provisório*, de 1930 a 1934; o Ditador traiu o princípio basilar democrático que confere ao povo a livre escolha de seus dirigentes, sucedendo-se a si próprio, por várias vezes; o Ditador traiu a Constituição de 1934 com golpe silencioso [...] o Ditador traiu a tudo e a todos (Cavalcanti, 1978, p. 28).

Visto como um fator determinante para a queda de Vargas, em 1945, o Manifesto não apresentava uma proposta de rompimento verdadeiro com o regime, sendo seu conteúdo tão somente formal - formalismo que também esteve presente na UDN - assim como o conservadorismo do documento, que fazia alusão à antiga política. É inegável a importância do documento, não só por ter sido uma ação coletiva liderada pelas classes dominantes que ainda não haviam se posicionado em relação ao Estado Novo, mas também por carregar os ideais que essa burguesia era partidária, e que sempre foi expressa pelos partidos representantes destas.

O resultado dessa manifestação acabou em punição aos signatários por parte do governo,

Para tamanho “crime” era necessária impiedosa punição, punição que atingisse o homem no recesso sagrado do lar, que fosse mais longe, alcançando os filhos e que os privasse mesmo do pão, da escola e do conforto doméstico [...]. Dos primeiros signatários do Manifesto, foram imediatamente “punidos” trinta e tantos, não o sendo os demais por exercerem profissões liberais. Trinta e tantos foram despojados de cargos públicos e particulares [...] chegando à intromissão do Governo Federal e de seu representante em Minas, a impor, sob ameaças, a destituição de membros da administração de sociedades anônimas, regular e legalmente eleitos (Cavalcanti, 1978, p. 47-48).

Mesmo que as punições tenham sido arbitrárias, não se compararam às perseguições com opositores mais radicais ao regime, como comunistas, por exemplo, a ênfase nessas punições, em sua maioria, aposentadorias compulsórias e demissões demonstram mais um vez, como o liberalismo é relativo em termos do que considera autoritário e como age em prol de proteger os seus; considerando que houve uma profunda falta de empatia com demais opositores do regime, que também sofreram arbitrariedades.

Essencialmente, o liberalismo defende a liberdade individual, livre mercado, direitos civis, pluralismo político e ideológico etc. Um “liberal genuíno” seria contrário a regimes que ferem direitos fundamentais e golpes de Estado. A prática que perdura no Brasil, pelo menos desde o final do Império, no entanto, é contraditória. Muitos liberais adotaram posturas que vão justamente contra essas ideias. No caso da UDN, os udenistas estavam abertos a contribuir com golpes em nome de proteger seus interesses e de quem representavam; ou seja, o compromisso com o liberalismo que o partido insistia em falar que havia herdado, efetivamente, sempre foi seletivo.

Essa contradição entre discurso e prática do liberalismo, no fundo, reflete interesses de classe. Geralmente, quem se coloca como liberal pertence a elites econômicas que temem mudanças sociais profundas, e quando a democracia ameaça seus privilégios de classe, recorrem a golpes. Uma outra questão, importante de se levantar, seria, talvez, a falta de orientação intelectual, que pode ser resumida na famosa frase “liberal na economia, conservador nos costumes”. Personagens liberais brasileiros geralmente demonstram uma certa dificuldade em distinguir as diversas vertentes liberais surgidas pós iluminismo; como no caso do liberalismo conservador, cuja proposta era conservar estruturas sociais e econômicas do capitalismo, e pouco tem a ver com

costumes, nesse quesito até mesmo John Stuart Mill⁴⁷ se encontraria no campo da esquerda, para liberais brasileiros.

É evidente que a UDN ocupa um lugar de relevância na história política brasileira. Desde sua fundação, o partido esteve presente nos episódios mais marcantes do século XX, exercendo influência em debates e decisões que forjaram os rumos do país. Ainda que tenha sido um partido de porte médio, em termos eleitorais, em relação a partidos como PTB e PSD, a UDN exerceu uma atividade ideológica bastante intensa. A presença udenista era sentida não só nas disputas nas urnas, mas principalmente na forma como demonstrava uma visão de mundo liberal-conservadora, que mobilizava diferentes setores de classe, desde a pequena burguesia até as elites do poder econômico.

Mesmo após a sua extinção em 1965, a força ideológica da UDN transcendeu - o partido se perpetuou no imaginário político e continua influenciando setores da vida pública brasileira. Assim sendo, seu legado não se resume ao período em que existiu enquanto uma sigla, mas segue sendo lembrado - e por vezes reeditado - no presente - sempre que o discurso liberal é usado para justificar o avanço da autocracia burguesa.

⁴⁷ John Stuart Mill (1806–1873) foi um filósofo, economista e político britânico, tido como um dos pensadores mais influentes do século XIX pelos ingleses. É conhecido por suas contribuições ao liberalismo, à filosofia utilitarista e à defesa das liberdades individuais.

04 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Debater o caráter da burguesia, em si, é fundamental para entendermos como o liberalismo e os projetos de nação foram articulados ao longo da história do Brasil. A essa altura, já é possível perceber que o liberalismo expressado pela UDN tratou-se de uma das formas de agir da autocracia burguesa. Portanto, evidenciar e compreender o liberalismo da UDN exige, necessariamente, situá-lo no contexto autocrático da burguesia no Brasil. O liberalismo brasileiro assumiu um conteúdo excludente e meritocrático, se distanciando do ideal democrático e universalista do qual se originou. Essa nova forma que o liberalismo assumiu está diretamente ajustado às necessidades de preservação do poder das classes dominantes do Brasil.

Nesse sentido, o conceito de populismo, frequentemente utilizado para explicar fenômenos políticos do século passado, mais propriamente a partir do fim do Estado Novo, revela-se insuficiente para sustentar o exercício de compreensão e explicação das continuidades estruturais e superestruturais que atravessam a formação social e política brasileira. O chamado udenismo, que aqui já sabemos ser uma expressão do liberalismo brasileiro, insere-se na lógica de reprodução da autocracia burguesa, logo, permanece e se manifesta sob novas formas, inclusive no bolsonarismo contemporâneo.

A UDN surgiu em 1945, primeiro como uma frente ampla de oposição a Getúlio Vargas e ao Estado Novo que já demonstrava esgotamento nesse período, e depois se estabelece como um partido. O posicionamento dos udenistas se mostrou ambíguo logo nos primeiros meses de atuação partidária, o que ocasionou rupturas e dissidências. Essa característica ambígua, que na nossa leitura, na verdade, se mostrou como dual; ou seja, existiu uma diferenciação entre discurso e prática no partido, sempre foi sua principal expressão política; a isso que, com o passar dos anos, nomearam “udenismo”.

O partido foi heterogêneo, abrigou diferentes grupos com posicionamentos distintos, a exemplo da Esquerda Democrática, que apesar de ser uma sigla independente, precisou da legenda da UDN para concorrer nas eleições, se desmembrou oficialmente do partido em 1947, e se tornou o Partido Socialista Brasileiro (PSB). Entretanto, apesar dessa heterogeneidade, o propósito udenista foi um só: se opor veementemente a Vargas e a todas as expressões políticas que se aproximassem do ex-presidente.

Com esse propósito como guia, a legenda protagonizou, ao longo de seus vinte anos de existência, diferentes tentativas de golpes, e em 1945, quando da destituição de

Vargas, já estava presente a UDN. O partido atuava basicamente como um “queremismo ao contrário” – os udenistas exigiam eleições livres e diretas - e, o mais importante, sem a participação do então presidente, bem como não deveria participar da assembleia constituinte. A UDN se articulou com setores da imprensa e intelectuais além da classe média urbana para sustentar o discurso de redemocratização e “denunciar” o risco de Getúlio Vargas tentar se sustentar no poder. Mas essa atuação começou bem antes, com o “Manifesto dos Mineiros” em 1943; documento que representa a gênese do partido, e nele torna-se possível identificar ideais que estariam presentes na UDN, como o elitismo, a exaltação de figuras liberais clássicas, entre outros traços.

A partir de sua fundação oficial, as tentativas de golpes não deram trégua. Os resultados das eleições de 1945 não saíram como esperado. O candidato udenista, Eduardo Gomes, amargou o segundo lugar, perdendo para Eurico Dutra. Os udenistas aceitaram o resultado, mas criticaram dizendo que o PSD havia se beneficiado, pois herdara a “máquina política” do Estado Novo, o que deu vantagem para Dutra. Em 1950, com o retorno de Getúlio Vargas à presidência, as tensões políticas aumentam, e a UDN intensificou seu papel de oposição, que no governo anterior havia ficado relativamente mais brando. A oposição udenista foi intensa - Getúlio tentou resistir, mas sucumbiu em 1954. Todo esse processo ficou conhecido como “Golpe branco”, uma espécie de “golpe dentro da ordem”.

A atuação udenista nesse mesmo sentido se repetiu com a eleição de Juscelino Kubistchek, ocasião em que a UDN contestou os resultados das eleições com base na chamada “maioria absoluta” ou seja, o candidato deveria obter metade, mais um, dos votos válidos para ser eleito. Porém, a constituição de 1945 não exigia isso. O eleito precisava somente da maioria relativa dos votos (o mais votado vence). A UDN, por meio de uma reinterpretação da constituição tentou barrar a posse de Kubistchek. O resultado disso foi o “golpe preventivo” liderado pelo general Henrique Teixeira Lott, que assegurou a entrada em exercício de Juscelino.

Como se pode constatar, a UDN sempre esteve a postos para golpear seus adversários, seja por meio de contestação dos resultados eleitorais, seja por meio de articulações com setores militares. A fama de golpista permeia a UDN até os dias atuais – não é à toa que golpistas geralmente ganham a alcunha de udenistas, e o sentido disso é variado – também serve como uma forma de se referir a liberais que desvinculam seu discurso de sua prática, assim como os udenistas faziam.

As formas pelas quais os golpes aconteceram ao longo da história republicana brasileira têm suas particularidades, 1945 não foi como em 1954 que por sua vez também difere do golpe de 1964, para citarmos alguns exemplos. Entretanto o intuito desses eventos sempre foi o de preservar e perpetuar a hegemonia da burguesia brasileira, fazendo com que a classe dominante não perdesse sua posição de poder. Karl Marx (1974, p. 331) no prefácio de sua obra diz: “[...] Eu, [...] demonstro como a *luta de classes* na França criou circunstâncias e condições que possibilitaram a uma personagem medíocre e grotesca desempenhar um papel de herói”, e acrescenta logo no início de *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*

Hegel observa em uma de suas obras, que todos os fatos e personagens de grande importância na história do mundo ocorrem, por assim dizer, duas vezes. E esqueceu-se de acrescentar: a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa. Caussidière por Danton, Luís Blanc por Robespierre, a Montanha de 1848-1851 pela Montanha de 1793-1795, o sobrinho pelo tio [...] (Marx, 1974, p. 335).

Em sua referência crítica a Hegel, Karl Marx diz que a história tende a se repetir, mas acrescenta que a primeira repetição é sempre uma tragédia, algo sério e preocupante, enquanto a segunda não passa de uma cópia ridícula, uma farsa que falha completamente em captar a profundidade e grandeza do original. A crítica marxista aqui, se refere à repetição histórica em que, ao acontecer pela “segunda vez”, perde o significado da primeira, tornando-se algo cômico ou raso. O que Marx quer dizer é que, por muitas vezes, líderes e movimentos históricos tentam restaurar momentos considerados grandiosos ou marcantes do passado, mas não conseguem causar o mesmo impacto, o que ocasiona fracassos. A ideia central do filósofo é mostrar como as condições históricas mudam, e a repetição vira algo cômico e falso.

Torna-se importante destacar que a análise de Karl Marx foi feita na França do século XIX, momento histórico completamente diferente do Brasil do século XX ou XXI. Todavia, parte da compreensão de que as relações sociais - como organização da sociedade em estruturas de classe, modo de produção, grau de desenvolvimento econômico - acontecem na totalidade da sociedade burguesa. Logo, os golpes aos quais Marx faz referência, tratam de eventos que representam a universalidade capitalista - como a burguesia exerce seu poder e o perpetua - por isso ocorre a repetição do bonapartismo.

No Brasil, o bonapartismo assimila traços coloniais e acontece de maneira particular; ao absorver esses traços ele se reproduz como um *colonial-bonapartismo*⁴⁸ cujo principal traço que o diferencia do bonapartismo clássico é o fato de que, por aqui, ele assume um caráter “democrático” e é a via em que a burguesia preserva sua posição. No colonial-bonapartismo não há a necessidade de um golpe militar de Estado para se consolidar; ele acontece de maneira legalizada, onde deposita-se toda a confiança em um líder e no sufrágio universal. O partido já não é mais o centro das questões políticas; por isso, os golpes que se sucederam no Brasil, a “luta” travada foi sempre contra uma figura, uma persona, como Getúlio Vargas, João Goulart, Fernando Collor, Dilma Rousseff, entre outras personalidades políticas, que, para a burguesia brasileira, já não supriam mais as suas exigências.

A conhecida máxima “se queremos que tudo fique como está, é preciso que tudo mude”, presente no livro “O Leopardo”, do escritor italiano Giuseppe Tomasi di Lampedusa, expressa de maneira didática o efeito do colonial-bonapartismo; a aparência está em constate mudança - entretanto, a essência da sociedade burguesa permanece a mesma.

No caso do livro, Lampedusa faz uma descrição da unificação da Itália ocorrida durante o século XIX. O autor fala sobre a Revolução Burguesa e o processo de consolidação do capitalismo e do liberalismo naquele país, que acontece de uma maneira que reafirma o passado e perpetua as estruturas conservadoras da Itália; ou seja, não existiu, no processo de modernização italiano, um rompimento real com a nobreza e com a Igreja. Ao contrário, houve uma conciliação destes setores com um elemento novo que surgiu: a burguesia (Deo, 2021, p. 40, nota 25).

O conteúdo exposto no livro de Giuseppe di Lampedusa nos interessa, porque apesar de estarmos num oceano longe da Itália e a formação social e histórica brasileira se distanciar mais ainda da italiana, Lampedusa nos proporciona uma análise sobre como a história de países onde o capitalismo se desenvolveu tardiamente e se reproduz como uma repetição incessante do antigo, portanto:

[...] podemos afirmar que a história brasileira se desdobrou até os dias atuais como ‘uma contínua repetição do passado’, ou seja, todas as ‘grandes transformações’ que ocorreram em nossa processualidade, serviram para ‘manter as coisas’ como sempre estiveram. Esse é um elemento fundante da particularidade brasileira [...] (Deo, 2021, p. 40-41).

⁴⁸ Conferir debate do capítulo 2, item 2.2 Populismo e antipopulismo, o papel da UDN.

Mas isso não quer dizer que a história acontece de maneira “sobrenatural” ou por destino; a história da humanidade é construída pelos seres humanos, que, de maneira coletiva a produzem através de suas ações. Isso destaca que os seres humanos são os sujeitos desse processo. Entretanto, essa construção não acontece conforme a vontade desses sujeitos. Isso Marx nos explica rompendo com uma visão idealista e afirma que as pessoas não têm liberdade “absoluta” para moldar a história de acordo com suas vontades, pois a ação humana é determinada por condições materiais, sociais e históricas. Isso quer dizer que homens e mulheres agem na realidade já dada – relações sociais, estruturas econômicas, modos de produção – herdadas do passado que impõem o que é possível fazer no presente. Assim, o passado exerce uma condição objetiva nas ações humanas, e isso está sintetizado em uma das passagens mais famosas de Karl Marx, a saber:

Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como pesadelo o cérebro dos vivos [...] (Marx, 1974, p. 335).

A frase presente em “O Leopardo”, representa essa eterna re colocação do passado existente na formação particular tanto do Brasil quanto da Itália - reposição esta que não acontece de maneira mecânica ou como uma cópia - mas de uma forma nova que assimila novos elementos e se transforma, pois passa por um processo de modernização, mas sem perder algumas características que herdou do passado. Quando nos debruçamos sobre o entendimento da formação histórica brasileira, constatamos que alguns dos traços existentes em sua configuração estão presentes desde a colonização (Deo, 2021, p. 43).

A origem de todas essas condições do Brasil não poderia ser outra, senão a colonização, que, segundo Caio Prado Jr. teve como finalidade fornecer produtos primários para a Europa num regime de extração de riquezas para abastecer a metrópole (Portugal), e não de construir uma nova sociedade como no caso da América do Norte, assim explicado pelo autor:

[...] circunstâncias especiais [...] promoverão a ocupação intensiva e o povoamento em larga escala da zona temperada da América [...]. O que os colonos desta categoria têm em vista, é construir um novo mundo, uma sociedade que lhes ofereça garantias que no continente de origem já não lhes são mais dadas. Seja por motivos religiosos ou meramente econômicos [...] (Prado, 1969, p. 27).

E segue sobre a construção histórica e social da América do Sul:

Muito diversa é a história da área tropical e subtropical da América. Aqui, a ocupação e o povoamento tomarão outro rumo [...]. [Para os trópicos], o europeu só se dirige, de livre e espontânea vontade, quando pode ser um dirigente, quando dispõe de cabedais e aptidões para isto; quando conta com outra gente que trabalha para ele [...]. [O caráter agrário da América do Sul] se realizará em larga escala, isto é, em grandes unidades produtoras – fazendas engenhos, plantações (as *plantations* das colônias inglesas) – que reúnem cada qual um número relativamente avultado de trabalhadores [...] (Prado, 1969, p. 27, 29, 30).

Diferentemente do processo de formação da América do Norte no século XVII, onde os colonos chegaram para trabalhar e povoar, fugidos da instabilidade política e econômica, e dispostos a migrar para um novo mundo em busca de trabalho e novas oportunidades⁴⁹, na América do Sul, os europeus – principalmente espanhóis e portugueses – se tornaram grandes proprietários de terras, sendo que em Portugal e na Espanha a força de trabalho era escassa e dependia de escravizados “[...] por volta de 1550, cerca de 10% da população de Lisboa era constituída de escravos negros. Nada havia, portanto, que provocasse no reino, um êxodo da população [...]” (Prado, 1969, p. 30).

Isso marca a essência dependente e subordinada da economia brasileira desde os primórdios da ocupação europeia. O *Sentido da Colonização* era de construir uma economia voltada para atender a demanda externa. O Brasil nunca produziu para si, mas sempre para exportar - processo que impediu a formação de uma economia interna forte. Esse foi o principal obstáculo ao desenvolvimento autônomo da conjuntura econômica brasileira, tornando o país rico em recursos e exímio produtor de bens primários, mas socialmente desigual e atrasado. Para Caio Prado, todo esse processo faz parte da inserção do Brasil no desenvolvimento do capitalismo mundial.

A burguesia brasileira assimila o velho em vez de destruí-lo, como aconteceu nos casos das revoluções burguesas clássicas, para Florestan Fernandes (2020, p. 157)

⁴⁹ Inglaterra, França e Alemanha dispunham de uma população relativamente numerosa que, devido a intensos conflitos políticos e religiosos, migravam para o que hoje são os Estados Unidos em busca de nova vida. Condição que Portugal e Espanha não tinham, pois suas populações eram pequenas em comparação aos primeiros países.

Nas “sociedades nacionais” dependentes, de origem colonial, o capitalismo é introduzido antes da constituição da ordem social competitiva. Ele se defronta com estruturas econômicas, sociais e políticas elaboradas sob o regime colonial, apenas parcial e superficialmente ajustadas aos padrões capitalistas de vida econômica. Na fase de ruptura do regime colonial, tais estruturas alimentam e tornam possível a adaptação aos dinamismos econômicos do mercado mundial, que na realidade desencadeiam e condicionam a transição, e servem de base à gradual formação de uma economia nacional “independente” [...].

O caso do Brasil seguiu um padrão - todas as estruturas criadas pela colonização determinaram a vida social e política após a independência. A herança colonial não desapareceu - ela se readaptou depois da independência do Brasil de Portugal. Além do mais, a forma com a qual o Brasil foi inserido na dinâmica capitalista mundial ficou definido no período colonial, Florestan sintetiza essa ideia da seguinte forma:

[...] as estruturas econômicas, sociais e políticas da sociedade colonial não só moldaram a sociedade nacional subsequente: determinaram, a longos prazos, as proporções e o alcance dos dinamismos econômicos dos ramos básicos do mercado mundial. Elas se revelaram bastante plásticas aos fatos do mercado colonial, adaptando-se de reorganização dos negócios de exportação e importação, e poderiam chamar de dupla polarização nominalmente por um centro hegemônico externo, mas estruturados politicamente a partir de dentro [...] (Fernandes, 2020, p. 158).

Ao longo da história brasileira, as classes hegemônicas excluíram projetos de caráter popular do processo de modernização da sociedade com o propósito de manter sua força política; assim ela domina o povo e se impõe num processo “pelo alto”. O resultado é uma sociedade que se modernizou, mas manteve, ao mesmo tempo, estruturas arcaicas herdadas da colonização, como a aristocracia e o escravismo, mas de maneiras atualizadas. Florestan Fernandes ainda chama a atenção para o fato desse processo de “modernização conservadora” apresentar transformações das estruturas econômicas e políticas, mas sem, de fato, a ocorrência de uma democratização das instituições.

A ordem social competitiva, como se refere Fernandes, se deformou historicamente e serviu para manter privilégios estamentais presentes no período pré-capitalista, em vez de dinamizar e integralizar a sociedade brasileira, como aconteceu em países capitalistas centrais, ele explica:

[...] Operando como um fator de retenção ou de revitalização de privilégios estamentais, a competição se vinculou (genética, estrutural e funcionalmente) a processos que inibiram e perturbaram o desenvolvimento do regime de classes ou mantiveram indefinidamente padrões de comportamento e de relação social variavelmente pré e anticapitalistas. Trata-se de uma situação ambígua, pois aqui estamos diante do avesso da medalha: incorporada a contextos históricos-sociais ou socioculturais mais ou menos arcaicos, os dinamismos sociais engendrados pela competição concorrem para manter ou preservar ‘o passado no presente’, fortalecendo elementos arcaicos em vez de destruí-los [...] (Fernandes, 2020, p. 174).

De um lado, a ordem social competitiva trouxe mudanças importantes para a humanidade, mas por outro, na realidade histórica brasileira, esse dinamismo foi assimilado pelas classes dominantes tradicionais que, ao invés de destruir elementos arcaicos presentes na ordem pré-capitalista, os reforçaram.

No Brasil, a burguesia não foi revolucionária, chegando ao poder usando o Estado como apoio, ocasionando uma “revolução pela metade”. De fato, o país passou por um processo de industrialização e modernização, mas conserva uma grande concentração de renda, exclusão social e uma democracia frágil. O autor sustenta que, para uma real mudança nas estruturas da sociedade brasileira é imprescindível que haja, de fato, uma revolução social que rompa com o passado de maneira profunda.

A complexidade social e histórica brasileira não permite conclusões e análises simples, com soluções rápidas para pensar a mudança da realidade concreta da dinâmica sócio política do Brasil, e esta não é a intenção desta pesquisa.

Entretanto, é possível compreender que para romper com a lógica do passado-presente, é preciso romper com o “sentido histórico” do Brasil, com a eterna sobreposição do passado pelo presente, expresso, ora por partidos representantes dessa burguesia entreguista, como foi o caso da UDN no século passado, ora representado por líderes destrutivos que somente possuem compromisso com o capital estrangeiro, como nos casos de Michel Temer e Jair Bolsonaro. Estes são casos claros de um retrocesso profundo, onde até mesmo as poucas tentativas de reindustrializar o Brasil foram superadas, dando um enorme espaço para setores reacionários da burguesia brasileira que expressam modelos econômicos e políticos arcaicos e atrasados, com claro compromisso de manter sua hegemonia e de travar tentativas de avanços sociais e projetos populares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENEVIDES, Maria Victória. **A UDN e o Udenismo**: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. (Coleção Estudos Brasileiros, v. 51).

BOITO JR., Armando. **O golpe de 1954: a burguesia contra o populismo**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

BOITO JR, Armando. **Reforma e crise política no Brasil**: os conflitos de classe nos governos do PT. Campinas, SP: Editora da Unicamp/ São Paulo, SP: Editora Unesp, 2018.

CALIL, Gilberto Grassi. **O Integralismo no processo político brasileiro– O PRP entre 1945 e 1965**: Cães de Guarda da Ordem Burguesia. 2005. 819 f. Tese (Doutorado em História) - Programa Interinstitucional de Pós-Graduação em História UFF / UNIOESTE, Niterói, 2005.

CARONE, Edgar. **O Estado Novo** (1937-1945). São Paulo: Difel, 1976.

CARONE, Edgar. **O PCB** (1943 a 1964). Volume 2. São Paulo: Difel, 1982.

CAVALCANTI, Orlando. **Os insurretos de 43**: o Manifesto dos Mineiros e suas consequências. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CHALOUB, Jorge Gomes de Souza. **Ruptura e permeância**: as tendências antiliberais do udenismo. Orientadora: Gisele Guimarães Cittadino. 2009. 120 f. dissertação (Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

CHAGAS, Paulo Pinheiro. **O brigadeiro da libertação** (Eduardo Gomes – ensaio biográfico). Rio de Janeiro: Exlibris, 1945.

CHASIN, J. A sucessão na crise e a crise na esquerda. **Revista ensaio**. n. 17/18, 1989.

CORSI, Francisco Luiz. **Estado Novo**: política externa e projeto nacional. São Paulo: Editora UNESP: FAPESP, 2000.

DELGADO, Marcio de Paiva. **O “golpismo democrático”**: Carlos Lacerda e o jornal Tribuna da Imprensa na quebra da legalidade (1949-1964). 2009. 162 f. dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009.

DEO, Anderson. **O labirinto das ilusões**: consolidação e crise da social-democracia tardia brasileira. 1 ed. Curitiba: Appris, 2021.

DUARTE, Regina Horta. Tempo, política e transformação: Teófilo Otoni e seu lenço branco. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 28, n. 1, p. 101-110, jun. 2002. DOI: <https://doi.org/10.15448/1980-864X.2002.1.23789>. Disponível em:

<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/23789>. Acesso em: 1 out. 2024.

DULCI, Otávio Soares. **A UDN e o anti-populismo no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1986.

FAUSTO, Bóris. **História do Brasil**. 12. ed. São Paulo: Editora USP, 2006.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

FERRAZ, Eugênio (Org.). **Liberdade, essência de Minas**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 2014.

FERRO, Flávia Salles. **Virgílio de Mello Franco**: trajetória política em contexto de mudanças (1929-1948). 2015. 130 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

GOMES, Angela Maria de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

HIPPÓLITO, Lucia. **De raposas e reformistas**: o PSD e a experiência democrática brasileira, 1945-64. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

HOBSBAWM, Eric. Guerra Fria. In: HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos**: o breve século XX: 1914-1991. Trad. Marco Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Otávio. **A formação do Estado populista na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

IANNI, Otávio. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

LAMPEDUSA, G. T. **O leopardo**. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

MAGRI, Ramonn Rodrigues. Os passos iniciais: o nascimento da UDN e o primeiro mandato de Afonso Arinos no partido (1945-1951). **Revista de História da UEG**, Anápolis, v. 5, n. 1, p. 219–246, jan./jul. 2016. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/revistahistoria/article/view/4829/3431>. Acesso em: 5 jun. 2025.

MANIFESTO dos Mineiros. In: **DICIONÁRIO histórico-biográfico brasileiro**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2010. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/manifeto-dos-mineiros>. Acesso em: 12 jan. 2023.

MARX, Karl. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. In: MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. Seleção de José Arthur Giannotti. São Paulo: Abril Cultural, 1974. p. 329-411.

MAZZEO, Antonio Carlos. **Estado e Burguesia no Brasil**: origens da autocracia burguesa. São Paulo: Boitempo, 2015.

MAZZEO, Antonio Carlos. **Sinfonia Inacabada**: a política dos comunistas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 1999.

MENDONÇA, Marina Gusmão de. **O demolidor de presidentes**. A trajetória política de Carlos Lacerda: 1930-1968. 2. ed. São Paulo: Codex, 2002.

OLIVEIRA, N. D. de. Os primórdios da doutrina de segurança nacional: a Escola Superior de Guerra. **História** (São Paulo), v. 29, n. 2, p. 135–157, dez. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-90742010000200008>. Acesso em: 3 dez. 2024.

PENNA, L. de A. O Progresso da Ordem - O Florianismo na Lógica do Consenso Mínimo. **Locus: Revista de História**, [S. l.], v. 2, n. 2, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20426>. Acesso em: 15 jan. 2025.

PICALUGA, Isabel. **Partidos Políticos e Classes Sociais**: a UDN na Guanabara. Petrópolis: Vozes, 1980.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. Tradução de Francisco Silva. Revisão de Carlos Roberto F. Nogueira. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1969.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: método e técnicas da pesquisa do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RIBEIRO, David Ricardo. O PCB e o conflito pelo controle da democratização (1943-1947). In: SECCO, Lincoln; PERICÁS, Luiz Bernardo (org.). **História do PCB**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2022. p. 129–150.

SARTORETTO, Leonardo. Pressupostos metodológicos do populismo. **Aurora**, Marília, v. 12, p. 117-130, 2019. Edição Especial. Disponível em: <https://doi.org/10.36311/1982-8004.2019.v12esp.12.p117>. Acesso em: 1 abr. 2025.

SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000.

SILVA, Paulo Santos; SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias F. de (Org.). **O Estado Novo**: as múltiplas faces de uma experiência autoritária. Salvador: EDUNEB, 2009.

SILVA, Roberto Bitencourt da. O PTB (1945/1964): suas tendências políticas internas e a hegemonia do diretório sul-riograndense. **Revista Perseu: história, memória e política**, n. 7, ano 5, p. 175-198, 2011. Disponível em: <https://revistaperseu.fpabramo.org.br/index.php/revista-perseu/article/view/39/14>. Acesso em: 29 nov. 2024.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil:** de Getúlio Vargas a Castelo Branco. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. As bases ideológicas do lacerdismo. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 4, p. 49-70, 1965.

SOUZA, Maria do Carmo C. Campello de. **Estado e Partido Políticos no Brasil (1930-1964)**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1983.

UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL. Programa. Rio de Janeiro: **União Democrática Nacional**. Disponível no acervo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), 1949.

UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL. Termo da ATA da sessão de fundação. Rio de Janeiro: **União Democrática Nacional**. Disponível no acervo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), 1945.

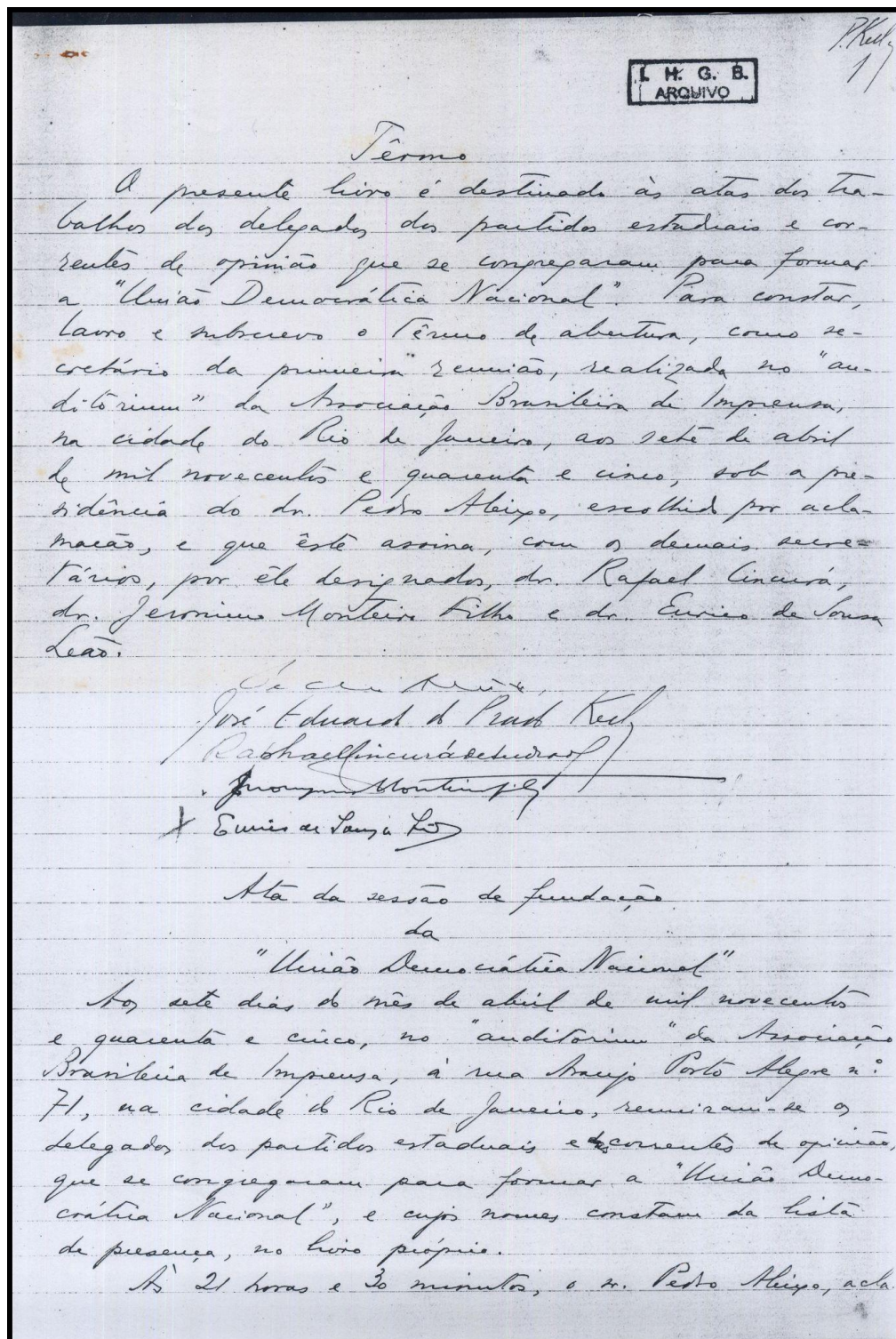
UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL. Programa. Rio de Janeiro: **União Democrática Nacional**. Disponível no acervo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), 1958

ANEXO A - Ata de fundação

Documento disponível no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

Título: UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL-UDN.

Notação Final: DL823.017



mado pelos presentes para assistir à reunião, passou a dirigir os trabalhos, convidando para secretários o sr. Prado Kelly, Rafael Azevedo, Jerônimo Monteiro Filho e Eurico Sousa Leão.

O sr. Rafael Azevedo procedeu à leitura do expediente: telegramas e ofícios de credenciais dos delegados, e de manifestação de apoio à organização partidária e à candidatura do Major Brigadeiro Eduardo Gomes à presidência da República. Os referidos documentos foram arquivados, para constar a qualquer tempo.

Falaram em seguida: o sr. Carlos de Lima Cavalcanti, em nome da delegação de Pernambuco, propondo se protestasse perante o país e especialmente perante as forças armadas contra o fechamento do "Diário de Pernambuco", órgão de centenas de tradições liberais, — o que foi unanimemente aprovado; o sr. Botto de Menezes, justificando a ausência do dr. José Américo de Almeida; o sr. Sigmarinçu Seixas, saudando a mocidade acadêmica, empenhada na redenção do país; o sr. Augusto Pinto Lima, presidente da Seção do Distrito Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, manifestando-se em favor da anistia aos condenados políticos, e saudando com elogio aos brasileiros exilados srs. Armando de Salles Oliveira, Octávio Mangabeira e Paulo Nogueira Filho; o sr. Mauro Mascarenhas, opinando pela concessão do direito de voto aos soldados, especialmente aos das forças expedicionárias brasileiras, em ação na Itália; o sr. João Mangabeira, que propôs a seguinte moção:

"Eu face da atmosfera de confiança, que

L. H. G. B.
ARQUIVO

P. Kelly
2/

se acentua progressivamente, a União Democrática Nacional julga indispensável fazer ao país as seguintes declarações: - "São absolutamente insubstituíveis todos os rumores circulantes, provenientes de fontes oficiais ou officinas, segundo os quais o movimento político democrático, que ergueu em toda a Nação a candidatura do Major Brigadeiro Eduardo Gomes, tenha o objetivo de chegar ao poder por meio de golpes ou reviravoltas, ou vice, de qualquer forma, promover ou facilitar as perturbações da ordem pública em qualquer ponto do território nacional. Por consequência devem ser desmascarados todos os manobras fraudulentas que tendem a apresentar as opiniões coligadas como foco de agitação e de desordem, de vez que só as Ditaduras, agora como sempre, aproveitam a confusão, o alarme e o desassossego público, mais propício à perpetuação da Ditadura.

Em virtude disto, a União Democrática Nacional afirma peremptoriamente que emendará todos os seus esforços no sentido de facilitar o advento de eleições honestas e livres, porque somente elas correspondem ao seu progresso e aos superiores interesses da Nação.

Esclarecida preliminarmente esta posição, pode a União Democrática Nacional denunciar, como vigorosamente denuncia,

ao povo brincar a propósito, que ali-
mente o Sr. ministro de Justiça, de, ver-
vindo-se de pretextos pelo próprio gover-
no forjado peça a peça, aniquilando as
Pais as liberdades públicas, que elle
mesmo conquistou, mas que ainda não
se encontram legalmente assegura-
das.

A pretexto de greves provocadas adrede
ou causadas pela politica inflacionista
do governo; a pretexto de planos in-
existentes de motins e revoltas carlosa-
mente attribuidos pelo governo à oposi-
ção, urde-se a conjura para reimplan-
tar no Brasil o renegado regime de
censura à imprensa, ainda mantida
em Pernambuco, e com ameaça de
se reinstalar em São Paulo: da su-
pressão da liberdade de opinião e
do terror policial.

A União Democrática Nacional sen-
te-se no indeclinável dever de pro-
testar contra esse plano de novo as-
salto à Democracia que renasce.
Não consentiremos que isso se consu-
ma. Reagiremos. Apetaremos para
os tribunais, para os jornais e os
jornalistas, para as classes arma-
das e as anseadoras, para as
profissionais liberais, para o ope-
rariado, para todos os homens e mu-
lheres que amam a Pátria e a Liber-
dade, concitando-os a que não se-

P. Kelly
3

cundem com todas as forças e elementos ao seu alcance, afim de evitar o golpe que se prepara.

Enquanto for possível defender a Democracia, nós a defenderemos, a qualquer custo, sem desânimo e sem temor. E apoiados pela Nação, havemos de vencer."

Aprovada a moção, entre palmas dos presentes, o sr. Maurício de Lacerda solicitou à Mesa fosse nomeada uma comissão para elaborar o projeto de estatutos da União Democrática Nacional.

Manifestando-se o plenário unanimemente a favor do requerimento, o sr. Presidente designou a seguinte comissão: srs. Mario Brant, João Lampaio, Raul Fernandes, José Arêndes de Almeida, Flores da Cunha, Pedro Lago e Waldemar Ferreira. O sr. Raul Fernandes e Waldemar Ferreira comunicaram que, tendo de ausentar-se da capital, indicavam para sua substituição naquele órgão o sr. Prado Kelly e Oscar Stevenson, - ao que aquiesceu a Mesa.

Usaram ainda da palavra, sobre o momento político, os srs.: Barros Carral, Raul Bittencourt, Luis Pinheiro Pais Leme; João Carlos Machado, que justificou uma indicação, também aprovada, a favor da anistia; Osvaldo Brauha, que se referiu ao sentimento democrático de sua atuação pessoal no Ministério das Relações Exteriores; Arnon de Melo, que propôs, e foi aprovado, se dirigissem telegramas de saudações aos srs. Armando de Sales Oliveira, recém-chegado a São Paulo, e Juscelino Kubitschek; Edmar Cavatto, que saudou o democrata de Rio

Grande do Sul; Rivaldo de Oliveira, pelos acadêmicos, o qual pediu, e foi aprovado, um voto de protesto contra o afastamento de suas cátedras dos professores Leônidas de Rezende, Custi Rabelo, Hermes Lima e Maurício de Medeiros; Raul Pilla que, em nome da assembleia, fez o elogio do Major-Buzadeira Ernando Gomes, cuja candidatura à presidência da República foi assim ratificada pelas delegações de todos os Estados.

O Presidente designou o sr. Pedro Kelly para os trabalhos de expediente do partido e os ulteriores, previstos nesta ata, de organização definitiva da mesma entidade, cumprindo-lhe convocar as reuniões da Comissão nomeada e as sessões que se seguirem; e encerrou a 1.^a reunião, às 22.30 horas.

Do que ocorreu laço a presente ata, que rubrico e que vai assinada pelo sr. Pedro Aleixo, presidente da sessão.

Pedro Aleixo

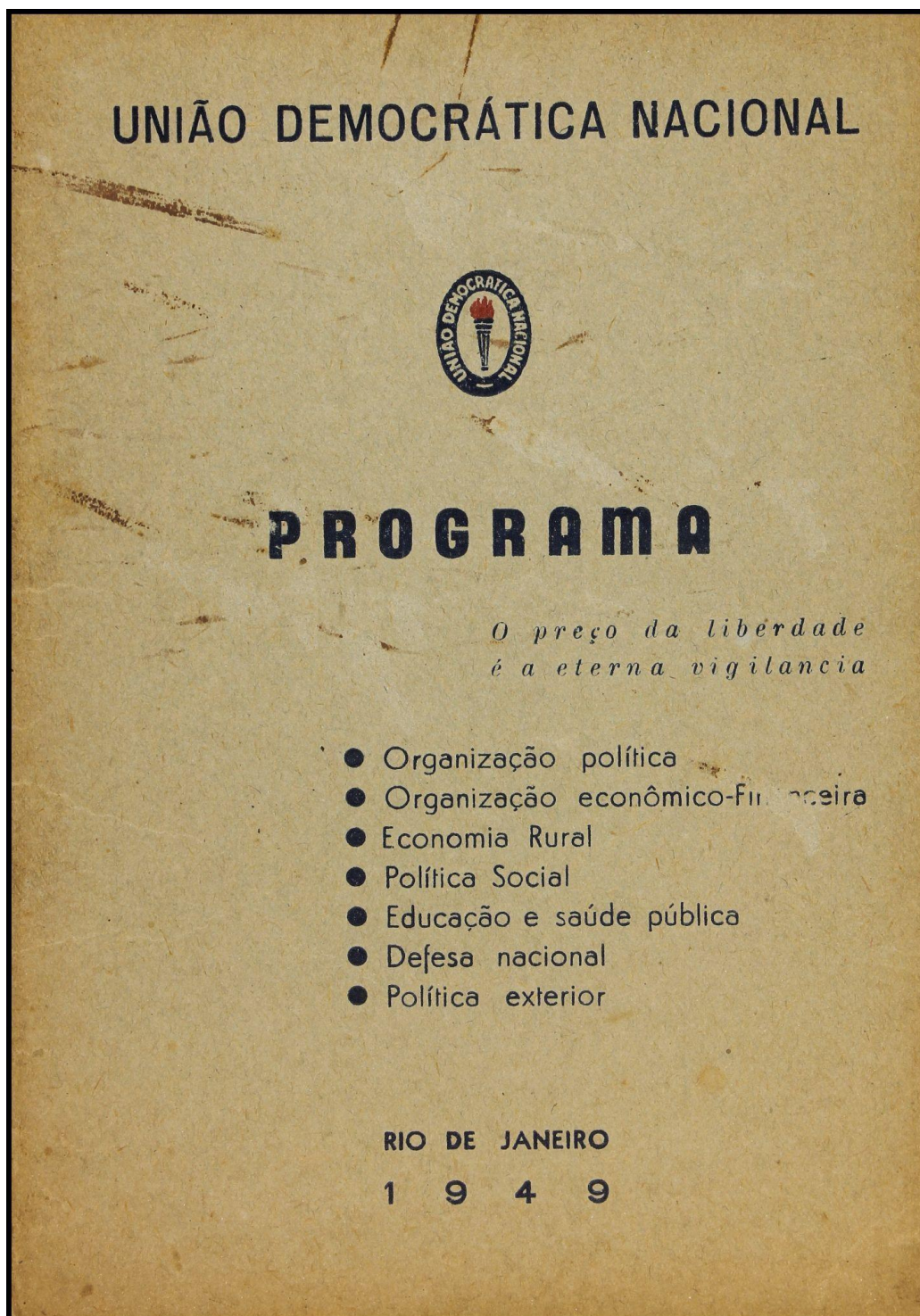
José Eduardo do Prado Kelly
 promotor Montenegro
 X Ezequiel de Souza Lima

ANEXO B - Programa do partido (1949)

Documento disponível no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

Título: UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL-UDN.

Notação Final: DL823.013



Luiz Otero

292-1242

232-4250

R. Senador Luis Bittencourt

43

22461-250

Organização Política	Pag. 5
Organização econômico-financeira	" 7
Economia Rural	" 11
Política Social	" 16
Educação e saúde pública	" 18
Defesa nacional	" 22
Política exterior	" 23

UNIAO DEMOCRATICA NACIONAL

PROGRAMA

COMISSÃO REDATORA:

José Américo de Almeida
José Augusto Bezerra de Medeiros
José Antônio Flores da Cunha
Aluísio de Carvalho Filho
Carlos de Lima Cavalcanti
Afonso Arinos de Melo Franco
Milton Soares Campos
Manuel do Nascimento Fernandes Távora
Rui Palmeira
Fausto Soares Alvim
Belmiro da Silva Medeiros
Gilberto Freyre

COMISSÃO RELATORA NA CONVENÇÃO:

João Pinto de Almeida
Marcos Carneiro de Mendonça
Cesário Coimbra
Maria Luisa Bittencourt
J. Rui Moreira
Luís Otero
Luís Viana

ORGANIZAÇÃO POLITICA

A União Democrática Nacional se baterá por:

- 1) — Ampla liberdade eleitoral, com tudo o que esta expressão abrange, para os cidadãos e os partidos.
- 2) — Responsabilidade penal para os governantes federais, estaduais ou municipais que atentarem contra a liberdade eleitoral, inclusive utilizando bens ou serviços públicos em benefício de partidos ou candidatos.
- 3) — Legislação que permita a apuração efetiva dessa responsabilidade de partidos ou candidatos.
- 4) — Lei constitucional que preveja a legislação referida no item anterior.
- 5) — Justiça eleitoral eficiente e autônoma.
- 6) — Obrigatoriedade legal, para os partidos, de comprovarem as fontes de receita e a aplicação das despesas depois de cada eleição, com possibilidades de investigação e controle por comissões parlamentares de inquérito.
- 7) — Obrigatoriedade de partidos nacionais, prevista na Constituição: pluralidade de partidos; lei orgânica de constituição e funcionamento dos partidos.
- 8) — Sufrágio, direto e secreto e representação proporcional. Substituição do processo majoritário de utilização das sobras por outro que aplique o princípio da proporcionalidade.
- 9) — Mandato de quatro anos sem reeleição no período imediato para o presidente e vice-presidente da República, e para os governadores dos Estados e prefeitos. Sucessão dos cargos de presidente, governador e prefeitos

— 6 —

nos casos de vaga dentro dos quadriênios, pelos substitutos legais sem eleição, qualquer que seja a época da vaga.

10) — Mandato de quatro anos para os deputados federais e estaduais e vereadores, sempre coincidente com o do presidente, governador ou prefeito. Provimento das vagas pelos suplentes.

11) — Mandato de oito anos para os senadores federais ou estaduais, com renovação parcial.

12) — Autonomia dos Estados, e, em iguais condições, do Distrito Federal; autonomia dos municípios, inclusive capitais, dos Estados e estâncias hidrominerais e climatéricas.

13) — Cooperação entre as três órbitas governamentais para a solução dos problemas de interesse geral, bem assim efetivação de consórcios municipais para execução de serviços de utilidade comum.

14) — Reestabelecimento das instituições jurídicas nacionais; restauração do princípio intransigente da legalidade, nas relações públicas e privadas.

No campo do direito público:

- a) elaboração da legislação subsidiária dos princípios contidos explicita ou implicitamente, na Constituição Federal;
- b) revisão de toda a legislação totalitária do chamado Estado Novo.

No campo do direito privado:

- a) revisão e refusão do Código Civil no sentido de ajustar os seus princípios à moderna concepção dos direitos reais e pessoais;

— 7 —

b) codificação do Direito Comercial e, enquanto se não fizer, elaboração da consolidação de suas leis;

c) saneamento amplo, em todos os setores jurídicos — substantivos e adjetivos — de textos e regras que direta ou indiretamente colidam com os princípios democráticos.

ORGANIZAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

1) — Política tarifária que vise não somente às necessidades financeiras do Estado e à exagerada prosperidade das firmas individuais ou coletivas beneficiárias, mas também ao progresso da economia nacional.

2) — Política firme de gradual industrialização, sem perder de vista os inconvenientes que um protecionismo mal orientado pode causar ao custo de vida do povo, assim como ao custo dos instrumentos de trabalho industrial e agrícola; industrialização bem orientada, que venha, inclusive, fomentar o desenvolvimento da agricultura, da pecuária e a elevação do nível de vida nos campos.

3) — Organização da exportação em base de boa técnica comercial, com a fiscalização do exato e pontual cumprimento dos compromissos e o constante melhoramento e racionalização dos tipos de mercadorias e embalagens de modo a possibilitar a concorrência vantajosa nos mercados exteriores.

4) — Orientação geral da política econômica, visando à elevação do nível de vida das populações, mediante a ampliação cada vez maior do mercado interno ao consumo dos produtos nacionais, agrícolas e industriais, de preferência à política predominantemente exportadora de matérias primas e produtos agrícolas de cultura extensiva, característica dos países de economia semi-colonial.

- 8 -

5) — Execução da política referida no item precedente, tendo principalmente em vista:

- a) a necessidade de uma industrialização de base, de preferência à de transformação e consumo;
- b) a realização de energéticos esforços no sentido da solução do problema dos combustíveis nacionais, principalmente o petróleo e o carvão;
- c) o aproveitamento da energia, estímulo à navegação de longo curso, costeira, fluvial e lacustre;
- d) a organização de um plano científico de grande sistema ferroviário e de navegação mercante no interior, propugnando pela criação de um departamento autônomo da Marinha Mercante;
- e) o fomento da produção de alimentos importados, sobretudo o trigo.
- f) o incentivo à cultura do feijão soja.

6) — Estabilização do valor da moeda, internamente por um perfeito controle das emissões de papel-moeda e externamente por meio de um fundo que corrija as oscilações cambiais;

— criação do Banco Central.

7) — Equilíbrio orçamentário, com redução das despesas públicas de pouca utilidade.

8) — Abolição dos impostos e formalidades que impeçam ou dificultem o artesanato;

— redução dos impostos que atinjam a mercadorias e gêneros de primeira necessidade.

9) — Repartição constitucional das rendas tributárias, de forma a facultar aos municípios maiores recursos.

10) — Distribuição dos maiores encargos fiscais para as classes economicamente mais fortes, conciliando as necessidades financeiras do Estado moderno com os imperativos da justiça social, e cuidando, ao mesmo tempo, por

- 9 -

que não se criem obstáculos ao desenvolvimento e à preservação da iniciativa privada no campo econômico, nem à produção, cujo decréscimo significa empobrecimento do país e dos seus habitantes.

11) — Abolição paulatina dos impostos indiretos, a serem substituídos pelo aumento do imposto de renda.

Como medidas imediatas:

a) isenção dos impostos indiretos para as mercadorias e gêneros de primeira necessidade e sua substituição pela incidência da tributação progressiva sobre todos os rendimentos, superiores a um certo nível, das pessoas físicas contribuintes do imposto de renda, inclusive os não distribuídos pela pessoa jurídica sem real necessidade da sua retenção;

b) inclusão na Constituição de artigo que permita aos Estados convencionarem com a União a substituição, em seus territórios, da arrecadação de impostos indiretos de sua competência por adicional ao imposto de renda, ou por nova incidência deste, sujeito o convênio à aprovação, por plebiscito, na unidade contratante.

12) — Plano de nacionalização e socialização dos serviços públicos e sociais que, por sua natureza, e a exemplo do que ocorre em outros países, devem ser dirigidos diretamente pelo Estado.

13) — Desenvolvimento da cooperação entre as entidades representativas da agricultura, indústria e comércio, articulando suas aspirações comuns com as dos organismos continentais e mundiais, do tipo do Conselho Inter-americano de Comércio e Produção e da Câmara Internacional de Comércio.

- 10 -

14) — Reconhecimento da função consultiva e orientadora das entidades associativas da produção, dando-lhes a oportunidade de serem ouvidas na fase de preparo das leis e decretos que, de qualquer modo, se relacionem com a agricultura, a indústria ou o comércio.

15) — Proceder a sondagens periódicas das necessidades e das aspirações dos diversos setores da produção, representados por seus elementos regionais, nos moldes do Primeiro Congresso Brasileiro de Economia, Primeiro Congresso Brasileiro de Indústria e Conferência das Classes Produtoras de Teresópolis, desenvolvendo assim o espírito de solidariedade com o reconhecimento da interdependência econômica desses setores.

16) — Criação de órgão ao qual incumbirá proceder periodicamente ao levantamento do montante e da distribuição da *renda nacional brasileira*, como base da política econômica e tributária.

17) — Franquear a exportação exclusivamente ao excedente de nosso consumo, suprimindo, entretanto, barreiras fiscais entre Estados e Municípios.

18) — Livre entrada no país, durante a atual fase de aparelhamento nacional, de locomotivas e material ferroviário e rodoviário; de máquinas operatrizes e industriais; aviões, automóveis e especialmente caminhões e tratores de qualquer espécie.

19) — Promover a entrega, pela União e os Estados a cada município, excluídos os das capitais, de pelo menos vinte por cento (20%) de suas arrecadações em cada um deles, sendo dez por cento (10%) das arrecadações da União e do Estado respectivo, destinados taxativamente, a obras públicas e melhoramentos nas sedes municipais; dez por cento (10%) da União e dos Estados deverão ser, outrossim, taxativamente empregados na zona rural dos res-

- 11 -

pectivos municípios, em defesa da saúde de seus habitantes nas mesmas zonas e em estradas de rodagem.

Para se completarem os vinte por cento (20%) das sobreditas arrecadações que deverão ser entregues aos municípios, a União e os Estados se utilizarão de uma quota parte dos excessos de suas próprias arrecadações de 1946 em diante, inclusive, tomando-se por base o ano fiscal de 1945, de forma a completar-se aquela contribuição, dentro do espaço de tempo máximo de cinco (5) anos.

Os impostos e as taxas que a Constituição venha, por ventura, transferir da União e dos Estados aos municípios, entrarão no cômputo geral dos mencionados vinte por cento (20%).

ECONOMIA RURAL

O incremento da produção agrícola e pecuária é de vital importância para a prosperidade do nosso país e para o bem estar dos brasileiros, quer dos campos, quer das cidades, pois a nossa economia ainda tem a sua base nos produtos da terra.

Para o desenvolvimento das nossas riquezas rurais é imperioso:

- a) que se valorize o homem do campo;
- b) que se organize o crédito agrícola;
- c) que se defenda a fertilidade da terra, e se promova o seu aproveitamento racional;
- d) que se providencie o transporte eficiente, e de custo razoável para a produção agrícola e pecuária;
- e) que se promova o fracionamento das propriedades, quando não sejam devidamente aproveitadas;

— 12 —

- f) que se dissipinem, por tôdas as zonas rurais, campos de cultura experimental;
- g) que se providenciem armazenamento, expurgo e conservação dos produtos agrícolas, nos centros rurais;
- h) que se fomenta a criação de hortas e pomares, em tôrno dos centros urbanos.

Para a valorização do homem do campo é indispensável:

- a) defesa de sua saúde, mediante combate à endemias, tais como a malária, o amarelão e outras verminoses, e às moléstias de caráter social, como sejam a sífilis, a tuberculose e a lepra;
- b) organização de assistência para o combate eficiente às moléstias agudas, quer clínicas, quer cirúrgicas, mediante a colaboração dos governos federal, estadual, municipal, e dos empregadores;
- c) que se lhe proporcione nível de vida decente, mediante reajustamento dos preços das diversas utilidades — necessárias ao homem do campo — e dos salários adequados às várias atividades empreendidas na zonal rural;
- d) alimentação sadia e barata;
- e) habitação com as necessárias condições de conforto e higiene;
- f) legislação de amparo social ao homem rural, a exemplo da que protege o trabalhador urbano, tendo em vista as necessidades do trabalho agrícola;
- g) educação sanitária e alimentar;
- h) organização de cooperativas de produção e consumo.

— 13 —

Para a organização do crédito agrícola é necessário:

- a) que os Bancos do Brasil e dos Estados reservem os necessários recursos para o crédito hipotecário pignoratício, indispensáveis ao custeio das lavouras e da pecuária;
- b) que esses créditos, ao invés de servirem a especulações, se limitem às exigências do custeio, do melhoramento das instalações e da aquisição de máquinas agrícolas, destinadas à mecanização das culturas;
- c) que as Carteiras Agrícolas do Banco do Brasil e dos Bancos dos Estados estabeleçam, para tais empréstimos, juros à taxa não superior de 6% e a prazo razoável;
- d) que ainda, para maior facilidade das operações referidas, se organizem cooperativas de crédito.

Para a defesa da fertilidade da terra e para o seu aproveitamento racional, é imperioso que se providencie:

- a) estabelecimento de escolas superiores de agricultura nas diversas zonas do país, a fim de se formarem técnicos que orientem os agricultores no aperfeiçoamento das várias culturas adaptáveis às respectivas regiões;
- b) criação de escolas práticas de agricultura, para que os trabalhadores da terra obtenham maior rendimento do seu esforço, mediante a aquisição de conhecimentos rudimentares de agricultura e desembaraço no manejo das máquinas agrícolas;
- c) mecanização generalizada das culturas da terra;
- d) defesa, tecnicamente orientada, contra a erosão:

— 14 —

é obrigatória a conservação de matas, naturais ou plantadas, em área razoável da extensão de cada propriedade agrícola, a fim de serem defendidas a fertilidade das terras, a estabilidade do clima e a regularidade das chuvas.

Para o transporte dos produtos agrícolas e pecuários, deverão ser adotadas as seguintes providências:

- a) extensão de trilhos por todos os recantos do país, onde haja produção apreciável, agrícola ou pastoril; ou onde se possa desenvolver, em condições econômicas, essa produção;
- b) abertura de estradas de rodagens nacionais, estaduais e municipais, que facilitem o transporte dos diversos produtos, até a estrada de ferro mais próxima;
- c) tarifas ferroviárias razoáveis, e de mesmo nível, para estradas de ferro em identidade de condições.

Para o aproveitamento das terras cultiváveis e não cultivadas deve o Estado:

- a) promover a extinção dos latifúndios desde a adoção do imposto progressivo sobre os mesmos, quando situados em tôrno das cidades e servidos por transportes, até a desapropriação, com indenização, visando ao desenvolvimento da pequena propriedade;
- b) promover a criação de campos de cultura experimental para o estudo do aperfeiçoamento das culturas peculiares a cada região, bem como para

— 15 —

o fornecimento de sementes selecionadas aos agricultores.

Para a conservação dos produtos agrícolas, é indispensável:

- que o Estado providencie a construção de armazéns providos de câmaras de expurgo e de congelamento, a fim de que possam ser os produtos entregues ao consumo em perfeito estado.

Para o fomento da criação de hortas e pomares em tôrno dos centros urbanos é necessário:

- que os poderes públicos adquiram apreciáveis áreas de terrenos, em tôrno dos diversos centros urbanos, as quais, loteadas, sejam entregues a horticultores e fruticultores, que encontrarão mercado consumidor próximo, com benefício não somente para esses pequenos agricultores, como para a alimentação dos moradores das cidades.

Postas em execução as providências de ordem geral, acima indicadas, e que interessam a tôdas as regiões brasileiras, seriam ainda necessárias outras medidas que viessem promover o bem estar e a prosperidade de determinadas zonas do país.

Assim, no Nordeste, seria indispensável prosseguir na política de construção de açudes, pequenos, médios e grandes, conforme o caso. Os açudes já construídos, conforme demonstra a experiência, restituíram a fertilidade a extensões de terras, onde a população sofria dos flagelos das secas. Nessa mesma região, existem vales que, para serem devidamente aproveitados, exigem indispensáveis serviços

— 16 —

de drenagem. Em outras, a desobstrução dos rios permitiria a utilização, para a agricultura, de grandes tratos de terra fértil.

O fomento das pequenas indústrias, correlatas da agricultura, e da pecuária, viria concorrer para a riqueza de inúmeros recantos do país.

Uma política imigratória, que encaminhasse, para as nossas zonas rurais, agricultores providos de outros países, e que fossem adaptáveis ao nosso meio e aos nossos hábitos, viria incrementar, de maneira notável, o desenvolvimento das lavouras. Medidas deveriam ser tomadas a fim de fixar esses imigrantes nas diversas regiões do país, e transformá-los em cidadãos brasileiros, através de naturalização.

POLÍTICA SOCIAL

Bater-se-á a U. D. N. pela:

1) — Manutenção e aperfeiçoamento da atual Legislação Social, assegurando-se aos trabalhadores urbanos e rurais:

1) — Direito de greve;
2) — liberdade e pluralidade sindical, até que se possa, por etapas, atingir a desejada unidade sindical;

3) — igualdade de oportunidades e salários, e equivalência de condições de trabalho, entre os trabalhadores de um e outro sexo;

4) — ampliação do atual regime dos Institutos de Aposentadorias e Pensões para a criação de um sistema de Seguros Sociais que cubra os riscos de vida, enfermidade, velhice, desemprego, maternidade e férias, garantindo-se:

— 17 —

a) aposentadoria integral em 30 (trinta) anos mínimos de serviço, devendo ser antecipado esse limite, nos casos de trabalho em indústrias insalubres e serviços noturnos;

b) férias graduadas de acordo com a antiguidade de serviço, e a carga da Previdência Social, nos casos dos trabalhadores em indústrias de trabalho descontinuo.

5) — Aplicação do Fundo de Assistência para elaborar a execução de um plano geral de:

a) construção de habitações operárias higiênicas e econômicas, cujo financiamento se processe de acordo com a capacidade aquisitiva dos operários;
b) criação e aparelhamento do ensino técnico profissional.

6) — Justiça Especial do Trabalho cercada das garantias da justiça comum.

II — Política municipal, visando a melhoria de condições de vida do povo, de maneira a proporcionar:

a) transportes rápidos e baratos;

b) fornecimento de gêneros de primeira necessidade em condições acessíveis às classes menos favorecidas;

c) planos de especificação de zonas agrárias e de criação, industriais e comerciais, de maneira a facilitar a vida dos habitantes de cidades e vilas e o entrelaçamento das populações urbanas e rurais;

d) fiscalização do trabalho, a cargo dos municípios, de maneira a assegurar a aplicação das leis so-

— 18 —

ciais a todos os trabalhadores do campo e das zonas industriais.

III) — Participação dos trabalhadores nos lucros das empresas, uma vez retirada a justa remuneração do capital, independentemente de salário, e sob a necessária fiscalização dos interessados.

IV) — Abolição de preconceitos raciais, a começar pelos serviços do Estado e das Classes Armadas, promovendo-se a difusão de conhecimentos de língua, história e tradições brasileiras, a fim de evitar a formação de quistos raciais.

V) — Proteção ao pequeno agricultor, criador, industrial e comerciante de artigos de primeira necessidade, pela redução de impostos e ampliação do crédito.

VI) — Proteção às artes populares, como incentivo à cultura regional e auxílio à indústria doméstica de rendas, redes, bordados, objetos de madeira, fôlhas, fibras, couro e barro.

EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA

1) — Promoverá a U. D. N. um movimento nacional permanente de estímulo junto aos setores de população econômica e intelectualmente melhor preparados, e de esclarecimento, junto àqueles que o forem menos, em favor da educação e da saúde do povo brasileiro.

2) — Lutará pela realização de um plano nacional de educação e saúde do povo, no qual se assentem as seguintes linhas gerais e providências concretas:

a) gratuidade do ensino público de todas as modalidades e em todos os graus, com a ampliação imediata da rede escolar e melhoria do nível de edu-

— 19 —

cação, atendendo, para isso, os governos federal estaduais e municipais a dados estatísticos e ao estudo das condições do meio; concomitantemente, pela isenção de impostos, taxas e supressão de exigências burocráticas que dificultem o ensino, estimular-se-á a iniciativa particular, especialmente, nas zonas suburbanas, na zona rural das cidades e nas regiões do interior ainda desprovidas de recursos;

b) revisão dos currículos e livros de ensino, de forma a tornar mais eficiente a aprendizagem, escoimá-los das reminiscências anti-democráticas do chamado Estado Novo, e orientá-los no sentido de uma verdadeira educação democrática, inclusive no atinente à democracia social e racial;

c) estabelecimentos de formação de professores em todo o país, atendendo-se especialmente às necessidades do ensino rural;

d) estabelecimentos de ensino aos adultos, nos campos e nas cidades, de forma a assegurar, em breve prazo, uma política de alfabetização obrigatória;

e) utilização do cinema e do rádio de propriedade particular em tarefas educacionais, sem onus para o Estado, e alargamento das funções do rádio e do cinema oficiais;

f) incremento do ensino rural e técnico-profissional, inclusive mediante a criação de colônias escolas, tendo-se em vista a formação de profissionais e trabalhadores especializados, de acordo com as condições regionais do país;

g) formação de um corpo de economistas que constituam gabinetes ou institutos de estudos e pesquisas, prestigiando o desenvolvimento de cursos

superiores de economia no país, e facultando aos mais aptos o aperfeiçoamento e a especialização em estágios nas universidades de outros países, por meio de bolsas concedidas pelo governo;

- h) supressão de todas as medidas porventura existentes que dificultem ou impeçam a vinda e a permanência de técnicos e professores estrangeiros, que possam servir ao desenvolvimento da nossa cultura;
- i) melhor remuneração aos professores primários, secundários, técnicos e superiores;
- j) assegurar a todos, através de bolsas de manutenção, o direito à educação secundária, técnico-profissional e superior, na medida da vocação e capacidade de cada qual, devendo a lei conferir tal direito a quantos obtenham classificação distinta nos cursos realizados a partir do primário;
- k) criação de centros de investigação científica e pedagógica e amparo aos já existentes;
- l) criação e amparo a bibliotecas, também nas zonas rurais;
- m) legislação tendente a compeli-à criação de serviços sanitários municipais em todo o país, compreendendo a medicina preventiva e a medicina curativa, a saber: I — quanto à medicina preventiva: centros de saúde, de puericultura e de proteção à gestante; centros de educação sanitária em geral, inclusive alimentar, centros de profilaxia das grandes endemias, sobretudo as que atingirem caráter local alarmante; II — quanto à medicina curativa: hospitais gerais para o tratamento das afecções internas e externas, com assistência cirúrgica e à maternidade; hospitais especializados,

segundo a maior incidência das grandes endemias e das doenças de caráter social (paludismo, verminose, amarelão, sífilis, tuberculose, lepra, câncer, tracoma, etc.);

- n) assegurar, até que se institua o regime do ensino público obrigatório gratuito, em todos os graus, e salvo melhor solução para o problema da assistência às populações do interior, 20% de vagas gratuitas nas escolas de Medicina, Farmácia, Odontologia, Enfermagem e Engenharia, oficiais ou subvencionadas pelo governo, a alunos pobres que, no ato da matrícula, assumam o compromisso, perante a Nação, de uma vez concluído o curso, servirem no interior do país, em tempo igual ao que empregarem estudando, assegurando-se-lhes, todavia, remuneração condigna e, nos quadros de serviço de Saúde Pública, contando-se tempo dobrado a favor de quem exerça funções, por mais de dois anos em zonas rurais;
- o) atendida a circunstância incontestável de que os nossos hospitais públicos não dão o rendimento quantitativo e qualitativo que deles deve ser exigido, promover uma legislação que institua eficiente fiscalização sobre o trabalho técnico desses hospitais; criar condições de diagnóstico e tratamento que permitam aumentar o índice de frequência anual por leito; reformar as condições atuais do trabalho técnico, elevando o padrão da Assistência Médica, de Enfermagem e Social;
- p) estabelecimento de um verdadeiro serviço social de investigação médica, que corrija o abuso frequente de ocupação de espaço, nos hospitais públicos, por doentes em condições econômicas de se

tratarem em clínicas privadas;

- q) desenvolvimento do Serviço de Assistência Social no Brasil, amparando as Escolas de Serviço Social e, como consequência, promovendo sua oficialização pelos Poderes Públicos, assegurando-se-lhes ainda meios de promover grandes inquéritos nacionais, através de Assistentes Técnicos, e para levantamento estatístico das condições e das causas de problemas fundamentais do país, representados por males como mortalidade infantil, malária, parasitoses, sífilis, tuberculose, cardiopatias, câncer e tracoma, estendendo-se tais inquéritos ao estudo de outros problemas conexos, como o desamparo da mulher grávida e da parturiente, o abandono e desajuste da infância nas grandes cidades, a redução dos índices de sobrevida e a desnutrição acarretada pelo pauperismo;
- r) colônias de férias para menores e adultos.

3) — Pleiteará medidas concretas para o saneamento dos rios, visando a defesa das condições de saúde e subsistência das populações ribeirinhas, assim como a fixação de normas gerais para o estabelecimento de planos de conjunto tendentes ao saneamento progressivo, à urbanização sistemática, ao crescimento metódico e ao abastecimento alimentar das aglomerações urbanas, especialmente nas povoações, vilas e cidades do interior.

DEFESA NACIONAL

1) — Política de defesa nacional que atenda às condições especiais do Brasil, e busque influir na melhoria dos transportes e desenvolvimento da indústria, com participação nos planos nacionais de criação de indústrias básicas.

2) — Unidade de direção, por meio de órgão coletivo, no emprego das forças armadas.

3) — Aperfeiçoamento das condições de instrução, mobilização e enquadramento do pessoal.

4) — Aumento de número de aspirantes a oficiais da reserva.

5) — Intensificação do preparo de oficiais da reserva.

6) — Criação de centros de instrução militar e campos de treinamento em zonas rurais.

7) — Maior colaboração das forças armadas na solução dos problemas relativos à alfabetização e à saúde pública.

8) — Adoção de um plano que permita aos conscritos retornarem à vida civil com maior capacidade, inclusive pela adoção de ensino técnico profissional nos quartéis.

POLÍTICA EXTERIOR

1) — Trabalhar por uma política exterior que assegure a continuidade das tradições brasileiras de igualdade e colaboração entre as nações.

2) — Defender, sem prejuízo das relações com todos os povos, o desenvolvimento dos ideais pan-americanos.

3) — Pleitear a incorporação ao nosso Direito Público dos princípios de Direito Internacional, consubstanciados em tratados e convenções vigentes, acordes com as tradições brasileiras, inclusive pela adoção constitucional de medidas que assegurem a execução de tais princípios.

4) — Basear nossa política externa na solução pacífica das divergências internacionais e com repúdio às guerras de conquista.

5) — Contribuir para o constante aperfeiçoamento da política de boa vizinhança.

III Convenção Nacional da D.N.

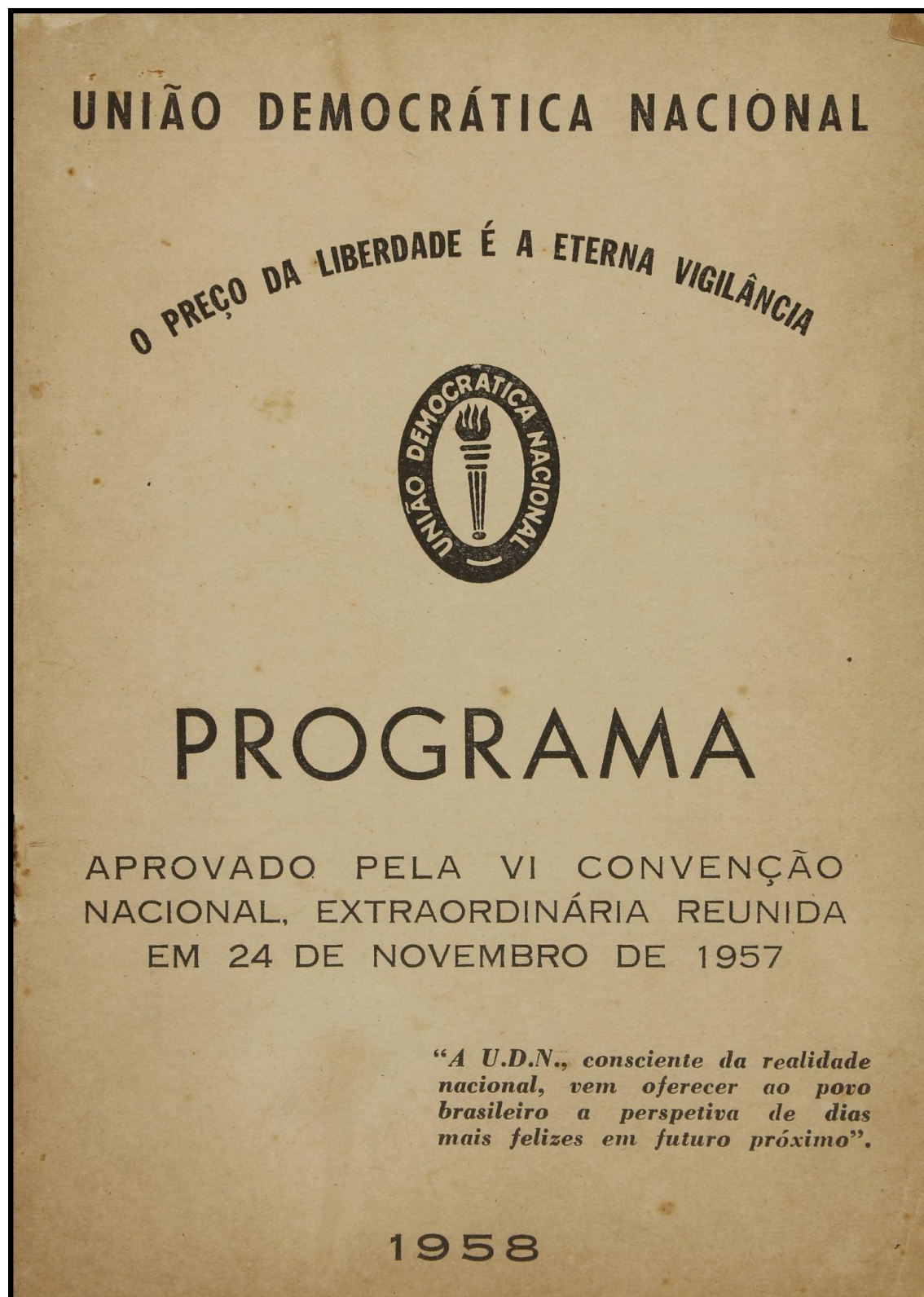
Aprovado em 11/08/1948
Alfonso Balduino, Amador de Mello
João de Castro de Castro.
Lima de Comandante, p. 53

ANEXO C - Programa do partido (1958)

Documento disponível no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

Título: UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL-UDN.

Notação Final: DL823.013



A U. D. N.,

***consciente da realidade nacional,
vem oferecer ao povo brasileiro
a perspectiva de dias mais felizes
em futuro próximo.***

PROGRAMA

**APROVADO PELA VI CONVENÇÃO
NACIONAL EXTRAORDINÁRIA REUNIDA
EM 24 DE NOVENBRO DE 1937**

1937

PREÂMBULO

O principal dever de um partido na oposição é o de evidenciar perante o povo, permanentemente, o contraste entre o que faz o governo e o que fará o partido, quando for Governo.

O programa da U.D.N. é, portanto, essencialmente, a formulação de seu plano de governo.

Um programa partidário não deve restringir-se à reafirmação de teses incontestadas, nem pode alongar-se na enumeração de providências de aplicação imediata e interesse momentâneo. Há de consistir numa lista de opções fundamentais, decorrentes de posições doutrinárias claramente enunciadas.

Cada capítulo deste programa apresenta-se, assim, sob a forma de uma tomada de posição doutrinária, que serve de fundamento à indicação de determinadas medidas de caráter primordial e permanente.

I - ORGANIZAÇÃO POLÍTICA

A estruturação política não se substitui nem se sobrepõe à pessoa humana, objetivo e fator supremo da vida social.

A base da organização política nacional é o município, e sua expressão regional é o Estado. A U.D.N. vai assegurar o funcionamento do sistema federativo, gravemente debilitado pelos erros e exorbitâncias do centralismo ditatorial. O Poder Central é órgão de coordenação e não de domínio. Na diferenciação federativa está a garantia da unidade na diversidade - princípio histórico e dinâmico da coesão nacional. A U.D.N. descentralizará as tarefas executivas de Governo e conferirá o máximo de iniciativa às unidades da Federação, com a dotação dos respectivos recursos.

Os três poderes do Estado, conquanto independentes, integram-se na responsabilidade indivisível pela promoção do bem comum. A especialização de funções não autoriza a inércia de um, ante a falência dos demais.

Em harmonia com esses princípios, a U.D.N. promoverá, entre outras, as seguintes medidas:

1 - Instituição do governo de gabinete (parlamentarismo), nos termos da moção aprovada pela Convenção.

2 - Lei Orgânica dos Partidos Políticos, visando a facilitar a confluência da opinião pública em grandes partidos, garantida em cada qual a representação das respectivas minorias.

3 - A adoção da cédula oficial para todas as eleições, processadas sempre de forma que assegure a representação proporcional.

4 - Combate à fraude, à corrupção e à influência do poder econômico na política.

5 - Livre acesso da Oposição a todos os instrumentos e veículos de informação e propaganda.

6 - Encorajamento do municipalismo em todas as esferas, notadamente na competência tributária e na ação administrativa.

7 - Desenvolvimento dos Territórios, introduzindo-se neles, progressivamente, a autonomia local, a par do mais severo controle da aplicação dos fundos.

8 - Emprego crescente das Comissões Parlamentares, cujas atribuições devem ser reforçadas, para aliviar e ativar os trabalhos do plenário.

II - ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

A U.D.N. sustenta que há uma revolução democrática em andamento no mundo, com a superação do capitalismo liberal, do comunismo marxista e do socialismo reformista.

5

A U.D.N. não se escraviza ao dilema "estatismo - iniciativa privada". Ante a evidente transformação por que passam presentemente tais conceitos, a U.D.N. adota uma posição programática, que consiste em escolher, objetivamente, em face de cada situação de fato, a solução que melhor atenda às exigências do bem comum.

A U.D.N. reconhece prioridade aos planos de desenvolvimento econômico. Mas considera a moralidade pública condição inseparável de qualquer programa de governo.

O desenvolvimento econômico, no conceito udenista, é processo de mobilização dos recursos necessários à mais rápida exploração e democratização da riqueza. Não pode, assim, servir de pretexto para o enriquecimento ilícito de alguns à custa do esforço de todos.

Em consonância com esses princípios, a U.D.N. promoverá, entre outras, as seguintes medidas:

1 - Utilização produtiva e racional dos recursos humanos e materiais do Estado, a fim de assegurar o pleno emprego, favorecer o desenvolvimento econômico e aumentar a renda nacional.

2 - Planejamento da economia de base, no qual se define a área de atuação direta do Estado e aquela em que este funciona como estimulador e articulador da atividade privada.

3 - Adoção de providências que possam contribuir, por meio de uma redistribuição social e economicamente justa da renda nacional, para a elevação do nível de vida e, ao mesmo tempo, para maior produtividade da economia do país.

4 - Manutenção da Petrobrás, que deve ser preservada das interferências políticas e governamentais. (O monopólio estatal do petróleo é obra da U.D.N., que o introduziu no projeto da Petrobrás).

5 - Legislação complementar do artigo 148 da Constituição (abuso do poder econômico).

6 - Preservação da propriedade nacional dos materiais radioativos e minerais atômicos.

7 - Promoção de uma política de energia nuclear mais adequada ao interesse e à segurança nacionais.

8 - Estimulo ao capital estrangeiro, condicionado a um plano de prioridade ditado pela conveniência do desenvolvimento econômico nacional.

9 - Alívio gradativo dos sistemas de controle estatal que impeçam o desenvolvimento harmônico das forças de produção.

10 - Política alfandegária e cambial que:

- a) facilite o desenvolvimento econômico nacional;
- b) seja compatível com o balanço de pagamentos;

c) tenha em vista o alto nível de consumo interno;

d) não locuplete imerecidamente grupos de produtores beneficiados pela tarifa.

11 - Criação do Banco de Emissão e Redescoto e autonomia do Banco do Brasil em relação ao Estado.

12 - Criação do Banco Rural.

13 - Controle das emissões através de órgão rigorosamente técnico (Banco Central de Emissão e Redescoto), a fim de conter nos limites das conveniências da produção nacional, impedindo-se, através da legislação, venham a ser instrumento para cobertura de dissipações governamentais.

14 - Conceituação do orçamento como plano de governo, pela articulação de alvos do Congresso e do Executivo. As propostas orçamentárias deverão ser racionalizadas por órgão estranho aos interesses das repartições, órgão que tenha a seu cargo avaliar as necessidades reais de todos os departamentos e autarquias, a fim de restringir as despesas supérfluas e liberar verbas para empreendimentos que visem ao progresso econômico e ao bem-estar da população. Restrição dos créditos extraorçamentários e eliminação dos estornos de verbas e despesas sem autorização ou acima do limite desta.

15 - Nenhuma importância cobrada pelo Estado ao particular poderá deixar de constar do orçamento.

16 - Contabilidade nacional, como base do orçamento econômico, da política de equilíbrio conjuntural e dos programas de planificação e desenvolvimento.

17 - Preferência pelos impostos diretos de incidência progressiva.

18 - Revisão automática do limite de isenção do imposto de renda, de tal maneira que a resguarde da taxação o salário real, necessariamente ajustado aos aumentos no padrão de vida.

19 - Exame dos sinais exteriores de riqueza, como critério válido para incidência do imposto de renda.

20 - Tratamento fiscal benigno para as pequenas indústrias e a pequena propriedade rural, em especial a pequena lavoura.

21 - Coordenação dos serviços de arrecadação, no interior, de tributos da União e dos Estados e Municípios.

22 - Reconhecimento da propaganda e do seguro como instrumentos do progresso econômico; nacionalização do seguro, na medida do possível, para poupar divisas aos países.

23 - Coordenação dos serviços de fomento agrícola atualmente prestados pela União e pelos Estados. Presença do Ministério da Agricultura no Município, mediante convênios, assinados com associações rurais locais, organizadas com inteira independência do Ministério.

7

III - ORGANIZAÇÃO SOCIAL

A U.D.N. nasceu e vive da concepção de "uma sociedade na qual os ricos sejam menos poderosos e os pobres menos sofredores".

A U.D.N. não é um partido de classe. Luta pelo bem estar de todo o povo e pelo direito dos fracos. Em defesa do povo como um todo, não é um partido "populista", é um partido popular.

A U.D.N. adota a concepção cristã do trabalho e defende o direito que têm os trabalhadores de progredir socialmente e ter efetiva participação na liderança da comunidade.

A U.D.N. sustenta a necessidade de preservar as classes médias, com sua insubstituível função estabilizadora, e lutará para que haja no país o maior número possível de proprietários, donos de sua terra, de sua casa, de um patrimônio para a família. Qualquer política que, sob pretexto de servir à coletividade, atente contra a propriedade legítima, especialmente a pequena propriedade, é política anti-humana e, portanto, anti-social.

Na aplicação desses princípios, a U.D.N. adotará, entre outras, as seguintes medidas:

1 - Luta contra o parasitismo em todas as classes: o especulador, o sinecurista, "o pelego".

2 - Reajustamento periódico dos salários ao custo de vida (escala móvel de salários). Com isto se assegura a capacidade aquisitiva necessária à consolidação de um mercado interno capaz de absorver e fomentar a produção agrícola e industrial.

3 - Fortalecimento dos grupos intermediários entre o indivíduo e o Estado, nomeadamente:

- a) a família, cuja estabilidade moral, jurídica e econômica deve ser defendida;
- b) as igrejas e comunidades religiosas, cuja liberdade será assegurada;
- c) os sindicatos, mantidos autônomos e livres perante o poder público, o paternalismo patronal - direto ou indireto - e a ingerência político-partidária;
- d) as cooperativas, cuja propaganda e difusão deverão estender-se às zonas rurais;
- e) toda a sorte de associações de fins lícitos, sobretudo as que visem à educação, à defesa dos interesses coletivos e ascensão do homem à plenitude de seus direitos e responsabilidades.

4 - Integração do trabalhador do campo na política social, para garantir mão-de-obra na lavoura, desafogar as cidades, evitar o êxodo rural e incorporar as classes agrícolas ao mercado consumidor. Humanizar as condições de vida e de trabalho na roça,

8

como recurso eficaz para evitar-se o agravamento do problema das favelas.

5 - Participação dos trabalhadores nos lucros das empresas (preceito incluído por proposta da U.D.N. na Constituição de 1946).

6 - Atuação do Ministério do Trabalho para a superação da luta de classes por meio de uma política de associação de interesses do capital e do trabalho, em vez de uma política de ressentimentos e atritos. Criação de órgãos da Justiça do Trabalho nos grandes centros operários.

7 - Instituição do Crédito Profissional para compra de instrumentos essenciais ao trabalho pelos profissionais autônomos e aquisição de casa própria.

8 - Desproletarização do trabalhador pelo seu aprimoramento profissional e intelectual.

9 - Medidas tendentes ao aumento de produtividade e aproveitamento do lazer. Encorajamento da melhoria dos processos de produção, na indústria e na agricultura, a fim de elevar a produtividade, permitindo a majoração de salários, sem acréscimo de preços e até com a sua redução.

10 - Criação do Ministério da Previdência Social.

11 - Reforma do atual sistema de previdência social, visando:

- a) a sua desvinculação de interesses políticos;
- b) a um plano de benefícios que cubra os riscos de vida, enfermidade, velhice, desemprego, maternidade e reclusão;
- c) a participação dos contribuintes - empregadores e empregados - na gestão das instituições em condições que permitam efetiva administração de seus bens e serviços;
- d) a incorporação à previdência social das classes ainda não abrangidas, principalmente trabalhadores rurais, domésticos e profissões liberais;
- e) a inclusão, no Orçamento Federal, do plano de custeio anual da Previdência Social, em condições que garantam a necessária flexibilidade de movimentação, mas assegurada a fiscalização constitucional pelo Congresso;
- f) a reforma total dos serviços de assistência médica, articulando-se, inclusive, com os demais serviços públicos das esferas federais, estaduais, municipais e entidades privadas, com o objetivo de impedir o paralelismo de obras e a dispersão de recursos;
- g) a organização de planos de aplicação de reservas, em moldes bancários, incumbindo-se as instituições de

9

previdência exclusivamente das aplicações de caráter social;

- h) a descentralização executiva dos serviços de benefícios e assistência médica;
- j) a permissão, quando possível, para que o assistido possa utilizar os serviços do médico de sua preferência, mediante condições e tabelas previamente acordadas.

12 - Reforma dos métodos e processos de tratamento dos problemas de família, aparelhando-se a justiça e os órgãos policiais com setores de assistência médico-social, destinados a promover a prevenção e cuidar dos desajustes nas suas múltiplas modalidades.

IV - A REVOLUÇÃO PELA EDUCAÇÃO

A U.D.N. promoverá a revolução pela educação, preparando intensamente duas ou três gerações para o advento da automação industrial, da mecanização agrícola e de suas consequências culturais.

Para tanto, deverão ser concentrados recursos na solução do problema mais urgente do Brasil: tornar suficiente e eficiente a Educação Primária.

A educação primária suficiente e eficiente libertará o Brasil, ao mesmo tempo, da miséria econômica e da tutela demagógica.

A educação primária tem que ser realmente obrigatória e gratuita. Consequentemente, há de ser efetivamente assegurada a todos. A eficiência será atingida pela adequação da educação primária ao meio em que é prestada e aos fins a que se destina.

A alfabetização de adultos será igualmente adequada à formação profissional, tendo em vista a absorção do alfabetizado no mercado do trabalho. Atualmente é impressionante o número de alfabetizados que voltam ao analfabetismo e de "letrados" que se tornam desajustados.

Os alunos bem dotados intelectualmente devem ser apoiados pelo Estado.

O ensino secundário se caracterizará como ensino de formação, sendo o primário de informação. Sem prejuízo do aspecto vocacional, visando a melhor preparação do brasileiro para o surto da livre iniciativa e o progresso da técnica, não deve o ensino secundário perder o seu caráter humanístico, dado que o valor essencial da Educação é a formação do Homem.

O ensino superior deve libertar-se do sentido meramente decorativo ou estritamente profissional para acentuar a preparação de líderes da comunidade e de pesquisadores e verdadeiros especialistas.

10

A U.D.N. instituirá a descentralização e a flexibilidade do ensino, inclusive de programas, respeitada uma diretriz básica, emanada de órgão colegiado - o Conselho Nacional de Educação.

O Estado é leigo mas não indiferente à formação moral dos cidadãos. Por isso, facilitará o ensino religioso e entrará a Escola com a Família.

Na aplicação de tais princípios, serão adotadas, entre outras, as seguintes medidas:

1 - Convocação anual para o ensino primário, de acordo com o ano de nascimento.

2 - Financiamento do programa de generalização da educação primária mediante o lançamento de empréstimo público (Bonus de Educação).

3 - Envio de missões de professores ao interior.

4 - Transformação da Escola no mais importante Centro da comunidade.

5 - Concessão de bolsas de estudos de nível secundário para os que se demonstrarem capazes e não dispuserem de recursos.

6 - Utilização da orientação e seleção profissional.

7 - Intensificação dos cursos de aperfeiçoamento, no país e no exterior, para estudantes e professores excepcionalmente capazes. Contrato de professores estrangeiros, sempre que conveniente e necessário.

8 - Estimulo à criação de institutos de pesquisas científica e tecnológica e de cultura desinteressada.

9 - Formação de escolas de especialistas nos quadros das Universidades.

10 - Dilatação do campo de ação das Universidades, mediante a instalação de unidades de ensino e pesquisa fora das respectivas sedes.

11 - Disseminação de escolas domésticas e artesanais.

12 - Assistência, em bases educativas, à infância desajustada e ao menor delinqüente.

V - SAÚDE PÚBLICA

Conforme a doutrina política adotada pela U.D.N., fundamentada na dignidade da pessoa humana, os problemas concernentes à saúde do povo merecerão especial cuidado. Uma campanha de esclarecimento popular no que toca à alimentação será feita, aliada aos programas de redução do custo de vida. A gestante e a criança serão especialmente atendidas, mediante a instituição de serviços de higiene pré-natal, rede de maternidades, postos de puericultura e chreches. Será intensificada a luta contra as grandes endemias e a campanha contra a tuberculose, a lepra, a doença de Chagas, etc.

11

A U.D.N. incentivará a criação, em todo o país, de escolas de enfermagem do grau médio e do grau superior, bem como promoverá o incremento do Serviço Social, com base nos princípios cristãos, através de cursos e estabelecimentos de ensino destinados à formação de assistentes e auxiliares sociais.

Promoverá também um plano de saúde pública que coordene a União, o Estado, o Município e as entidades privadas, de tal modo que não haja dispersão de recursos na assistência ao homem brasileiro. Neste planejamento estará sempre presente a importante contribuição das organizações religiosas, confrarias e Santas Casas, que atuam há tantos séculos em favor da saúde pública no Brasil.

A U.D.N. incentivará finalmente a prática da Eugenia, através de serviços que a tornem acessível a todas as classes sociais.

VI - REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

A U.D.N. defende o sistema do mérito no serviço público. Combaterá, portanto, o empreguismo e o "pistolão".

A U.D.N. pretende restabelecer o contribuinte como centro de interesse e destinatário do serviço público. Reprimirá, assim, a tendência à execução direta, que hipertrofia a máquina administrativa, dilata o campo do empreguismo e distancia a administração do contribuinte.

A U.D.N. é pela descentralização executiva. Promoverá, por consequência, a criteriosa delegação das funções executivas e da autoridade necessária ao seu desempenho. Com isto as decisões administrativas poderão ser tomadas por quem esteja habilitado a formar juízo objetivo sobre os fatos e a assumir responsabilidade pelas decisões.

A U.D.N. é pela dignificação e profissionalização efetiva do servidor público. Sendo assim, combaterá a sinecura e o "bico". Assegurará ao funcionário público as condições indispensáveis à satisfação de suas legítimas aspirações, justa remuneração e progresso na carreira.

Para a execução desses pontos, a U.D.N. tomará, entre outras, as seguintes providências:

1 - Redução ao mínimo dos cargos de "livre confiança". Fixação de requisitos mínimos, objetivamente aferíveis, para o provimento de funções de chefia e assessoramento superior. Aumento progressivo de exigência de concurso público de provas.

2 - Independência e neutralidade política dos quadros permanentes da administração pública.

3 - Generalização progressiva do regime de tempo integral, ressalvadas as exceções de conveniência do próprio serviço público.

12

desburocratizar

4 - Justiça salarial. Tratamento harmônico do problema de remuneração, condenado à adoção de medidas isoladas.

5 - Redução gradual da área de execução direta e, consequentemente, da máquina administrativa. Salvo nos casos de evidente contra-indicação, preferir-se-á o contrato ou outros meios de execução delegada, desde que viáveis e eficientes. Desonerando-se a administração da operação direta de muitas tarefas executivas, poderá ela melhor exercer os encargos de orientação e fiscalização e dedicar mais atenção aos interesses do contribuinte.

6 - Reforma da estrutura administrativa federal, com vista à descentralização executiva e à especialização de funções.

7 - Máxima descentralização das posições que envolvam responsabilidade pela formulação da política de governo a cargo do Poder Executivo.

8 - Supervisão e controle efetivo das autarquias, entidades paraestatais e sociedades de economia mista, mediante a definição, em cada caso, do Ministério responsável pela supervisão, resguardadas, em qualquer hipótese, a descentralização executiva e a flexibilidade de organização.

9 - Estabelecimento de uma Jurisdição contenciosa especial e autônoma para o julgamento dos dissídios entre o Estado e seus servidores. O interesse público e o do próprio funcionário estarão melhor resguardados se confiados a julgadores obrigatoriamente familiarizados com as técnicas da administração pública e especializados em direito administrativo.

10 - Incorporação dos cartórios ao serviço regular do Estado. Revogação da faculdade de doar cartórios, até agora utilizada na República.

11 - Ampla publicidade dos atos da administração, possibilitando-se aos interessados e ao público em geral, conhecê-los, fiscalizá-los e contra eles reclamar.

12 - Punição exemplar dos crimes contra a administração.

VII - DEFESA NACIONAL

A U.D.N. atualizará a organização das Forças Armadas, tendo em vista o progresso tecnológico, como o vem fazendo as grandes potências.

As despesas militares devem concentra-se na adaptação das Forças Armadas às novas circunstâncias criadas pela introdução de armas que modificam as condições da guerra moderna.

A tendência é pela manutenção de reduzido número de Unidades, altamente instruídas e aparelhadas, e de quadros de elevado nível

13

técnico, de preferência à manutenção onerosa de grande número de organizações ineficientes, destituídas de flexibilidade, desprovidas de material adequado e depositárias de armamento obsoleto.

Estabelecidos os quadros permanentes de comando e treinamento, tratar-se-á de generalizar a preparação militar básica para a Defesa Nacional, que abrange todos os cidadãos.

O Conselho de Segurança Nacional deve ser transformado em órgão permanente de planejamento e de consulta, no quadro da organização nacional.

VIII - POLÍTICA EXTERIOR

O Brasil afirma a sua presença de nação autônoma com uma vocação de paz, contrária às manifestações de domínio, de qualquer natureza, de uma nação sobre outra.

Sustenta a necessidade de prestigiar organizações mundiais e regionais que possibilitem a solução pacífica dos conflitos.

Defende uma política de oportunidades iguais para as nações e a promoção da paz pelo intercâmbio de idéias, pessoas e produtos.

Não ignora os perigos que atormentam o mundo atual. Baseia, por isto, a sua conduta internacional numa política de alianças para manutenção da paz mundial e da própria soberania nacional.

Reconhece a inanidade do neutralismo sistemático e a inconveniência do isolamento de uma nação que, renunciando às suas alianças, nem por isto estaria livre de pressões e de agressões. Há quatro séculos formada, politicamente autônoma há mais de cem anos, alçada hoje à condição de maior nação latina e ibero-americana, o Brasil tem uma crescente responsabilidade entre as nações decisivas do mundo. Falta-lhe ainda desenvolver sua riqueza de modo a dar músculos à grandeza territorial e ao crescimento demográfico; falta-lhe também homogeneizar o desenvolvimento profundamente desigual da riqueza no seu vasto território. Mas já não pode o Brasil situar-se no rol dos países que ainda não realizaram as suas aspirações mínimas de independência política e até mesmo de simples integração demográfica e econômica. O Brasil é nitidamente uma nação ocidental, com tudo o que isto significa.

Parte da comunidade das nações formadas sob a inspiração de uma filosofia cristã de vida e de uma concepção democrática da sociedade, o Brasil participa da mesma concepção ética que, respeitadas as vicissitudes ocasionais e as peculiaridades históricas de cada qual, tem como traço distintivo o respeito à pessoa humana.

O seu atraso material em relação a algumas nações ocidentais não se desfaz pelo ressentimento e sim pela emulação, através de uma política de cooperação e de afirmação de seus objetivos nacionais.

14

Os fundamentos inseparáveis da política exterior do Brasil, são, portanto: afirmação de soberania e cooperação internacional.

O Brasil não será, nos planos da U.D.N., "yes man" dos Estados Unidos nem "satélite" da Rússia. Será um aliado cordial e independente dos Estados Unidos, um colaborador fraterno e constante de todos os países americanos, uma parte atuante da comunidade luso-brasileira e um membro atento da civilização cristã e da Cultura latina.

Estas as diretrizes da política exterior do Brasil, que tem na política imigratória um dos seus principais objetivos práticos. A U.D.N. considera essencial a participação do Parlamento na formulação da política exterior.

IX - REORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

A U.D.N. realizará a reforma da justiça, pela descentralização, racionalização e dinamização dos serviços judiciários e conferirá à magistratura a autoridade e responsabilidade indispensáveis à retomada, pelo Juiz, de sua proeminente posição na sociedade. Não se satisfará com a boa organização judiciária federal em contraste com as deficiências das organizações judiciárias estaduais, nem se conformará com a atual disparidade entre o tratamento dos magistrados na União e nos Estados, estes últimos reduzidos a condições precárias em muitas das unidades federativas.

A justiça deve ser descentralizada, para atender aos imperativos da Federação, e especializada, para corresponder às crescentes exigências de sua complexa missão. Mas nem por isso deixará de ser a justiça brasileira uma e homogênea, merecedora do mesmo tratamento adequado à sua dignidade e às suas responsabilidades em todas as regiões do país.

X - PREPARAÇÃO PARA A ERA ATÔMICA

O Brasil não está "subdesenvolvido". Está atrasado. E o privilégio das nações atrasadas é poder abreviar extraordinariamente as etapas do desenvolvimento, porque podem usar, desbarbaçadamente, os instrumentos mais atualizados, postos à sua disposição pelo progresso tecnológico universal. Numa palavra: a compensação das nações atrasadas na sua marcha é que elas, com mais facilidade dão saltos.

O desenvolvimento tão decantado do atual Governo consiste em percorrer, à custa de empréstimos e créditos inflacionários, o mesmo caminho de nações que, no tempo em que estavam atrasadas, usaram, pela imigração e pela técnica, os instrumentos e meios

15

revolucionários da época, para darem êsse grande salto. A política de desenvolvimento da U.D.N. fundada numa base moral e numa concepção audaciosa da revolução tecnológica e da transformação democrática do Brasil, tem por objetivo próximo a preparação do país para a era atômica.

Dadas as suas possibilidades e responsabilidades de maior nação latina da terra, de crescente população e imenso território, o Brasil reclama com urgência um governo verdadeiramente progressista que prepare o país para a vanguarda na era da energia atômica, da aplicação de processos revolucionários na produção agrícola e da automatização industrial com plena garantia dos interesses do Homem.

O progresso tecnológico exige preparação educacional, científica, de sumária e de alta especialização social, cultural, administrativa, econômica, financeira, inclusive psicológica, para recebê-lo e incorporá-lo. Esta será a grande tarefa do primeiro governo nacional da U.D.N.

XI - ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO

A U.D.N. promoverá a elaboração de uma Lei Orgânica dos Partidos Políticos.

A U.D.N. é regida pelos seus estatutos e regimento interno, como partido que não tem donos, aberto a tôdas as tendências do pensamento democrático, desde que aceitos a sua filosofia de Governo e os pontos básicos do seu programa.

A U.D.N. admite a reforma dêsses pontos mediante debate e deliberação regular, dentro do partido.

A U.D.N. adotara sempre programas de ação, sob a forma de plataformas eleitorais para os seus candidatos a postos eletivos. Os candidatos se comprometerão a executar o programa do Partido.

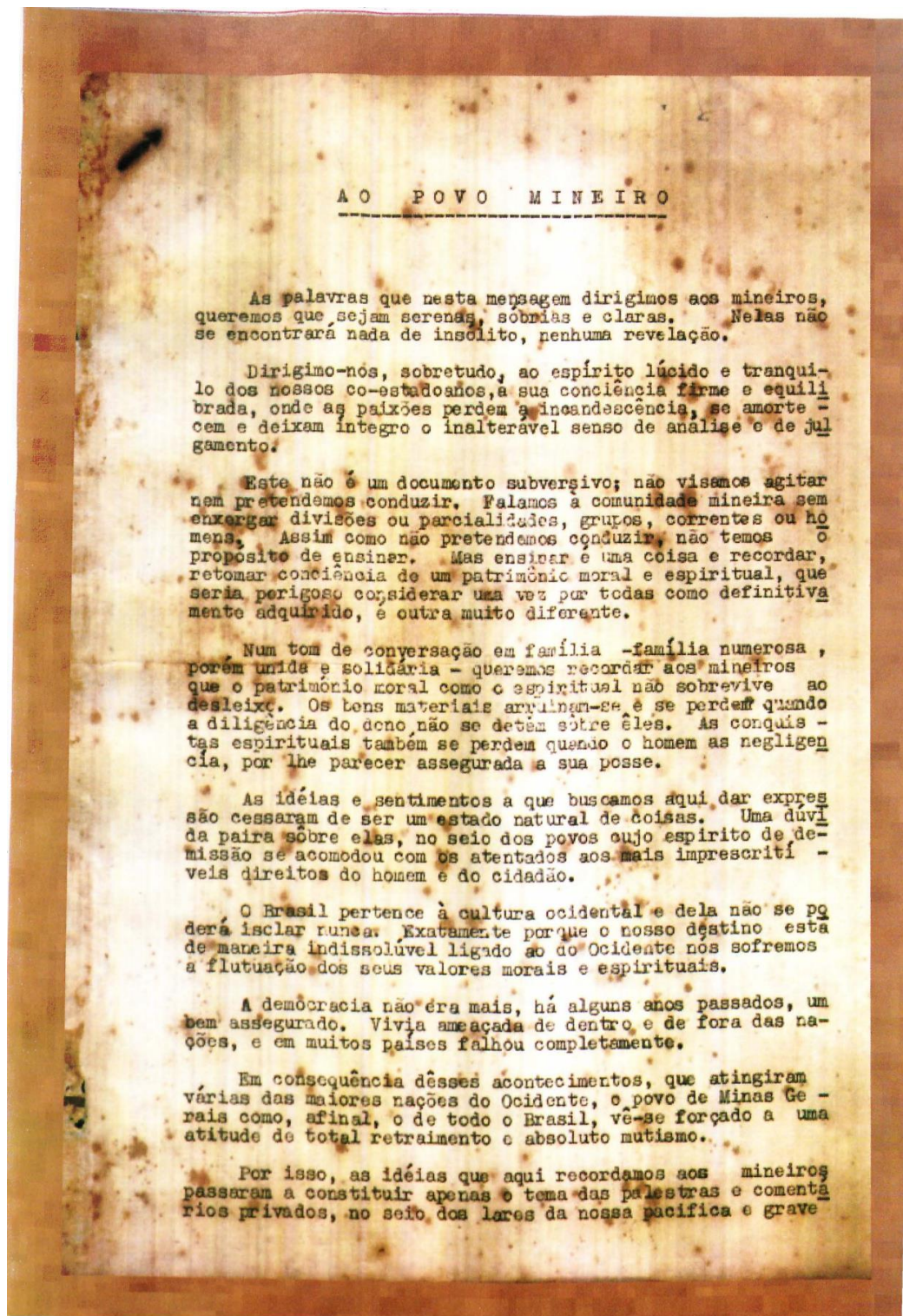
Tais programas serão nacionais, regionais, estaduais e municipais, admitidas as adaptações e variantes que a prática e as realidades de cada região indicarem, segundo as linhas fundamentais aprovadas em Convenção partidária.

ANEXO D - Manifesto dos Mineiros

Documento disponível em: FERRAZ, Eugênio (Org.). **Liberdade, essência de Minas.**

Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 2014. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 2014.

Título: Manifesto dos Mineiros



2a. fl.

Minas Gerais.

A extinção de todas as atividades políticas e de todos os movimentos cívicos forçou os mineiros, reduzidos à situação de meros habitantes da sua terra, a circunscreverem a sua vida aos estreitos limites do que é quotidiano e privado.

Quem conhece a história das tradições da nossa gente pode medir a extensão da violência feita ao seu temperamento por essa compulsoria e prolongada abstinência da vida pública.

O amor à crítica e ao debate, o apêgo às prerrogativas da cidadania, o dever político, no seu mais nobre e dignificante sentido, numa palavra, a irresistível vocação para a vida pública, não são, sem dúvida, felizmente, no Brasil, privilégio dos mineiros; mas devemos orgulhar-nos, por todas as razões, do fato de ser a comunidade mineira no país, por influência de fatores de ordem histórica e social, aquela onde esse sentimento dos interesses coletivos e essa compreensão do munus cívico, essa indomável e altiva tendência política nunca perderam sua força e constância.

As palavras ponderadas desta mensagem, que dirigimos aos nossos co-estaduanos, inspiram-se, pois, nas suas mais firmes tradições de civismo e no seu reconhecido apêgo aos ideais políticos que se realizam pela autonomia estadual e pela democracia. Nada mais são do que o eco, por nos recolhido e intensificado, das que foram proferidas, nos prenúncios da Independência, por Tiradentes e seus companheiros de infortúnio e de glória e que mais tarde, no Império, deveriam reboar pelos vales e quebradas da nossa província, no decurso de lutas memoráveis e de incessantes arremetidas contra a perscificação do Poder, sempre conducente aos desequilíbrios e paralísias do unitarismo e as restrições das liberdades públicas e privadas.

Fomos buscar inspiração no passado, porque nele procuramos assentar a constância de sua regência política os que, entre nós, por uma errônea interpretação da História, nele somente vislumbram algumas não contestadas vantagens da centralização administrativa e do Governo monocrático, sem atentar para os males, de muito maior extensão, que lhes são inerentes, sobretudo para a sua fatal tendência a usurpações de soberania.

Recorrendo por nosso turno àquele passado, temos em vista focalizar, de preferência, as ininterruptas reivindicações cívicas e provinciais que deveriam manter a opinião do país em contínua vigilância e suspender, no impulso dos seus movimentos, entre muitos outros, homens da tempera e da vocação democrática de Teófilo Otoni, Francisco Otaviano, Tavares Bastos, José Bonifácio o Moço, Aristides Lobo, Quintino Bocaiuva, Campos Sales, Prudente de Moraes, Cesa-

3a.fl.

rio Alvim, João Pinheiro, Rui Barbosa, Benjamin Constant, Assis Brasil e Julio de Castilhos.

Tal qual se vê, desejamos retomar o bom combate em prol dos princípios, das idéias e das aspirações que, embora contidas ou contestadas, haveriam de nos dar a Federação e a República, não como criações artificiais de espíritos românticos e exaltados, mas sim como iniludíveis imposições de forças históricas profundas. E ao fazê-lo queremos afirmar, peremptória e lealmente, que não nos movemos contra pessoas nem nos impelo qualquer intuito de ação investigante ou julgadora de atos, gestos ou pregões que estejam transitoriamente compondo o presente capítulo dos nossos anais. Apenas não foi este o estilo de vida a que aspiramos no passado e não é o que almejamos para o futuro.

A prosperidade nos negócios, o êxito nas atividades profissionais, a riqueza, o conforto, o gozo da tranquilidade fácil de todos os dias, mesmo que existissem, não esgotariam as nossas aspirações, nem resumiriam a nossa concepção do destino humano.

Para que não se ponha em dúvida a sinceridade dos sentimentos que nos animam, reconhecemos que o Brasil está em fase de progresso material e tem sabido mobilizar muitas das suas riquezas naturais, aproveitando intoligentemente as realizações do passado e as eventualidades favoráveis do presente.

Limitar-nos-emos a notar que, em outros países, assim como vinha sucedendo no nosso próprio, idênticos resultados foram conseguidos sem o sacrifício dos direitos civis, o que demonstra não serem peculiares as formas autoritárias de governo.

Não se infira, porém, da ressalva feita que desejamos voltar aos vícios das organizações e práticas políticas anteriores a 1930. Impossível seria negar que, de posse do poder, muitos dos seus homens não raro se valiam, como se suas próprias fossem, das graves faculdades de pagar e de prender, nomear e demitir, promover e premiar, afim de adquirir e penhorar dedicações pessoais, com que armavam e mantinham maquinações eleitorais, destinadas a corromper a expressão dos seus fragios populares e a impedir o livre desenvolvimento das nossas melhores vocações políticas. Condenamos, com firmeza, os erros, as corrupções e os abusos do regime transposto definitivamente em Outubro de 1930. Mas se um desses abusos, aquele que, antes de todos, deveria suscitar a Revolução foi precisamente o da hipertrofia do Poder Executivo, manifestação atávica do poder pessoal, nunca suficientemente condenado no Império e nos últimos tempos da chamada República velha, caracterizado pela incidência da chefia suprema do Governo e da política nas mãos de um só homem, sempre desejo de perpetuar-se mediante indicação de um sucessor; se,

4a.fl.

entre aqueles erros, os mais apontados entendiam com ludibrio da opinião pública, traduzida em sufrágios, e com a opressão de estados de sítio de duvidosa legitimidade e de excessiva duração, claro é que, recusando-nos a volver ao passado, impossível nos seria aceitar como definitiva qualquer ordem política na qual, para evitar a defraldação de sufrágios, se fechassem as urnas, para prevenir o estado de sítio ilegal se fizesse legal a sua perpetuidade e, por deradouro, para obstar à hipertrofia do Poder Executivo, fosse este transformado em poder constitucional realmente único. Não é bastante que figurem em diplomas constitucionais franquias e direitos dos cidadãos. O essencial é que sejam assegurados e que possam ser exercidos.

Louvando os homens de 1930, civis e militares, pelo empenho posto na destruição das velhas máquinas eleitorais, montadas com o indevido emprego das seduções e recursos do poder público, estamos seguros de que não teremos de assistir à repetição daqueles processos, nem mesmo sob a aparência de ensaios de corporativismo, quando estes se afastam da espontaneidade histórica e se transformam numa simples lavança de Governos de indole fascista.

Bem fixadas as marcas características da nossa formação e das nossas tendências, não poderemos fugir, sem grave desfiguração de ambas, ao dever de constatar que não é sufocando a liberdade, sufocando o espírito público, cultivando o aulicismo, eliminando a vida política, anulando o cidadão e impedindo-o de colaborar nos negócios e nas deliberações do seu Governo que se formam e engrandecem as nações.

A ilusória tranquilidade e a paz superficial que se obtém pelo banimento das atividades cívicas podem parecer propícias aos negócios e ao comércio, ao ganho e a própria prosperidade, mas nunca benéficas ao revigoreamento e a dignidade dos povos.

Se tais são as nossas disposições de espírito e se mal algum podera advir, para o esforço de guerra do Brasil, do estudo e da preparação de planos para a ponderada reestruturação constitucional da República, ao ser firmada a paz, não uso da liberdade de opinião, pela qual o Brasil também se bate, pedimos a todos os mineiros de boa vontade, sem qualquer compromisso de solidariedade partidária, que meditem sobre a organização política e administrativa que, à luz da experiência dos melhores homens e de sua atilada prudência, possam evitar os males do passado e os equívocos do presente e assegurar a ordem e a prosperidade do país.

Como temas históricos de necessária meditação, sugerimos os constantes da Circular de 19 de Setembro de 1860, de Teófilo Ottoni; do Manifesto republicano de 3 de Dezembro de 1870; dos programas da Convenção e do Congresso, reali-

5a.fl.

zados em Fevereiro de 1882 e Maio de 1884, no Rio Grande do Sul, adaptáveis as atuais circunstâncias. Igual atenção merecem as Constituições de 1891 e de 1934 e a Carta outorgada em 10 de Novembro de 1937, bem como os documentos básicos das nossas grandes campanhas eleitorais de 1910, 1919, 1922 e 1930.

Atendendo a rapidez da evolução da humanidade para novas modalidades de equilíbrio social e internacional, julgamos da máxima importância o estudo e o desenvolvimento dos postulados da Carta do Atlântico e das Recomendações Preliminares para os problemas de após guerra, da Comissão Jurídica Americana.

Assumindo a responsabilidade de iniciar, no grave momento que atravessamos, a preparação do povo mineiro para o exercício das suas prerrogativas fundamentais, cumpre-nos deixar, desde logo, absolutamente certo que tudo faremos para que ela, de maneira alguma, possa comprometer a união cívica e moral que tanto importa resguardar em face dos tremendos problemas da guerra.

Segundo pensamos, união é harmonia espontânea e não unanimidade forçada, convergência de propositos lúcidos e voluntários e não soma de adesões insinceras.

Um povo reduzido ao silêncio e privado da faculdade de pensar e de opinar é um organismo corroído, incapaz de assumir as imensas responsabilidades decorrentes da participação num conflito de proporções quasi telúricas, como o que desabou sobre a humanidade.

Se lutamos contra o fascismo, ao lado das Nações Unidas, para que a liberdade e a democracia sejam restituídas a todos os povos, certamente não pedimos demais reclamando para nós mesmos os direitos e as garantias que as caracterizam. A base moral do fascismo assenta sobre a separação entre governantes e governados, ao passo que a base moral e cristã da democracia reside na mútua e confiante aproximação dos filhos de uma mesma pátria e na consequente reciprocidade da prática alternada do poder e da obediência por parte de todos, indistintamente.

No momento em que o mais antigo - o precursor dos Estados totalitários - naufraga no mar profundo dos seus próprios vícios, pressente-se que se aproxima, para todos os povos, a oportunidade de uma retomada de consciência dos valores democráticos, ou, para melhor dizer, de sua regeneração pelo sentimento e pelo pensamento.

Seu passageiro declínio explica-se pelo encanto da aparente novidade de que se revestiu a doutrina fascista. Só não desejam mudar os homens que estão tranquilos. Os que sofrem, quaisquer que sejam eles, são ávidos de coisas novas.

6a. fl.

O que Júlio Cezar dizia dos gauleses, que eram "novarum rerum cupidi", pode ser atribuído a todos os seres humanos, com especialidade nas tormentosas quadras de reacomodações sociais e econômicas.

Quando surgiu, no ano de 1922, na Itália, o primeiro Governo totalitário, toda gente lhe augurou um próximo e inglório fim. Homens nascidos e criados dentro do espírito que o imenso acontecimento que foi a Revolução Francesa espalhou pelo mundo, os daquela geração tiveram a maior dificuldade em compreender, desde logo, essa aberração política, hoje crismada de "fascismo" e antes e sempre denominada despotismo.

A princípio pretenderam circunscrevê-la às fronteiras físicas e morais dos países atingidos pelo mal. Evidentemente, os fatos que o revelavam eram ora italianos, ora alemães, ora espanhóis, ora portugueses, como portugueses, espanhóis, alemães e italianos eram os homens que o defendiam ou suportavam. Mas os traços essenciais do drama produzido pelo desaparecimento da fé na liberdade e nos direitos que dignificam o homem eram os de um fenómeno universal, resultante da inútil resistência a transformações econômicas e sociais, reclamadas por indomáveis imperativos de justiça e de solidariedade humana.

Chumbados a interesses de mesquinho egoísmo, não foram poucos os conservadores que aderiram a perigosa aventura de restauração das Bastilhas do absolutismo e a financiaram, na ingenua suposição de que salvariam, por esse modo, anacrônicos privilégios.

Desprevenidos diante dos frios cálculos e manobras maquiavélicas do seu novo inimigo, o regime democrático, em muitas oportunidades, mais especialmente na reunião de Munich, concluiu tratados de má fé recíproca entre a paz e a violência.

As decepções decorrentes da abdicação não se fizeram esperar muito. Regenerados, porém, pelo sofrimento, purificados pela dor, os povos ocidentais compreenderam, ainda uma vez, que fora da democracia não há salvação possível, para a paz e para as liberdades que enobrecem e exaltam a espécie humana. E dão por igual um outro decisivo testemunho: o de que o seu princípio vital é, realmente, a virtude, segundo a bela demonstração do assaz malsinado e raramente lido Montesquieu.

Mas, para que a democracia produza frutos, é necessário que o homem da rua e o das classes dirigentes possuam o mesmo apurado sentido de bem comum e a mesma ardente e abnegada ambição de servir. Do contrário, será mera aparência. Para que esse regime sobreviva, como sobreviveu na Inglaterra e nos Estados Unidos, é necessário que as nações se con -

7a. fl.

vençam de que provocarão a guerra em lugar de bani-la sempre que o seu pacifismo for mais forte do que a decisão de lutar pela própria sobrevivência. Sendo a guerra um monstruoso crime, cumpre que as nações se unam, moral e materialmente, para punir os grupos humanos que o praticam ou tentem praticar.

Do que fica dito, fácil é inferir que a democracia por nós preconizada não é a mesma do tempo do liberalismo burguês. Não se constitui pela aglomeração de indivíduos de orientação isolada, mas por movimentos de ação convergente. Preconizamos uma reforma democrática que, sem esquecer a liberdade espiritual, cogite, principalmente, da democratização da economia.

Num e noutro domínio, o tempo do liberalismo passivo já findou. Não é de fraqueza renunciante e de tolerância cética que a democracia precisa. Assim escoltada, ela parecerá digna de piedade, face às doutrinas baseadas na violência e que nenhum escrupulo detem. Ao reconhecimento disto ligamos a renovação espiritual do regime democrático. Quanto a sua renovação econômica, toda a gente sabe o que significa. Sua culpa moral e sua inferioridade - que ao próprio fascismo dá oportunidade de fazer valer um arremedo de idealismo - reside no domínio do dinheiro, que, com a passividade da revolução burguesa, substituiu-se sub-repticiamente às desigualdades do feudalismo, o que é, sem dúvida, mais moderno, embora seja igualmente injusto.

Queremos alguma coisa além das franquias fundamentais, do direito de voto e do habeas-corpus. Nossas aspirações fundam-se no estabelecimento de garantias constitucionais, que se traduzam em efetiva segurança econômica e bem-estar para todos os brasileiros, não só das capitais, mas de todo o território nacional. Queremos espaço realmente aberto para os moços, oriundos de todos os horizontes sociais, a fim de que a nação se enriqueça de homens experimentados e eficientes, inclusive de homens públicos, dentre os quais venham a surgir, no contínuo concurso das atividades políticas, os capazes a governá-la e a enaltecê-la no concerto das grandes potências, para o qual rapidamente caminha. Queremos liberdade de pensamento, sobretudo do pensamento político.

Ao dar expressão dêsse modo às aspirações de Minas Gerais, dentro da comunhão brasileira, tivemos presente, acima dos pontos de vista regionais, as coordenadas que enquadram todo o vasto panorama dos anseios e das necessidades do Brasil, e esperamos que idênticos movimentos se processem em todos os demais estados.

Em verdade, Minas não seria fiel a si mesma se abandonasse sua instintiva inclinação para sentir e realizar os interesses fundamentais de toda a nação.

8a. fl.

Concluindo, reiteramos a nossa solidariedade com os compromissos do Brasil, a cuja politica de guerra - tal como to dos os brasileiros dignos deste nome - temos prestado e continuaremos a prestar o nosso inteiro apoio.

Exatamente por sermos fiéis a esses compromissos entendemos que nos cumpre cogitar, desde já, com patriotismo e prudência, da organização politica do país no após guerra tendo em vista principalmente as indicações da Carta do Atlantico. O povo a que alude este famoso documento, que orienta a comunidade das Nações Unidas, só pode ser o que se manifesta pelo voto espontaneo e livre, pois, de outra sorte, absurdo e iniquo seria que se destruísse, com tão surpreendente dispêndio de sangue e de riqueza, o sistema politico que Hitler e Mussolini e seus inumeros cúmplices sempre proclamaram como aplaudido e consagrado pelos povos da Itália e da Alemanha para mantê-lo sob especiosos disfarces depois da vitoria.

Em suma; Anunciado que a nação será convocada para a sua estruturação politica, parece-nos, - tal como já foi anunciado em Londres - que, se os povos aguardarem a vitoria afim de escolherem os seus rumos, terão para isso perdido uma das supremas oportunidades da historia.

Eis porque, no momento em que devemos, unidos e coesos, sem medir sacrificios e sem quebra ou interrupção da solidriedade já manifestada, dar tudo pela vitoria do Brasil, entendemos que é tambem contribuir para o esforço de guerra com clamar, como concinamos, os mineiros a que se unam acima de ressentimentos, interesses e comodidades, sob os ideais vitoriosos e 15 de Novembro de 1889 e reafirmados solenemente em Outubro de 1930, afim de que, pela federação e pela democracia, possam todos os brasileiros viver em liberdade uma vida digna, respeitados e estimados pelos povos irmãos da America e do todo o Mundo.

Belo Horizonte, 24 de Outubro de 1943.

-Achiles Maia, Adauto Lúcio Cardoso, Adolfo Bergamine, Afonso Arinos de Melo Franco, Afonso Pena Jr., Agenor Oliveira, Alaor Prata, Alberto Decodato, Alfredo Carneiro Viriato Catão, Alfredo Martins de Lima Castelo Branco, Aloisio Ferreira de Sales, Alvaro Mendes Pimentel, André Faria Pereira, Antonio Carlos Vieira Cristo, Antonio Nodde, Arcelira Neves, Artur Bernardes, Artur Bernardes Filho, Artur Soares de Moura, Astolfo Rezende, Augusto Couto, Augusto de Lima Jr., Belmiro Medeiros, da Silve, Bilac Pinto, Brasil Araujo, Bueno Brandão, Caio Mario da Silva Pereira, Caio Nelson de Sena, Cândido Neves, Carlos Campos, Carlos Faria Tavares, Carlos Horta Pereira, Carmelino Pinto Coelho, Cincinato de Noronha Guarany, Cleonirvan Faria Alvim, Dalmo Pinheiro Chagas, Daniel de Carvalho, Darci Bessoni de Oliveira Andrade, Dario de Almeida Magalhães, Dilermando Cruz, Edgar Oliveira Lima, Edmundo Menezes Dantas,

9a. fl.

F. Menções Pimentel, Fausto Alvim, Policiano de Oliveira Penna, Flávio Barbosa de Melo Santos, Francisco de Assis Magalhães Gomes, Galba Moss Vellosa, Geraldo Rezende, Geraldo Teixeira da Costa, Gilberto Alves da Silva Delabala, Gudes - teu Pires, Heitor Lima, J. Sandoval Bibo, João do Amaral Castro, João Edmundo Caldeira Brant, João Franzen de Lima, João de Rezende Costa, João Romero, Joaquim de Sales, Jonas Barcelos Corrêa, José Bonifácio Lafaete de Andrade, José Magalhães Pinto, José Maria Lopes Cançado, José Mario Leão, José Urbano Baeta Alvim, José do Vale Ferreira, Lahir Rezende de Paleta Tostes, Lincoln Prates, Luiz Camilo de Oliveira Neto, Mario Brant, Miguel Batista, Milton Campos, Mucio Continentino, Nelson de Sena, Odilon Braga, Orlando Bomfim, Ovidio de Andrade, Paulo Pinheiro Chagas, Pedro Aleixo, Pedro Batista Martins, Pedro da Silva Nava, Raul de Faria, Ronan Rodrigues Borges, Salomão de Vasconcelos, Silvio Barbosa, Silvio Marinho, Teofilo Ribeiro da Costa Cruz, Tristão da Cunha, Virgílio A. de Melo Franco.

N O T A:- Na impossibilidade de submeter este manifesto, até 24 do corrente, à assinatura de outros co-estaduanos que de certo o teriam firmado, os seus signatarios a ele juntarão, oportunamente, os nomes daqueles que lhe queiram dar a sua aprovação.